



Estado da Bahia  
**MUNICÍPIO DE JABORANDI**

---

**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 008/2026**

**OBJETO**

Pregão Eletrônico para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de limpeza, asseio e conservação dos prédios públicos próprios e locados do Município de Jaborandi - Bahia.

**CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

Poderão participar da presente licitação empresas do ramo que atendam às exigências deste Edital e seus Anexos.

**LOCAL E DATA DE RECEBIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA**

Dia: **27 DE FEVEREIRO DE 2026**

Horário: **09H00MIN - HORÁRIO DE BRASÍLIA / DF**

Endereço Eletrônico: **WWW.COMPRASGOVERNAMENTAIS.GOV.BR**

Sistema: **COMPRASNET**

Código UASG do Município: **989.859**

Marcos Antônio Matos da Silva  
Prefeito  
Município de Jaborandi



**ÍNDICE**

1.	PREAMBULO
2.	DO OBJETO
3.	DA RESPONSABILIDADE DE PROPOSTAS SÉRIAS, IDONEAS E FIRMES
4.	MULTAS PARA PROPOSTAS DESISTENTES OU MODO INIDÔNEO
5.	DO VALOR ESTIMADO
6.	DO CREDENCIAMENTO
7.	DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO
8.	DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA
9.	DA VISTORIA
10.	DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA
11.	DA ABERTURA DA SESSÃO, DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO LANCES
12.	DA ACEITABILIDADE DAS PROPOSTAS
13.	DA FASE DE HABILITAÇÃO
14.	DO CHAT NA SESSÃO
15.	DOS RECURSOS
16.	DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA E GARANTIA
17.	DA AMOSTRA
18.	DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA
19.	DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
20.	DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES
21.	DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO
22.	DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
23.	DOS ANEXOS
24.	DO FORO



**EDITAL**

**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 008/2026**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 209/2025**

**MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO N.º 008/2026**

**TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL**

**OBJETO: PREGÃO ELETRÔNICO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, ASSEIO E CONSERVAÇÃO DOS PRÉDIOS PÚBLICOS PRÓPRIOS E LOCADOS DO MUNICÍPIO DE JABORANDI - BAHIA.**

**1. PREÂMBULO**

O MUNICÍPIO DE JABORANDI, órgão público de direito público interno, inscrito no CNPJ n.º 13.245.568/0001-14, com sede na Av. Francisco Moreira Alves, 01, Centro, Jaborandi, Bahia, CEP 47.655-017, mediante o Pregoeiro, designado pela Portaria n.º 077, de 24 de outubro de 2023, e conforme art. 8º, §5º, da Lei n.º 14.133, de 1 de abril de 2021, torna público para conhecimento dos interessados que na data, horário e local indicados, fará realizar licitação, na modalidade Pregão, na forma eletrônica, do tipo menor preço global, objetivando para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de limpeza, asseio e conservação dos prédios públicos próprios e locados do Município de Jaborandi - Bahia, conforme as condições estabelecidas neste edital e seus anexos. O procedimento licitatório se rege por toda a legislação aplicável à espécie, especialmente pelas normas de caráter geral da Lei Federal n.º 14.133, de 1 de abril de 2021, Lei Complementar Federal n.º 123, de 14 de dezembro de 2006 - Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, pela Lei Complementar Federal n.º 101, 04 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, pelo Código de Defesa do Consumidor, instituído pela Lei Federal n.º 8.078, de 11 de setembro de 1990, e pelo Decreto Municipal n.º 495/2023, bem como pelos preceitos de Direito Público, pelas disposições deste edital e de seus anexos:

**DA SESSÃO PÚBLICA DE PREGÃO ELETRÔNICO**

Dia: **27 de fevereiro de 2026.**

Horário: **09h00min - horário de Brasília - DF**

Endereço Eletrônico: **[www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br)**

Código UASG: **989.859**

Critério de Julgamento: **Menor Preço Global**

Regime de Execução: **Empreitada por Preço Unitário**

Modo de Disputa: **Aberto**

## 2. DO OBJETO

**2.1.** A presente licitação tem como objeto o Pregão Eletrônico para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de limpeza, asseio e conservação dos prédios públicos próprios e locados do Município de Jaborandi - Bahia, atendendo às especificações constantes do Anexo I - Termo de Referência.

**2.1.1.** Em caso de discordância existente entre as especificações dos itens descritas no sistema Comprasnet e as **especificações constantes no Termo de Referência**, prevalecerão sempre as últimas.

**2.1.2.** As empresas licitantes deverão apresentar propostas em observância às especificações e exigências mínimas contidas nas especificações constantes do **Termo de Referência**, considerando que será por meio deste que será verificado a aceitabilidade das propostas.

**2.2.** A licitação tem apenas 01 (um) grupo/lotte único, conforme tabela constante do Termo de Referência, havendo apenas a possibilidade de participação em todos os itens que compõem o grupo/lotte.

**2.3.** O critério de julgamento adotado será o **menor preço global**, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

## 3. DA RESPONSABILIDADE DE PROPOSTAS SÉRIAS, IDONEAS E FIRMES

**3.1.** O Município de Jaborandi, em processos licitatórios realizados sobre a modalidade de Concorrência Eletrônica, passou e passa por dificuldades e transtornos ocasionados diretamente e indiretamente por irresponsabilidade de empresas licitantes que participam das licitações, as quais durante os certames e até posteriormente, o que é pior, “*simplesmente*” solicitam à desclassificação, desconsideração ou informam que tratou-se de um *erro* ou *equívoco*. Destacamos, afirmamos e reiteramos que atitudes desta ordem atentam diretamente contra a Administração Pública, e causam por si só prejuízos aos processos e ao erário.

**3.2.** Determinações contidas no Instrução Normativa n.º 73, de 30 de setembro de 2022, nos termos do art. 18, §4º, conforme segue *ipsis litteris*:

*Art. 18. Após a divulgação do edital de licitação, os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.*

*[...]*

*§ 4º Os **licitantes poderão retirar ou substituir a proposta** ou, na hipótese do § 1º, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, **até a abertura da sessão pública**.*

*(grifo nosso)*

**3.3.** As empresas-licitantes interessadas conforme depreende-se do disposto acima, o que em outras palavras leciona que o licitante possui o **livre arbítrio prévio**, que significa: “*possibilidade de **decidir, escolher** em função da **própria vontade**, isenta de qualquer condicionamento, motivo ou causa determinante*”, sendo assim podem livremente colocar a proposta e retirá-la, ou mesmo

substituí-la, sendo possível até mesmo retirar ou colocar os documentos de habilitação, portanto, alegações levianas, infundadas, etc., serão objeto de sanções da Administração Pública do Município de Jaborandi, ou seja, o **livre arbítrio é prévio**, e não posterior.

**3.4.** Considerando que todas as **condições são pré-estabelecidas** e estão dispostas no instrumento convocatório, no termo de referência e em seus anexos, não cabem de forma indiscutível, portanto, as alegações de *equívocos ou erros serão avaliadas*; “*não era interessante*”; “*eu quis desistir*”; “*o frete é muito caro*”; “*muito distante da sede municipal*”; “*a senha do sistema foi extraviada*”; “*preciso de realinhamento*”; “*não consigo executar a obra de jeito nenhum*”; “*não tenho profissional para continuidade*”, “*nós não observamos*”; “*o funcionário é novo*”; “*o colaborador esqueceu*”, etc., justificativas desta ordem, serão tidas como desrespeitosas pela Administração Municipal de Jaborandi, pois estas atitudes estão **diretamente** e **frontalmente** prejudicando o Município de Jaborandi - Bahia, e causando diversos transtornos, tais como: *atrasos nas aquisições ou contratações*; *aquisições parados*; *serviços parados*; *ausências de produtos*; *re-processos*; *re-serviços*; *desabastecimentos*; *obras paralisadas*; *atrasos nas entregas*; *republicações de avisos*; *perca de tempo*; *prejuízos ao erário*; *desgastes de colaboradores*; *cobranças organizacionais desnecessárias*; etc., sem falar dos prejuízos diretos e indiretos ocasionados à toda a população do Município de Jaborandi - Bahia.

**3.5.** O Instrução Normativa n.º 73, de 30 de setembro de 2022, nos termos do art. 18, §6º, já determina que cabe ao licitante interessado em participar da Concorrência Eletrônica **responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances**, portanto, como regra, não serão acolhidos pedidos de desconsideração de lances sob alegação genérica de erro, ressalvadas as hipóteses expressamente previstas na Lei n.º 14.133/2021, na Instrução Normativa n.º 73/2022 e neste edital, por exemplo, lance inconsistente/inexequível nas condições definidas no sistema, sempre mediante análise da Administração, conforme segue o art. 13, inc. III da norma;

*III - **responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas** em seu nome, assumir como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;*  
(grifo nosso)

**3.6.** A Instrução Normativa determina que o licitante ao manter o seu preço e as condições do proposta/lance, e tal obrigação é de suma importância para manutenção da seriedade da disputa e para se evitar fraudes, considerando que a empresa licitante é plenamente conhecedora dos serviços e obras que executa e que **uma vez ofertado um lance, não é permitida a desistência**, sob a alegação que o seu preço é inexequível, e assim motivar a solicitação de desclassificação, para isto a inexequibilidade deverá ser cabalmente evidente, considerando os valores estimados e as demais propostas.

**3.7.** A empresa licitante que não apresentar **Propostas Sérias, Idôneas e Firmes** ao Município de Jaborandi, conforme cada situação, estará sujeita as sanções contidas na Lei n.º 14.133, de 1 de abril de 2021 e nos termos contidos no Instrumento Convocatório, assegurado o contraditório e a ampla defesa, pois a mera alegação de que houve algum equívoco na formulação de lances não constitui fator suficiente para afastar o dever de manutenção da sua oferta, portanto, cada “*equívoco*” será seriamente analisado, para observar se de fato e de direito tratou-se de erro, ou

trata-se de ato leviano com vistas a tumultuar os trabalhos administrativos e ferir o relevante interesse público nas contratações emanados nos instrumentos convocatórios;

**3.8.** O Comissão de Contratação/Comissão, podem deferir ou indeferir o pedido de desistência de proposta(s) ou de lance(s) apenas se entenderem que o motivo é plenamente **justificável, idôneo** e se é decorrente de **fato superveniente**, e a sua justificativa está atrelada aos fatos e ao direito e se tratar de fato superveniente justificável, em conformidade com o art. 155, inciso V da Lei n.º 14.133, de 1 de abril de 2021, onde determina que caso não mantenha sua proposta será responsabilizado administrativamente.

#### **4. MULTAS PARA PROPOSTAS DESISTENTES OU ATUAÇÃO INIDÔNEO**

**4.1.** O Município de Jaborandi, considerando o histórico de abandonos, desistências e demais condutas irregulares de empresas participantes de procedimentos licitatórios, inclusive com apresentação de propostas em valores inexequíveis ou sem possuir a devida qualificação técnica ou a documentação exigida para a habilitação, muitas vezes somente reveladas após a realização das sessões, registra que comportamentos dessa natureza não serão tolerados pela Administração Municipal, por configurarem violação à legislação aplicável às licitações e contratos administrativos.

**4.2.** Considerando que todos os atos das sessões públicas são acessíveis aos licitantes e interessados, e que quaisquer solicitações e comunicações da Comissão de Contratação, relativas à abertura, suspensão, avisos, reabertura de sessão e demais atos, são devidamente divulgadas, a ausência injustificada de resposta a questionamentos ou o não envio de documentos requisitados poderá ser caracterizada como abandono do certame ou como infração às normas de regência, sujeitando o licitante às sanções cabíveis, observados o contraditório e a ampla defesa, poderá caracterizar infração dos incisos IV, V e VI do art. 155, sujeita às sanções do art. 156, e a apuração por intermédio de Processo Administrativo Sancionador - PAS com abertura imediato.

**4.3.** Todos os cuidados e responsabilidades exigidas no certame, deve-se novamente por tratar-se de processo para a execução de serviços contínuos de limpeza e conservação de prédios públicos, principalmente por tratar-se de aplicação de recursos públicos próprios do Município de Jaborandi - Bahia, e concluso o processo, será realizado o contrato administrativo decorrente, sendo necessário a sua assinatura e aceite, pois assim espera-se naturalmente a atuação com zelo, respeito e humanidade por parte das empresas perante o relevante interesse público por tratar-se serviços voltados ao cuidado com o bem público, e conseqüentemente da população do Município de Jaborandi.

**4.4.** Cabe destacar, que a não manutenção da proposta é passível de penalização, e será de fato e de direito apurado as responsabilidades perante o Município de Jaborandi, inclusive com as possíveis sanções de impedimento de licitar e a declaração de inidoneidade, respectivamente nos incisos III e IV, do art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 1 de abril de 2021, considerando as ocorrências tidas como infrações, contidas no art. 155, incisos IV e V, conforme seguem:

*IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;*

*V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;*

*(grifo nosso)*



**4.5.** O Município de Jaborandi com vistas a corroborar com a legislação, temos como parâmetro jurisprudencial, o entendimento firmado do próprio Tribunal de Contas da União - TCU, acerca da imputação de penalidades em face do ato ilegal elencado na lei, advinda do Acórdão n.º 754/2015 - Plenário, TC 015.239/2012-8, relator Ministra Ana Arraes, 08/04/2015, que se trata de parâmetro jurisprudencial para a aplicação das sanções aos licitantes conforme segue:

*A aplicação de sanção de impedimento de licitar e contratar com a União, estados, Distrito Federal ou municípios, em face de irregularidade elencada no art. 7º da Lei 10.520/02, não depende da comprovação de dolo ou má-fé. Requer tão somente a evidenciação da prática injustificada de ato ilegal tipificado nesse dispositivo legal.  
(grifo nosso)*

**4.6.** Incumbe destacar que o mencionado Acórdão n.º 754/2015 - Plenário, embora fundado em lei posteriormente revogada, mantém atualidade quanto a orientação para a aplicabilidade na Lei n.º 14.133/2021, considerando que vem sendo citado na recente publicação do 5º Manual de Licitações e Contratos do Tribunal de Contas da União - TCU, em sua página 614, portanto, basta que a prática injustificada de ato ilegal tipificado, apurada em processo administrativo com contraditório e ampla defesa.

**4.7.** O Município de Jaborandi com o intuito de resguardar o interesse público e prevenir a participação de empresas sem comprometimento com os serviços de limpeza e conservação de prédios públicos ou locados, aos quais de forma diretamente ou indiretamente contribuem significativamente para atendimento à população que buscam diariamente alguns dos serviços públicos municipais. Assim, qualquer empresa que participar da Concorrência Eletrônica, e “simplesmente” proceder com atos que não se espera de quaisquer licitantes comprometidos com os serviços públicos, e assim buscando: não mantiver a proposta, deixar de entregar a documentação ou comportar-se de modo inidôneo, será(ão) após o encerramento da sessão, imediatamente será comunicado da abertura de um Processo Administrativo Sancionador - PAS, para apurar as responsabilidades da conduta do licitante, em conformidade com a Lei Federal n.º 14.133, de 1 de abril de 2021 sendo informado no Sistema ComprasNet para conhecimento do público.

**4.8.** Após decisão administrativa definitiva, com respeito ao rito dos arts. 157 e 158, a multa será lançada em favor do Município, podendo ser cobrada por DAM e, em caso de não pagamento, inscrita em dívida ativa para execução, nos termos da legislação municipal e da Lei de Execuções Fiscais. Caso a empresa seja sediada em outro Município, ela será devidamente cadastrada, para posterior emissão do Documento Municipal de Arrecadação - DAM, com o prazo para pagamento de até 10 (dez) dias úteis. Apresentamos uma tabela constitui parâmetro inicial (pena-base) e que a autoridade levará em conta, na fixação final da sanção, os critérios do §1º do art. 156 (gravidade, danos, atenuantes/agravantes, programa de integridade etc.):

Conduta Praticada pela Licitante ou Adjudicatária	Dosimetria Aplicável
Deixar de entregar documentação exigida para o certame	03 meses de Declaração de Impedimento de Licitar e Contratar perante a Administração Municipal e multa imediata de 0,50% sobre o valor global estimado.

Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação	03 meses de Declaração de Impedimento de Licitar e Contratar perante a Administração Municipal e multa imediata de 0,50% sobre o valor global estimado.
Não manter a proposta	06 meses de Declaração de Impedimento de Licitar e Contratar perante a Administração Pública multa imediata de 0,50% sobre o valor global estimado.
Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva	06 meses de Declaração de Impedimento de Licitar e Contratar, perante a Administração Pública multa imediata de 0,50% sobre o valor global estimado.
Comportar-se de modo inidôneo	12 meses de <b>impedimento de licitar e contratar</b> perante a Administração Pública Municipal e multa de 0,50% sobre o valor global estimado.
Não celebrar o contrato ou a ata de registro de preços, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta	3 anos de Declaração de Inidoneidade perante a Administração Pública e multa imediata de 1% sobre o valor global estimado.
Apresentar documentação falsa	3 anos de Declaração de Inidoneidade perante a Administração Pública e multa de 1,5% sobre o valor global estimado.
Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação	3 anos de Declaração de Inidoneidade perante a Administração Pública e multa de 1,5% sobre o valor global estimado.
Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013	3 anos de Declaração de Inidoneidade perante a Administração Pública e multa de 2% sobre o valor global estimado.

**4.9.** A participação de empresas em licitações públicas **devem naturalmente** impor elevado grau de responsabilidade aos licitantes, uma vez que o não atendimento às exigências editalícias compromete o regular andamento do certame e pode acarretar significativos prejuízos à Administração Pública Municipal e à população que dela depende, portanto, a atuação séria e comprometida das licitantes é basilar nos certames, sendo o maior ponto de exigência desta municipalidade, e assim destacamos que não haverá tolerância com condutas que evidenciem falta de comprometimento com o regular andamento do certame ou que configurem infração aos arts. 155 e 156 da Lei n.º 14.133, de 1 de abril de 2021.



## 5. DO VALOR ESTIMADO

**5.1.** O valor máximo estimado orçado pela Administração foi elaborado com base na Convenção Coletiva de Trabalho 2025/2026, celebrado pela Sindicato das Empresas de Serviços e Limpeza Ambiental do Estado da Bahia - SEAC/BA e Sindicato Trab. Limpeza Pública, Comércio, Indústria, Hospitalar, Asseio, Prestação de Serviços em Geral, Conservação, Jardinagem e Controle de Pragas Intermunicipal - SINDILIMP - BA, além de pesquisas no Banco de preços, com todos os encargos trabalhistas somados aos valores estimados, sob a forma de Planilha de Quantitativos e Custos Unitários, encontra-se no Anexo I - A - Termo de Referência e B - Planilhas de Composição do Preço Unitário, totalizando a importância de R\$ 4.727.038,74 (quatro milhões, setecentos e vinte e sete mil, trinta e oito reais e setenta e quatro centavos).

**5.1.1.** O orçamento estimado tem por base para os valores do salário da categoria de limpeza que foi definido com base na Convenção Coletiva de Trabalho 2025/2026 - Registro no Ministério do Trabalho sob o n.º BA000817/2024, registrada perante o MTE em 03/12/2024, vigente para 2025 e com piso normativo para 2026.

**5.2.** Os recursos financeiros destinados à remuneração da prestação dos serviços proverão de Recursos Próprios do Município de Jaborandi - Bahia, e bem como poderão ser aplicados em ações, convênios, ajustes, termos de cooperação, termos de compromisso, etc., aos quais advenham do Governo Federal e Governo Estadual, considerando tratar-se de certame licitatório realizado sob a égide da nova Lei de Licitações e Contratos n.º 14.133, de 1 de abril de 2021.

## 6. DO CREDENCIAMENTO

**6.1.** O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica, além dos documentos exigidos neste instrumento convocatório.

**6.2.** O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras), por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP - Brasil.

**6.3.** O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

**6.4.** O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

**6.5.** É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

**6.6.** A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

## 7. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

**7.1.** Poderão participar deste Pregão os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP - Brasil.

**7.2.** Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

**7.2.1.** Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto à SLTI, onde também deverão informar-se a respeito do seu funcionamento e regulamento e receber instruções detalhadas para sua correta utilização.

**7.2.2.** Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para o acesso ao Sistema ou com uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação por ele efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Município responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

**7.2.3.** Em relação ao **Lote 01** por ser o único do certame, a participação não é exclusiva a microempresas, empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, considerando que o valor ultrapassa o valor limite disposto em lei.

**7.3.** Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte mencionadas no artigo 34 da Lei n.º 11.488, de 2007, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar n.º 123, de 2006.

**7.4.** Não poderão disputar esta licitação:

**7.4.1.** aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

**7.4.2.** autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

**7.4.3.** empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

**7.4.4.** pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

**7.4.5.** aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

**7.4.6.** empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

**7.4.7.** pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

**7.4.8.** agente público do órgão ou entidade licitante;

**7.4.9.** pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

**7.4.10.** instituições sem fins lucrativos e cooperativas, considerando o disposto no art. 10 da Instrução Normativa SEGES/MP n.º 5, de 2017, por demandar relação de subordinação entre cooperativa, cooperados e a Administração Pública; em conformidade com o disposto no art. 2º, caput, e o art. 5º da Lei n.º 12.690, de 19 de julho de 2012; combinado com os arts. 3º, 4º e o 29º da Lei n.º 5.764, de 16 de dezembro de 1971.

**7.4.11.** Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão n.º 746/2014 - TCU - Plenário);

**7.4.12.** Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

**7.4.13.** Não é admissível a participação de organizações sociais, qualificadas na forma dos artigos 5º a 7º da Lei n.º 9.637/1998; as instituições sem fins lucrativos e as sociedades cooperativas, considerando a vedação contida no art. 10 da Instrução Normativa SEGES/MP n.º 5, de 2017;

**7.5.** O impedimento de que trata a Cláusula 7.4.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

**7.6.** A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem nas Cláusulas 7.4.2 e 7.4.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

**7.7.** Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

**7.8.** O disposto nas Cláusulas 7.4.2 e 7.4.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

**7.9.** Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei n.º 14.133/2021.

**7.10.** A vedação de que trata a Clausula 7.4.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

**7.11.** É vedada a qualquer pessoa física ou jurídica, a representação de mais de 01 (uma) empresa na presente licitação.

**7.12.** Cada empresa apresentará 01 (uma) só proposta, assim entendido o conjunto composto pela Proposta de Preços e Habilitação, não sendo admitidas propostas alternativas.

**7.13.** Depois de ultrapassado o horário para recebimento dos documentos a serem anexos no sistema eletrônico, nenhum outro será recebido, nem tampouco serão permitidos quaisquer adendos ou esclarecimentos relativos à documentação ou proposta de preços apresentadas.

## **8. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA**

**8.1.** Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

**8.2.** Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com os valores mensais e valor total pelo período licitado, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

**8.3.** No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema as condições para fins de participação, para fins de habilitação e para cumprimento à legislação trabalhista, conforme seguem:

**8.3.1.** Manifesto ciência em relação ao inteiro teor do ato convocatório e dos seus anexos, concordo com suas condições, respondendo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

**8.3.2.** Declaro que minha proposta econômica compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal de 1988, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data da sua entrega em definitivo.

**8.3.3.** Atendo aos requisitos de habilitação previstos em lei e no instrumento convocatório.

**8.3.4.** Inexiste impedimento à minha habilitação e comunicarei a superveniência de ocorrência impeditiva ao órgão ou entidade contratante.

**8.3.5.** Cumpro as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

**8.3.6.** Manifesto ciência em relação a todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

**8.3.7.** Cumpro o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988, que proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

**8.3.8.** Observo os incisos III e IV do art. 1º e cumpro o disposto no inciso III do art. 5º, todos da Constituição Federal de 1988, que veda o tratamento desumano ou degradante.

**8.3.9.** Cumpro a reserva de cargos prevista em lei para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, quando cabíveis.

**8.4.** O fornecedor enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar n.º 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

**8.4.1.** No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

**8.4.2.** Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito do licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar n.º 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

**8.5.** A falsidade da declaração de que trata a Clausula 8.2 e 8.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei n.º 14.133, de 2021, e neste Edital.

**8.6.** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese da fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

**8.7.** Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

**8.7.1.** A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

**8.7.2.** Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

**8.8.** O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

**8.8.1.** Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

**8.8.2.** Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

**8.9.** O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma da Clausula 8.7 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

**8.10.** Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da



perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

**8.11.** O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## **9. DA VISTORIA**

**9.1.** Não se exigirá que a licitante realize vistoria dos locais onde serão prestados os serviços durante as manutenções ou serviços conforme as demandas do Município, que ocorreram nos prédios públicos próprios e locados na sede e no interior do Município de Jaborandi - Bahia, mas deverá ser apresentada declaração de aceitabilidade de pleno conhecimento.

## **10. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

**10.1.** A licitante deverá encaminhar proposta, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando então encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

**10.2.** As propostas ficarão disponíveis no sistema eletrônico.

**10.3.** Qualquer elemento que possa identificar a licitante importa desclassificação da proposta, sem prejuízo das sanções previstas nesse Edital.

**10.3.1.** Considerando tratar-se de serviços, não cabe a apresentação de marca, fabricante ou desenvolvedora dos serviços que estão sendo licitados, pois serão advindos da própria prestadora de serviços.

**10.3.2.** Caso alguma informação sobre produto e/ou serviço dos lotes seja lançado no Sistema ComprasNet, seja de marca, modelo, forma, nomes, fabricação, desenvolvimento, exclusividade, propriedade, desenho, criação ou desenvolvimento próprios ou de terceiros, recomenda-se a utilização de asteriscos (\*\*\*\*\*) ou elemento qualquer, nas partes que convir, com vistas a preservar o sigilo das propostas no preenchimento no sistema eletrônico, considerando que os dados digitados no sistema não possuem sigilo temporário ou mesmo permanente.

**10.3.3.** A identificação dos dados digitados no Sistema ComprasNet, não devem se confundir com os documentos anexados no sistema, tais como: proposta inicial em papel timbrado e demais documentos de habilitação que obviamente devem identificar a empresa licitante;

**10.4.** O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

**10.4.1.** Valor unitário e total de cada lote;

**10.4.2.** Descrição detalhada do objeto do serviço proposto, contendo as informações similares ou em atendimento as especificações mínimas à especificação do Termo de Referência.

**10.4.3.** Demais dados que estejam disponíveis para preenchimento pela empresa licitante, e sejam pertinentes ao certame licitatório em tela.



**10.5.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

**10.5.1.** O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

**10.6.** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

**10.7.** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, transportes, pessoal, insumos, materiais, equipamentos de EPIs, equipamentos, veículos, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

**10.8.** Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

**10.8.1.** O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a fiscalização do Tribunal de Contas dos Municípios da Bahia ou do Tribunal de Contas da União - TCU e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobre preço na execução do contrato.

**10.9.** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

**10.10.** Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

**10.11.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

**10.12.** Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional, quando lhes for legalmente cabível.

**10.13.** A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer pessoal, materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

**10.13.1.** O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

**10.13.2.** Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, estaduais ou municipais quando participarem de licitações públicas, quando houver, para os serviços licitados;

**10.13.3.** O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Município de Jaborandi e, pode

ensejar a fiscalização do Tribunal de Contas dos Municípios da Bahia ou do Tribunal de Contas da União - TCU, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobre preço na execução do contrato.

**10.14.** A proposta de preços ou os lances subsequentes ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto, conforme disposto nas Clausulas 2 e 3 deste instrumento convocatório.

## **11. DA ABERTURA DA SESSÃO, PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

**11.1.** A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados no preâmbulo deste Edital, no sítio [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br).

**11.2.** Durante a sessão pública, a comunicação entre o Pregoeiro, Pregoeiro e as licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

**11.3.** O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

**11.4.** Cabe à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

**11.4.1.** A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

**11.4.2.** A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

**11.5.** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

**11.6.** Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

**11.7.** O lance deverá ser ofertado pelo **menor valor global**.

**11.8.** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

**11.9.** O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

**11.10.** O **intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances**, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta **deverá ser de no mínimo R\$ 100,00 (cem) reais do item do grupo**.

**11.11.** O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

**11.12.** O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

**11.13.** A fase de lances deste Pregão será processada pelo modo de disputa “**aberto**”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações:

**11.13.1.** A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

**11.13.2.** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

**11.13.3.** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

**11.13.4.** Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

**11.13.5.** Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

**11.14.** Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

**11.15.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

**11.16.** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

**11.17.** No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

**11.18.** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

**11.19.** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

**11.20.** Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar n.º 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto n.º 8.538, de 2015.

**11.20.1.** Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

**11.20.2.** A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

**11.20.3.** Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

**11.20.4.** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

**11.21.** Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

**11.21.1.** Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei n.º 14.133, de 2021, nesta ordem:

**11.21.1.1.** Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

**11.21.1.2.** Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

**11.21.1.3.** Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

**11.21.1.4.** Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

**11.21.2.** Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

**11.21.2.1.** Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

**11.21.2.2.** Empresas brasileiras;

**11.21.2.3.** Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

**11.21.2.4.** Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei n.º 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

**11.22.** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

**11.22.1.** A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

**11.22.2.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

**11.22.3.** O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório

**11.22.4.** O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, envie a proposta com a composição dos preços unitários adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada.

**11.22.5.** Não é facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, considerando que o prazo normalmente estabelecido de 02 (duas) horas, já foi dilatado para 24 (vinte e quatro) horas, portanto, não cabe a solicitação feita no chat pelo licitante, mesmo que antes de findo o prazo.

**11.23.** Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **12. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA - JULGAMENTO**

**12.1.** Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei n.º 14.133/2021, legislação correlata e na Clausula 7.4 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

**12.1.1.** Situação ao SICAF, caso ainda não esteja incluso na documentação;

**12.1.2.** Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica - CNPJ no sítio do Tribunal de Contas da União, no endereço eletrônico <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>, e diretamente nos sítios oficiais para consulta do CPF do sócio majoritário da licitante, conforme segue:

**12.1.2.1.** Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ, no endereço eletrônico [www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

**12.1.2.2.** Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS e Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, no endereço eletrônico <https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc>



**12.1.2.3.** Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União - TCU [contas.tcu.gov.br/ords/f?p=inabilitado:certidao](https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=inabilitado:certidao).

**12.2.** A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei n.º 8.429, de 1992.

**12.3.** Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN n.º 3/2018, art. 29, caput).

**12.3.1.** A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN n.º 3/2018, art. 29, §1º).

**12.3.2.** O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN n.º 3/2018, art. 29, §2º).

**12.3.3.** Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

**12.4.** Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

**12.5.** Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com as Cláusulas 7.2.3 e 8.4 deste edital.

**12.6.** Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES n.º 73, de 30 de setembro de 2022.

**12.7.** Será desclassificada a proposta vencedora que:

**12.7.1.** Contiver vícios insanáveis;

**12.7.2.** Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

**12.7.3.** Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

**12.7.4.** Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

**12.7.5.** Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

**12.8.** No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecutabilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

**12.8.1.** A inexecutabilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:

**12.8.1.1.** Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

**12.8.1.2.** Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.



**12.9.** Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

**12.10.** Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

**12.11.** Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

**12.11.1.** O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

**12.11.2.** Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

**12.12.** Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

### **13. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

**13.1.** Os documentos previstos neste instrumento convocatório, são necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei n.º 14.133, de 1 de abril de 2021, estando especificamente relacionados nas Cláusulas abaixo, com vistas a habilitação no presente certame licitatório.

**13.1.1.** A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico - financeira, **não poderá** ser substituída parcialmente ou totalmente pelo registro cadastral no SICAF.

**13.2.** Os licitantes classificados em primeiro lugar em cada item, lote ou grupo, mesmo que estejam devidamente cadastrados no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores - SICAF além do nível de credenciamento exigido pela Instrução Normativa SEGES/MP n.º 3, de 2018, **deverão encaminhar a documentação**, no mesmo prazo e condições dispostas no edital, os documentos válidos que comprove o atendimento das exigências deste Edital, **sob pena de inabilitação**, conforme as cláusulas seguintes:

**13.3.** Os licitantes mesmo que estejam com o Cadastro no SICAF com todas as comprovações vigentes é **imprescindível e indispensável** por necessidade do Município de Jaborandi e obrigatório escaneamento e envio ao Sistema SIGA do Tribunal de Contas dos Municípios da Bahia - TCM/BA, portanto, faz-se **necessário e obrigatório**, o envio dos documentos abaixo relacionados, que consistem:

**13.3.1. Habilitação Jurídica;**

**13.3.2. Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista;**

**13.3.3. Qualificação Econômica Financeira;**

**13.3.4. Qualificação Técnica; e**

**13.3.5. Documentos Complementares.**

**13.4.** As empresas licitantes mais bem classificadas em cada um dos itens, deverão encaminhar pelo Sistema ComprasNet conforme solicitado pelo Pregoeiro, em conformidade com o disposto no art. 63, inciso II, da Lei n.º 14.133, de 1 de abril de 2021, as cópias dos seguintes documentos:

**13.4.1. RELATIVOS À HABILITAÇÃO JURÍDICA**, para a habilitação, o licitante deverá apresentar os documentos a seguir relacionados:

**13.4.1.1. Do representante legal sócio administrador e/ou titular da empresa:** Cédula de identidade (RG); e Cédula de identidade (RG) do procurador com procuração devidamente autenticada ou assinada eletronicamente com verificação de autenticidade.

**13.4.1.2. No caso de empresário individual**, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

**13.4.1.3. Em se tratando de MEI - Microempreendedor Individual:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, na forma da Resolução CGSIM n.º 16, de 2009, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br).

**13.4.1.4. No caso de Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

**13.4.1.5. No caso de sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores.

**13.4.1.6. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

**13.4.1.7. Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

**13.4.1.8.** Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

**13.4.2. REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA**, para a habilitação, o licitante deverá apresentar os documentos a seguir relacionados:

**13.4.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ;**

**13.4.2.2. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual/Municipal**, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

**13.4.2.3. Prova de Regularidade Fiscal perante a Fazenda Nacional** por meio da apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta n.º 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

**13.4.2.4. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual** por meio da apresentação de Certidão Negativa ou Positiva, com efeito de Negativa, expedida pela Secretaria Estadual da Fazenda do domicílio tributário da licitante.

**13.4.2.4.1.** Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

**13.4.2.5. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal** por meio da apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, relativa aos tributos municipais, expedida pela Secretaria Municipal sede da licitante.

**13.4.2.6. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço** por meio da apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS - CRF.

**13.4.2.7. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de Certidão Negativa - CNDT, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n.º. 5.452, de 1º. de maio de 1943 ([www.tst.jus.br/certidao](http://www.tst.jus.br/certidao)).

**13.4.2.8.** Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

**13.4.2.9.** O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n.º 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

**13.4.3. RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**, para a habilitação, o licitante deverá apresentar os documentos a seguir relacionados:

**13.4.3.1. Certidão Negativa de Falência**, ou liquidação judicial, ou de execução patrimonial, conforme o caso, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, ou de seu domicílio, dentro do prazo de validade previsto na própria certidão, ou, na omissão desta, expedida a menos de 30 (trinta) dias contados da data da sua apresentação, conformidade com a Lei n.º 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II.

**13.4.3.2. Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis dos 02 (dois) últimos exercícios sociais**, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta.

**13.4.2.4.2.** No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade.

**13.4.2.4.3.** No caso de sociedades anônimas, cópia autenticada do Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis, publicados no Diário Oficial do Estado / Distrito Federal ou, se houver, do Município da sede da empresa;

**13.4.2.4.4.** No presente instrumento convocatório os Balanços Patrimoniais exigíveis em conformidade com art. 1.078, inciso I do Código Civil, tendo a data limite da exigibilidade dos exercícios financeiros anteriores até o dia 30 de abril do ano subsequente, e assim cabe as empresas licitantes apresentarem os **Balanços Patrimoniais dos Exercícios de 2023 e 2024**.

**13.4.2.4.5.** É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato/estatuto social.

**13.4.2.4.5.1.** A previsão do subitem acima decorre da disposição do Acórdão TCU n.º 484-12-2007 - Plenário. Sobre a diferenciação entre Balanço Intermediário e Balanço Provisório, referido acórdão esclarece que: *“Por outro lado, não se confunde balanço provisório com balanço intermediário. Aquele consiste em uma avaliação precária, cujo conteúdo não é definitivo. O balanço provisório admite retificação ampla posterior e corresponde a um documento sem maiores efeitos jurídicos. Já o balanço intermediário consiste em documento definitivo, cujo conteúdo retrata a situação empresarial no curso do exercício. A figura do balanço intermediário deverá estar prevista no estatuto ou decorrer de lei.”*

**13.4.2.4.6.** No caso de empresas de responsabilidade limitada, cópia autenticada das páginas contendo Termo de Abertura, Balanço

Patrimonial, Demonstrações Contábeis, Notas Explicativas e Termo de Encerramento, com o respectivo registro na Junta Comercial.

**13.4.2.4.6.1.** A apresentação das cópias do Livro Diário registrado ou autenticado na Junta Comercial ou o Balanço chancelado ou cópia autenticada deste, poderá ser solicitada pela Comissão de Contratação do licitante vencedor do certame, caso julgue necessário.

**13.4.3.3. Declaração de Atendimento aos Índices Econômicos** da situação financeira do licitante será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral - LG, Solvência Geral - SG e Liquidez Corrente - LC, igual ou maiores que 01 (um), resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, com os valores extraídos de seus balanços patrimoniais, assinado por profissional habilitado da área contábil, conforme art. 69, §3º, da Lei n.º 14.133/2021:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

**13.4.2.4.7.** As empresas, que apresentarem resultado inferior ou igual a 01 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral - LG, Solvência Geral - SG e Liquidez Corrente - LC, deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, a critério da autoridade competente, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

**13.4.2.4.8.** A apresentação do Balanço Patrimonial é obrigatória para os tipos de natureza jurídica das empresas Limitada - Ltda, Empresa de Pequeno Porte - EPP, Microempresa - ME e Microempreendedor Individual - MEI, esta última a exigência está consubstanciada no Acórdão do Tribunal de Contas da União - TCU n.º 133/2022.

**13.4.2.4.8.1.** Para os Microempreendedor Individual não há necessidade de carimbo ou registro na Junta Comercial.

**13.4.2.4.9.** O balanço patrimonial e os índices econômicos previstos nesta Clausula deverão estarem assinados por profissional habilitado da área contábil, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.

**13.4.4. RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA,** para a habilitação, o licitante deverá apresentar os documentos a seguir relacionados:



**13.4.4.1. Comprovação de aptidão** para o desempenho de atividades pertinentes e compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto desta licitação e 50% dos quantitativos somadas todas as secretarias, que totaliza 14534m<sup>2</sup>, de limpeza a ser licitado, ou seja, comprovação de no mínimo 7.000 m<sup>2</sup> (sete mil metros quadrados), **por meio da apresentação de no mínimo 01 (um) Atestado ou Certificado de Capacidade Técnica** fornecido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, com firma reconhecida do seu signatário.

**13.4.4.1.1.** Não é obrigatório o reconhecimento de firma do signatário para atestados emitidos por órgão público Federal, Estadual ou Municipal, conforme dispõe a Constituição Federal, art. 19, inciso II, entretanto, sendo obrigatório quando emitido por empresas privadas.

**13.4.4.1.2.** Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do licitante.

**13.4.4.1.3.** O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

**13.4.4.2. Atestado ou Declaração de Vistoria** de que o licitante vistoriou os locais da execução dos serviços objeto deste instrumento convocatório, conforme modelo anexo, a vistoria deverá ser feita por responsável técnico ou representante da empresa devidamente habilitado pela empresa licitante para realizá-la. A licitante poderá vistoriar os locais onde serão executados os serviços até o último dia útil anterior à data fixada para a abertura da sessão pública, com o objetivo de inteirar-se das condições e do grau de dificuldade existentes.

**13.4.4.2.1.** A vistoria será acompanhada por servidor designado para esse fim, de segunda-feira à sexta-feira, das 08hs00min às 12hs00min horas, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo telefone (77) 3683.2212 ou 3683.2152 na Secretaria Municipal de Obras, Viação e Urbanismo ou pelo e-mail: *financas@jaborandi.ba.gov.br*.

**13.4.4.2.2.** Tendo em vista a realização da vistoria ser facultativa, as licitantes não poderão alegar qualquer desconhecimento das condições, distâncias, acessos, situações e quaisquer grau de dificuldade existentes como justificativa para se eximirem de qualquer uma das obrigações assumidas em decorrência da execução do objeto deste Pregão.

**13.4.4.2.3.** Os custos de visita aos locais das obras e serviços, tais como: veículos, combustíveis, refeições, diárias, lanches, despesas eventuais, etc., correrão por conta exclusivamente da empresa licitante.



**13.4.4.2.4.** A visita técnica antes da licitação é facultativa, sendo recomendada que seja realizada a observação aos seguintes requisitos básicos:

**13.4.4.2.4.1.** considerando que é imprescindível a visita técnica, por tratar-se de serviços limpeza, asseio e conservação em prédios públicos próprios e locados, ao qual cada licitante deve ter o conhecimento prévio das instalações, condições, das distâncias e demais informações para uma melhor e adequada proposta;

**13.4.4.2.4.2.** considerando que a visita pode ser realizada por responsável técnico ou representante legal da empresa; e

**13.4.4.2.4.3.** considerando que o prazo estabelecido é extenso e hábil para os licitantes vistoriarem o local onde os serviços serão executados os serviços objeto deste certame licitatório.

**13.4.5. DOCUMENTOS COMPLEMENTARES**, para a habilitação, o licitante deverá apresentar os documentos a seguir relacionados:

**13.4.5.1. Declarações**, conforme modelo anexo, ao qual congrega as declarações necessárias à participação no certame licitatório e declarar as dispostas no Sistema Comprasnet.

**13.4.6.** Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital, os originais ou cópias autenticadas, caso sejam solicitados, deverão ser encaminhados fisicamente ao **Departamento de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal de Jaborandi, situado na Avenida Francisco Moreira Alves, 01, Centro, Jaborandi, Bahia, CEP 47.655-017**, ou por e-mail: *financas@jaborandi.ba.gov.br*, quando tratar-se de cópias autenticadas eletronicamente.

**13.4.6.1.** Quando for solicitado o envio de qualquer documento quando não originais ou não autenticados digitalmente, a empresa terá o prazo de 03 (três) dias úteis para comprovar a postagem, apresentando o Código de Postagem dos Correios ou da Transportadora, por intermédio do e-mail: *financas@jaborandi.ba.gov.br*.

**13.5.** Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

**13.5.1.** Na hipótese do licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto n.º 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

**13.6.** Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

**13.6.1.** Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 25%, para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

**13.7.** Os **documentos exigidos para fins de habilitação** poderão ser apresentados em original, por cópia ou por cópias autenticadas por cartório competente ou por servidor municipal, ou por meio de publicação em órgão da imprensa oficial, e inclusive expedidos via Internet.

**13.7.1.** A aceitação da documentação por cópia simples de documento público ou particular ficará condicionada à apresentação do original ao Pregoeiro e equipe, para a devida autenticação ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal.

**13.7.2.** Os documentos expedidos via Internet e, inclusive, aqueles outros apresentados terão, sempre que necessário, suas autenticidades/validades comprovadas por parte do Pregoeiro.

**13.7.3.** O Pregoeiro não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos de informações, no momento da verificação. Ocorrendo a indisponibilidade referida, e não tendo sido apresentados os documentos preconizados, inclusive quanto à forma exigida, a proponente será considerada inabilitada.

**13.7.4.** Inexistindo prazo de validade nas Certidões, serão aceitas aquelas cujas expedições/emissões não ultrapassem a 30 (trinta) dias da data final para a entrega dos envelopes.

**13.8.** Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma do disposto no art. 63, I, da Lei n.º 14.133/2021.

**13.9.** Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

**13.10.** O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

**13.11.** Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

**13.11.1.** O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado pelo telefone (77) 3683.2212 ou 3683.2152 ou na Secretaria Municipal de Obras, Viação e Urbanismo ou por intermédio

do e-mail: *financas@jaborandi.ba.gov.br*, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

**13.11.2.** Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

**13.12.** Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir, conforme a Instrução Normativa n.º 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º.

**13.13.** É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados, em consonância com a Instrução Normativa n.º 3/2018, art. 7º, caput.

**13.13.1.** A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação, de acordo com a Instrução Normativa n.º 3/2018, art. 7º, parágrafo único.

**13.14.** A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

**13.14.1.** O Pregoeiro não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos de informações, no momento da verificação. Ocorrendo a indisponibilidade referida, e não tendo sido apresentados os documentos preconizados, inclusive quanto à forma exigida, a proponente será considerada inabilitada.

**13.14.2.** Os documentos exigidos para habilitação, mesmo que estejam contemplados no Sicaf, e mesmo que estejam previstos, ainda assim deverão serem enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.

**13.14.2.1.** A prorrogação de prazo para envio de documentos, apenas poderá ser concedido, sendo solicitado antes do fim do prazo inicialmente concedido.

**13.14.3.** Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES n.º 73, de 30 de setembro de 2022.

**13.15.** A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

**13.15.1.** Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

**13.15.2.** Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

**13.16.** Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, conforme a Lei n.º 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º:

**13.16.1.** Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

**13.16.2.** Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

**13.17.** Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

**13.18.** Na hipótese do licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

**13.19.** Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

**13.20.** A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação conforme o art. 4º do Decreto n.º 8.538/2015.

**13.21.** Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

#### **14. DO CHAT - INTERAÇÕES PREGOEIRO COM AS LICITANTES**

**14.1.** É de inteira responsabilidade do representante da empresa licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, sessão de lances, aceitabilidade das propostas, análise de documentos de habilitação, e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema, por sua desconexão ou por respostas - *feedbacks* quando for diretamente questionado pelo Pregoeiro por qualquer motivo, e não houver qualquer resposta no **prazo máximo de 20 (vinte) minutos**.

**14.2.** Serão considerados abandonos da sessão quando houver solicitações por parte do Pregoeiro de documentos das licitantes que estão classificados em primeiro lugar, ou que passaram a serem os primeiros classificados, ou quaisquer outras demandas que se fizerem necessários, e não houver respostas por parte da empresa licitante **no prazo máximo de 20 (vinte) minutos**, contados após o envio dos questionamentos.

**14.3.** O prazo para o envio de documentos será no **prazo máximo de 02 (duas) horas para envio de documentos e 24 (vinte e quatro) horas para envio de propostas realinhadas**, a partir do dia e hora da solicitação do Pregoeiro.

**14.4.** Tendo sido estabelecido os prazos máximos de envio, à não observância em qualquer dos tempos determinados será considerando em ambas as situações que houve abandono em

decorrência da perda de negócios pela inobservância de mensagens emitidas ou não observância aos prazos estabelecidos, em conformidade com a art. 29, §2º combinado com o art. 13, inciso IV da Instrução Normativa - Seges / ME n.º 073/2022.

## **15. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA**

**15.1. PROPOSTA DE PREÇOS** - A proposta final do licitante classificado em primeiro lugar deverá ser encaminhada no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico do Comprasnet.

**15.1.1.** Quando a Comissão de Contratação por intermédio do Pregoeiro, **solicitar a Proposta de Preços realinhada das empresas classificadas provisoriamente em primeiro lugar, a(s) empresa(s) deve(m) enviar apenas a “Proposta de Preços”**, este momento processual é tão somente de análise de proposta de preços, sendo assim, não cabe enviar “Documentos de Habilitação”, este procedimento equivocado trata-se de um ato prematuro e intempestivo. Sendo assim, o Pregoeiro **não irá considerar nenhum documento** que seja enviado juntamente com a Proposta de Preços em respeito aos atos processuais, a lei de licitações e o próprio instrumento convocatório.

**15.1.2.** O prazo de 02 (duas) horas para a Proposta Realinhada foi considerado exíguo, portanto, foi atribuído o **prazo de 24 (vinte e quatro) horas para o envio da proposta realinhada** assim determinado por ser suficiente para a sua confecção, sendo natural que ao realizar lances o licitante tenha a sua composição perfeitamente pronta.

**15.1.3.** Considerando os relevantes interesses públicos em cada processo licitatório, o interstício de 24 (vinte e quatro) horas acima determinado, não haverá dilatação do prazo, ou sua recomposição ou mesmo reestabelecimento, assim como ocorre nos 20 (vinte) minutos e nas 02 (duas) horas da clausula anterior, neste caso não será observado qualquer prazo que extrapole o encerramento de expedientes, dias ou horários não úteis, por tratar-se de um procedimento de finalização de certame, onde cabe primordialmente e obviamente o interesse da empresa licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar acompanhar os interstícios em que a sessão esteja aberta.

**15.1.4.** A proposta realinhada do licitante classificado em primeiro lugar, deve ser confeccionada com as seguintes informações:

**15.1.4.1.** ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal, ou ter a assinatura digital.

**15.1.4.2.** conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

**15.1.4.3.** A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.



**15.1.4.4.** Todas as especificações e metodologias do objeto contidas na proposta, tais como: marca, modelo, tipo, distribuidor, fabricante, garantia, etc., vinculam a Contratada.

**15.1.5.** Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso conforme inciso III, art. 12º da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021.

**15.1.5.1.** Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

**15.1.6.** A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

**15.1.7.** A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

**15.1.8.** As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

**15.2. GARANTIA DE PROPOSTA OU DE PARTICIPAÇÃO** de manutenção da proposta no valor de R\$ 43.691,00 (quarenta e três mil, seiscentos e noventa e um reais), correspondente a 1% (um por cento) do valor estimado da contratação, conforme §1º, art. 58, da Lei n.º 14.133/2021. A referida garantia de participação deve ser liberada ou restituída somente após a conclusão do procedimento licitatório.

**15.2.1.** A garantia de manutenção da proposta, quando não recolhida em moeda corrente nacional, mas, em qualquer outra das modalidades previstas a seguir, terá o prazo de validade de 60 (sessenta) dias, contado da data de entrega dos Documentos de Habilitação e Propostas Comerciais, cabe ao licitante optar por uma das seguintes modalidades:

**15.2.1.1.** Caução em dinheiro deverá ser recolhido a conta bancária da Prefeitura Municipal de Jaborandi, Banco do Brasil, Agência n.º 0569-X e Conta Corrente n.º 42.129-4;

**15.2.1.2.** Títulos da Dívida Pública, devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda, em observância ao disposto no inciso I do §1º do art. 136 da Lei n.º 9.433/2005;

**15.2.1.3.** Fiança bancária; ou

**15.2.1.4.** Seguro-garantia.

## **16. DOS RECURSOS**



**16.1.** A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei n.º 14.133, de 2021.

**16.2.** O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

**16.3.** Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

**16.3.1.** a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

**16.3.2.** o prazo para a manifestação da intenção de recorrer será de 10 (dez) minutos.

**16.3.3.** o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

**16.3.4.** na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei n.º 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

**16.4.** Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

**16.5.** O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**16.6.** Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

**16.7.** O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

**16.8.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**16.9.** O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

**16.10.** Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Jaborandi, situada na Avenida Francisco Moreira Alves, 01, Centro, Jaborandi, Bahia, CEP 47.655-017, ou solicitadas no e-mail: [financas@jaborandi.ba.gov.br](mailto:financas@jaborandi.ba.gov.br), ou no sítio eletrônico: <https://www.jaborandi.ba.gov.br>.

## **17. DA AMOSTRA**

**17.1.** Não se exigirá que a licitante vencedora entregue para teste amostra do objeto licitado, por tratar-se de execução de serviços.

## **18. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**

**18.1.** A sessão pública poderá ser reaberta, voltando a fase com vistas a ata complementar:

**18.1.1.** Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

**18.1.2.** Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC n.º 123/2006.

**18.1.3.** Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

**18.2.** Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reabertura.

**18.2.1.** A convocação se dará por meio do sistema eletrônico “chat” ou por e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

**18.2.2.** A convocação feita por chat do sistema ComprasNet ou por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos nos documentos da empresa licitante, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

## **19. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

**19.1.** O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

**19.2.** Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente - Presidente homologará o procedimento licitatório.

**19.3.** O objeto deste Pregão será adjudicado **por lote** à cada licitante(s) vencedora(s).

**19.4.** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

## **20. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

**20.1.** Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

**20.1.1.** deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro durante o certame;

**20.1.2.** Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

**20.1.2.1.** não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

**20.1.2.2.** recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

**20.1.2.3.** pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

**20.1.2.4.** deixar de apresentar amostra;

**20.1.2.5.** apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

**20.1.3.** não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

**20.1.3.1.** recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

**20.1.4.** apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

**20.1.5.** fraudar a licitação

**20.1.6.** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

**20.1.6.1.** agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

**20.1.6.2.** induzir deliberadamente a erro no julgamento;

**20.1.6.3.** apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

**20.1.7.** praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

**20.1.8.** praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

**20.2.** Com fulcro na Lei n.º 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

**20.2.1.** advertência;

**20.2.2.** multa;

**20.2.3.** impedimento de licitar e contratar e

**20.2.4.** declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

**20.3.** Na aplicação das sanções serão considerados:

**20.3.1.** a natureza e a gravidade da infração cometida.

**20.3.2.** as peculiaridades do caso concreto

**20.3.3.** as circunstâncias agravantes ou atenuantes

**20.3.4.** os danos que dela provierem para a Administração Pública

**20.3.5.** a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**20.4.** A multa será recolhida em percentual de 10% incidente sobre o valor do contrato lícitado, recolhida no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

**20.4.1.** Para as infrações previstas nas Clausulas 20.1.1, 20.1.2 e 20.1.3, a multa será de 10% do valor do contrato lícitado.

**20.4.2.** Para as infrações previstas nas Clausulas 20.1.4, 20.1.5, 20.1.6, 20.1.7 e 20.1.8, a multa será de 20% do valor do contrato licitado.

**20.5.** As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

**20.6.** Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

**20.7.** A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nas Clausulas 20.1.1, 20.1.2 e 20.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

**20.8.** Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nas Clausulas 20.1.4, 20.1.5, 20.1.6, 20.1.7 e 20.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 20.1.1, 20.1.2 e 20.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

**20.9.** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita na Clausula 20.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

**20.10.** A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

**20.11.** Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**20.11.1.** A cláusula imediatamente acima, não se aplica às multas de aplicabilidade imediata, considerando a previsão editalícia, e a basilar ação de licitante que pode ser plenamente evitada por ato de responsabilidade prévia.

**20.12.** Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

**20.13.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**20.14.** A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

## **21. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

**21.1.** Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei n.º 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 03 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

**21.2.** A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

**21.3.** A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma pessoal, sendo protocolado na sede **Prefeitura Municipal de Jaborandi, situado na Avenida Francisco Moreira Alves, 01, Centro, Jaborandi, Bahia, CEP 47.655-017**, nos dias úteis, no horário das 08hs00min horas às 12hs00min horas, ou na forma eletrônica pelo seguinte e-mail: *financas@jaborandi.ba.gov.br*.

**21.3.1.** No campo Assunto do e-mail, realizar referência ao Pregão Eletrônico n.º 008/2026 - Termos de Impugnação ao Edital ou Pedido de Esclarecimento, com vistas a identificação imediata.

**21.4.** As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

**21.4.1.** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

**21.5.** Acolhida a impugnação contra este Edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

**21.5.1.** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

**21.6.** As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

**21.7.** As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados pelo Pregoeiro serão entranhados nos autos do processo licitatório, e serão disponibilizados no Sistema ComprasNet e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.

## **22. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**22.1.** Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico do ComprasNet.

**22.2.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

**22.3.** Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.



**22.4.** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

**22.5.** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

**22.6.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

**22.7.** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

**22.8.** Os documentos eletrônicos produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizada pela ICP / Brasil, nos termos da Medida Provisória n.º 2.200/2, de 24 de agosto de 2001, serão recebidos e presumidos verdadeiros em relação aos signatários, dispensando-se o envio de documentos originais e cópias autenticadas em papel.

**22.9.** Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

**22.10.** O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico: [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br) - Código UASG 989.859 e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço na **Prefeitura Municipal de Jaborandi, situado na Avenida Francisco Moreira Alves, 01, Centro, Jaborandi, Bahia, CEP 47.655-017**, nos dias úteis, no horário das 08hs00min horas às 12hs00min horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

**22.11.** Este Pregão poderá ter a data de abertura da sessão pública transferida por conveniência da Prefeitura Municipal de Jaborandi - Bahia, sem prejuízo do disposto no art. 55, inciso I, alínea A, da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021.

## **23. DOS ANEXOS**

**23.1.** São partes integrantes deste Edital os seguintes anexos:

- Anexo I - A - Termo de Referência
- B - Planilhas de Composição do Preço Unitário
- Anexo II - Modelo de Proposta de Preços e Planilhas;
- Anexo III - Modelo de Declarações para Participação no Certame;
- Anexo IV - Minuta de Termo de Contrato.
- Anexo V - Conciliação entre a União e o Ministério Público do Trabalho
- Anexo VI - Check List de Documentos - Indispensáveis
- Anexo VII - Folha de dados para elaboração do Contrato

## **24. DO FORO**



**24.1.** As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro da cidade de Coribe - Bahia, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Jaborandi - Bahia, 05 de fevereiro de 2026.

Marcos Antônio Matos da Silva  
Prefeito Municipal  
Prefeitura Municipal de Jaborandi



**ANEXO I - A TERMO DE REFERÊNCIA**

*Pregão Eletrônico para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de limpeza, asseio e conservação dos prédios públicos próprios e locados do Município de Jaborandi - Bahia*

**TERMO DE REFERÊNCIA**

*Processo Administrativo n.º 209/2025*

*Secretaria Municipal de Administração*

*Município de Jaborandi, Bahia.*

**Necessidade da Administração Pública:** a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de limpeza, asseio e conservação dos prédios públicos próprios e locados do Município de Jaborandi - Bahia.

**Modalidade:** Esta contratação se dará por meio de licitação, na modalidade de Pregão Eletrônico.

**Critério de julgamento:** Menor preço global.

**Custo estimado global da contratação:** R\$ 4.727.038,74 (quatro milhões, setecentos e vinte e sete mil, trinta e oito reais e setenta e quatro centavos).

**1. OBJETO**

**1.1.** A presente licitação tem como objeto o Pregão Eletrônico para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de limpeza, asseio e conservação dos prédios públicos próprios e locados do Município de Jaborandi - Bahia, conforme especificações, quantidades estimadas e valores máximos estabelecidos neste Termo de Referência.

**2. JUSTIFICATIVA**

**2.1.** A contratação de empresa na prestação de serviços de limpeza, asseio e conservação predial, considerados essenciais ao desenvolvimento das atividades meio e fim no Município de Jaborandi, tem por objetivo manter os ambientes de trabalho permanentemente limpos e saudáveis, voltados à qualidade do trabalho, proporcionando ao público interno e externo condições mínimas de higiene e conforto, além da manutenção e conservação dos bens públicos em caráter permanente.

**2.2.** Estes serviços são de natureza continuada principalmente porque o Município de Jaborandi não possui a integralidade dos profissionais para atendimento à toda a demanda municipal, tratando-se de serviços complementares e essenciais para suprir as necessárias, sendo plenamente pertinente, oportuno e vantajoso a continuidade da terceirização destes serviços por intermédio de uma empresa especializada no objeto do presente processo administrativo.

**2.3.** A manutenção das instalações públicas trata-se de cuidado com os bens de todo o Município de Jaborandi para que permitam estarem em condições adequadas de utilização, além disso, trata-se do cumprimento da obrigação inerentes de todos os servidores, colaboradores e cidadãos em conservação e manutenção dos bens públicos.

**2.4.** A realização de uma nova contratação para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de limpeza, asseio e conservação dos prédios públicos próprios e locados do Município de Jaborandi - Bahia, justifica-se pela necessidade de continuidade de manutenção das condições imprescindíveis dentro dos parâmetros e rotinas mínimas estabelecidas, as quais foram atualizadas ao longo deste últimos anos para um melhor atendimento e conservação da limpeza, o que promoveu alterações qualitativas e quantitativas das unidades de medida dos serviços com observância às recomendações aceitas para promover o bom desempenho das atribuições dos servidores, colaboradores, usuários e demais envolvidos.

**2.5.** A contratação dos serviços de limpeza, asseio e conservação de forma contínua, dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, com fornecimento de mão-de-obra e ainda com observância às recomendações aceitas pela boa técnica, pelas normas e pelas legislações aplicáveis, tem por objetivo primordiais:

**2.5.1.** Manutenção das condições mínimas necessárias para que os servidores desempenhem suas funções nos órgãos públicos próprios ou locados em um ambiente mantido em bom estado de conservação, asseio e higiene.

**2.5.2.** Manter nas condições mínimas de higiene os ambientes para a oferta dos serviços nas sedes e setores vinculados das Secretarias Municipais de Administração e Planejamento, Educação e Cultura, Saúde, Assistência e Bem Estar Social, Meio Ambiente e Recursos Naturais, Agricultura e Desenvolvimento Rural, e Viação, Obras e Urbanismo.

**2.6.** Os serviços a serem contratados enquadram-se como atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.

**2.7.** Finalmente, destacamos a grande relevância da iniciativa de um novo processo administrativo para a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de limpeza, asseio e conservação dos prédios públicos próprios e locados do Município de Jaborandi - Bahia, por tratar-se de promovermos novamente a indispensável realização deste objeto licitatório por intermédio da modalidade de Pregão Eletrônico a ser realizado por este poder executivo, sendo uma demonstração de responsabilidade, legalidade e transparência das ações deste poder executivo municipal.

### **3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

**3.1.** A fundamentação legal do presente Termo de Referência está consubstanciada na aplicabilidade à contratação nas disposições da nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos n.º 14.133/2021, na Lei n.º 8.078/1990 - Código de Defesa do Consumidor, à Lei Complementar n.º 123/2006 e alterações promovidas, pela Lei n.º 147/2014, e a Lei n.º 156/2016; e o Decreto Municipal n.º 495/2023.

**3.2.** O objeto da contratação não está previsto no Plano de Contratações Anual, por trata-se de ação administrativa que ainda está em andamento para a sua efetiva publicação, considerando tratar-se da recente e obrigatória a Lei de Licitações n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, onde a partir de janeiro deste exercício tornou-se obrigatória a aplicabilidade em municípios, e assim, neste interstício do presente exercício financeiro ainda não foi suficiente para sua conclusão, por haver continuamente, em paralelo, todos aos trabalhos administrativos.

**3.3.** O presente processo será realizado sob a modalidade licitatório Pregão Eletrônico, mediante a utilização do Sistema ComprasNet, que vem sendo utilizado deste o exercício de 2020, e o sistema exige o número contido no Plano de Contratações Anual, a qual determinou que algumas obrigаторiedades deverão ser exercidas a partir de abril do exercício de 2026, considerando que a população de Jaborandi é de 9.275 segundo o Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE de 2022, estando abaixo do disposto no art. 176, da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021.

**3.4.** A legislação adicional aplicável, além dos documentos utilizados como referência à contratação do objeto do presente Termo de Referência encontra amparo nos documentos:

**3.4.1.** Constituição Federal do Brasil de 1988;

**3.4.2.** Lei Federal n.º 14.133, de 1 de abril de 2021;

**3.4.3.** Decreto Municipal n.º 495, de 18 de outubro de 2023;

**3.4.4.** Lei Complementar n.º 123/2006 e alterações das Leis n.º 147/2014 e 156/2016;

**3.4.5.** Convenção Coletiva de Trabalho 2024/2026, sob o Registro no Ministério do Trabalho e Emprego n.º BA000817/2024 - Sindicato das Empresas de Serviços e Limpeza Ambiental Bahia - SEAC/BA e o Sindicato Trabalhadores de Limpeza Pública Com. Ind., Hospitalar, Asseio, Prest. Serv. em Geral, Conservação, Jardinagem e Controle de Pragas Intermunicipal - SINDILIMP - BA;

**3.4.6.** Caderno de Estudo sobre a Composição dos Custos dos Valores Limites Serviços de Limpeza e Conservação - 2017 - Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão - SEGES, considerando não haver uma atualização mais recente;

**3.4.7.** Caderno de Logística - Prestação de Serviços de Limpeza, Asseio e Conservação sendo o Guia de Orientação sobre os aspectos gerais na contratação de serviços de limpeza, asseio e conservação no âmbito da Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional, versão 1.0, de abril de 2014, considerando não haver uma atualização mais recente;

**3.4.8.** A Lei n.º 5.764, de 16 de dezembro de 1971 que Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências.; e a Lei n.º 12.690, de 19 de julho de 2012 que dispõe sobre a organização e o funcionamento das Cooperativas de Trabalho; institui o Programa Nacional de Fomento às Cooperativas de Trabalho - PRONACOOOP; e revoga o parágrafo único do art. 442 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT , aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943;

**3.4.9.** A Instrução Normativa n.º 005, de 26 de maio de 2017 e a Instrução Normativa n.º SEGES/ME N° 73, de 30 de setembro de 2022.

## **4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

**4.1.** A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice que faz parte indissociável do processo administrativo originário.



## **5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

### **5.1. SUSTENTABILIDADE:**

**5.1.1.** Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no 6º Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia Geral da União – AGU, as disposições contidas no Guia como principais determinações, estarão inseridas nas obrigações da Contratada para adoção na prestação dos serviços, diante do Guia, cabe abarcarmos, não exaustivamente, as principais recomendações as quais estão sujeitos e devem ser atendidas pela empresa a ser contratada:

**5.1.1.1.** usar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

**5.1.1.2.** adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada. Recomenda-se observar se há legislação estadual ou municipal neste tema.

**5.1.1.3.** observar a Resolução CONAMA n.º 20, de 7/12/1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;

**5.1.1.4.** fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;

**5.1.1.5.** realizar um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;

**5.1.1.6.** realizar a separação dos resíduos reutilizáveis e recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta e indireta, e a sua destinação prioritária às associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis, que será precedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN MARE n.º 6, de 3 de novembro de 1995 e do Decreto n.º 10.936, de 2022;

**5.1.1.7.** respeitar as Normas Brasileiras - NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;

**5.1.2.** Segundo o inciso IV, do art. 11 da Lei n.º 14.133, de 1 de abril de 2021, o processo de licitação deve incentivar e promover o desenvolvimento nacional sustentável em que se destina a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável. Nesse sentido, pode-se dizer que a licitação sustentável é o procedimento administrativo formal que contribui para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável, mediante a inserção de critérios sociais, ambientais e econômicos nas aquisições de bens e contratações de serviços.

### **5.2. SUBCONTRATAÇÃO**

**5.2.1.** Não é admitida a subcontratação total ou parcial do objeto licitatório, nos termos do art. 122 da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021.

**5.2.2.** O Contratante não terá nenhum vínculo contratual com os profissionais que forem subcontratados. Toda a relação contratual será realizada com a empresa Contratada, inclusive pagamentos e aplicações das sanções contratualmente previstas, no caso de descumprimento da avença.

### **5.3. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO**

**5.3.1.** Não haverá exigência da garantia da contratação em conformidade com o Artigo 96 e seguintes da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, considerando que para a prestação dos serviços primeiramente, o que está em plena exposição são os colaboradores, integridade, equipamentos, veículos, recursos, uniformes, etc., da empresa a ser contratada, o que determina que não há risco à lesão ao erário.

## **6. MÉTODOS E FORMAS DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

### **6.1. CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO**

**6.1.1.** A Contratada deverá iniciar os serviços objeto deste Pregão Eletrônico em até 05 (cinco) dias corridos, contados da sua assinatura do contrato.

**6.1.2.** Os profissionais, equipamentos, materiais, uniformes, epi, etc., disponibilizados para prestação dos serviços deverão atender às especificações contidas nas cláusulas do Termo de Referência, em perfeitas condições de utilização, conservação, funcionamento e segurança, obedecendo a todas as exigências estabelecidas pelas legislações trabalhistas.

**6.1.3.** A empresa Contratada se compromete a tratar os dados pessoais envolvidos na confecção e necessários à execução do presente Contrato, única e exclusivamente para cumprir a finalidade a que se destinam e em respeito a toda legislação aplicável sobre segurança da informação, privacidade e proteção de dados, inclusive, mas não se limitando à Lei Geral de proteção de Dados - Lei Federal n.º 13.709/2018, comprometendo-se ainda, a não transferir e/ou compartilhar com terceiros, os dados pessoais tratados em razão da presente relação contratual, a menos que seja requisito essencial para o cumprimento do presente contrato, sob pena de ressarcimento de perdas e danos.

**6.1.4.** Ao Município de Jaborandi - Bahia, não caberá qualquer ônus pela rejeição pela prestação dos serviços considerados inadequados pelo gestor.

**6.1.5.** Caberá ao Município por intermédio das Secretarias Municipais definirem a melhor composição da guarnição de profissionais para execução de cada serviço demandados e ordenados, bem como o número de profissionais e a quantidade de horas estimadas as quais deverão ser suficientes para a plena satisfação do interesse público na execução de cada serviço demandado por metro quadrado efetivamente a ser realizado.

**6.1.6.** Em toda e qualquer realização dos serviços a Contratada e seus colaboradores deverão prezar pela economia de materiais, evitando perdas e desperdícios, zelando pela conservação, limpeza e estado de operação dos instrumentos, equipamentos e locais de trabalho, observando a necessidade de utilização de dispositivos especiais e outros equipamentos relativos ao asseio e ao controle do processo para a execução dos serviços demandados.

**6.1.7.** A empresa contratada deverá orientar seus colaboradores a fazer uso de instrumentos, ferramentas e equipamentos adequados e específicos, visando manter os

locais de serviços identificados, bem como os relacionados aos procedimentos de segurança e de isolamento caso seja necessário durante a execução dos serviços, para que seja executado o trabalho solicitado com segurança, higiene e saúde cumprindo as normas de Segurança e usando Equipamentos de Proteção - EPI's.

## 6.2. DO LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

### 6.2.1. SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

**6.2.1.1.** Os serviços pertinentes a **Secretaria Municipal de Administração e Planejamento**, serão executados nas instalações físicas do Município de Jaborandi, nas dependências e adjacências de todos os prédios públicos próprios e locados que estão sob a responsabilidade da secretaria, localizados na Sede do Município de Jaborandi, conforme relação abaixo:

Prédios públicos próprios e locados	Localidade
Prefeitura Municipal de Jaborandi	Sede
Sede da Polícia Militar (Locação)	Sede
Posto Policial	Povoado Brejão

### 6.2.2. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

**6.2.2.1.** Os serviços pertinentes a **Secretaria Municipal de Educação e Cultura**, serão executados nas instalações físicas do Município de Jaborandi, nas dependências e adjacências de todos os prédios públicos próprios que estão sob a responsabilidade da secretaria, localizados na Sede e no Interior do Município de Jaborandi, conforme relação abaixo:

Prédios públicos próprios e locados	Localidade
Escola Municipal Nely Novaes	Sede
Escola Municipal Prof. <sup>a</sup> Maria Railda	Sede
Escola Municipal Joaquim Cândido Rodrigues	Sede
Escola Municipal Prof. <sup>a</sup> Maria Aparecida M. Rego Alencar	Sede
Centro Cultural / Biblioteca	Sede
Escola Municipal Pio XII	Felicianópolis
Escola Municipal XV de Novembro	São Manoel
Escola Municipal Padre Victor	Brejão
Casa de Apoio para Professores	Brejão

**6.2.2.2.** Os licitantes devem ter ciência da localização de cada uma das dependências, pois em especial destacamos as duas dependências acima dispostas que estão localizadas na localidade de Brejão que fica a uma distância da sede do Município de Jaborandi por estradas vicinais de 160km.

### 6.2.3. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

**6.2.3.1.** Os serviços pertinentes a **Secretaria Municipal de Saúde** serão executados nas instalações físicas do Município de Jaborandi, nas dependências e adjacências de todos os prédios públicos próprios e locados que estão sob a responsabilidade da Secretaria, localizadas na Sede e no Interior do Município de Jaborandi, conforme relação abaixo:

Prédios públicos próprios e locados	Localidade
UBS Dona Martinha	Sede
UBS Raimunda de Palim	Sede
Hospital Municipal Hermenegildo Dias da Silva	Sede
Laboratório Municipal / ALCENSA	Sede
Policlínica Municipal Gervásio Correia	Sede
Sede do CEVISA (Locação)	Sede
Casa de Apoio (Locação)	Sede
UBS Feliciano José de Moura	Felicianópolis
UBS Manoel Benedito	São Manoel
Posto de Saúde Balbino Zuza	Brejão

**6.2.3.2.** Os licitantes devem ter ciência da localização de cada uma das dependências, pois em especial destacamos a dependência acima disposta que está localizada na localidade de Brejão que fica a uma distância da sede do Município de Jaborandi por estradas vicinais de 160km.

### 6.2.4. SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL

**6.2.4.1.** Os serviços pertinentes a **Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Rural**, serão executados nas instalações físicas do Município de Jaborandi, nas dependências e adjacências de todos os prédios públicos próprios que estão sob a responsabilidade da Secretaria, localizados na Sede e no Interior do Município de Jaborandi, conforme relação abaixo:

Prédio Público	Localidade
Mercado Municipal - Sede	Sede
Mercado Municipal - Interior	Felicianópolis

### 6.2.5. SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA E BEM ESTAR SOCIAL

**6.2.5.1.** Os serviços pertinentes a **Secretaria Municipal de Assistência e Bem Estar Social**, serão executados nas instalações físicas do Município de Jaborandi, nas dependências e adjacências de todos os prédios públicos próprios e locados que estão sob a responsabilidade da Secretaria, localizados na Sede do Município de Jaborandi, conforme relação abaixo:

Prédios públicos próprios e locados	Localidade
Sede da Secretaria de Assistência Social (Locação)	Sede
CRAS	Sede
Sede dos Programas Cadastro Único e Auxílio Brasil (Locação)	Sede

## **6.2.6. SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, VIAÇÃO E URBANISMO**

**6.2.6.1.** Os serviços pertinentes a **Secretaria Municipal de Obras, Viação e Urbanismo** serão executados nas instalações físicas do Município de Jaborandi, nas dependências e adjacências de todos os prédios públicos próprios e locados que estão sob a responsabilidade da Secretaria, localizadas na Sede do Município de Jaborandi, conforme relação abaixo:

Prédios públicos próprios e locados	Localidade
Sede da Secretaria de Viação, Obras e Urbanismo (Locação)	Sede
Garagem / Almoxarifado	Sede
Terminal Rodoviário Vereador Aleixo Caetano	Sede
Galpão	Sede

## **6.2.7. SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE**

**1.1.1.1.** Os serviços pertinentes a **Secretaria Municipal de Meio Ambiente** serão executados nas instalações físicas do Município de Jaborandi, nas dependências e adjacências de todos os prédios públicos próprios e locados que estão sob a responsabilidade da Secretaria, localizadas na Sede do Município de Jaborandi, conforme relação abaixo:

Prédios públicos próprios e locados	Localidade
Sede da Secretaria Municipal de Meio Ambiente (Locação)	Sede

**6.2.8.** As áreas internas e externas de cada prédio foram mensuradas através de medições realizadas in loco, além dos prédios e as calçadas adjacentes, sendo consideradas estas as Áreas Internas; Área Tipo 01 - Pisos Adjacentes contíguos às edificações; Área Tipo 02 - Varrição de pátios, passeios e arruamentos; e Área Tipo 03 - Coleta de detritos em áreas



verdes, ao qual a empresa deverá realizar também as obrigações dispostas no Termo de Referência.

**6.2.9.** Um dos mais relevantes pontos na forma de contratação e aferição dos serviços prestados neste Termo de Referência, consiste no resguardo da Administração Pública em que o Município apenas remunera os serviços medidos em conformidade com as metragens efetivamente executadas ao longo de cada competência, não havendo qualquer prejuízo ao erário.

## **6.3. DOS SERVIÇOS A SEREM EXECUTADOS**

### **6.3.1. METODOLOGIA DE REFERÊNCIA DA LIMPEZA DAS ÁREAS INTERNAS**

**6.3.1.1.** Consideram-se áreas internas aquelas áreas edificadas integrantes do imóvel, compreendem as áreas internas as áreas de pisos (acarpetados ou frios), laboratórios, almoxarifados, galpões, oficinas, áreas com espaços livres (saguão, hall e salão). Os serviços serão executados pela Contratada na seguinte frequência:

#### **DIARIAMENTE, UMA VEZ, QUANDO NÃO DEFINIDA OUTRA FREQUÊNCIA**

- ✓ Remover, com pano úmido, o pó das mesas, armários, arquivos, prateleiras, persianas, peitoris, caixilhos das janelas, bem como dos demais móveis existentes, inclusive aparelhos elétricos, extintores de incêndio, etc.;
- ✓ Lavar os cinzeiros situados nas áreas reservadas para fumantes, se houver;
- ✓ Remover capachos e tapetes, procedendo a sua limpeza e aspirando o pó;
- ✓ Proceder a lavagem de bacias, assentos e pias dos sanitários com saneante domissanitário desinfetante, duas vezes ao dia;
- ✓ Varrer, remover manchas e lustrar os pisos encerados de madeira;
- ✓ Varrer, passar pano úmido e polir os balcões e os pisos vinílicos, de mármore, cerâmicos, de marmorite e emborrachados;
- ✓ Varrer os pisos de cimento;
- ✓ Limpar com saneantes domissanitários os pisos dos sanitários, copas e outras áreas molhadas, duas vezes ao dia;
- ✓ Abastecer com papel toalha, higiênico e sabonete líquido os sanitários, duas vezes ao dia ou mais, quando necessário;
- ✓ Retirar o pó dos telefones com flanela e produtos adequados;
- ✓ Limpar equipamentos de informática: impressoras, monitores, gabinetes, nobreaks, estabilizadores, etc., com o devido cuidado para não infiltrar líquidos;
- ✓ Passar pano úmido com álcool nos tampos das mesas e assentos dos refeitórios antes e após as refeições;
- ✓ Retirar o lixo duas vezes ao dia, acondicionando-o em sacos plásticos de cem litros, removendo-os para local indicado pela Administração;
- ✓ Limpar os corrimãos e/ou maçanetas de portas;
- ✓ Higienizar os bebedouros, repondo com garrações de água mineral, adquiridos pela Administração;
- ✓ Limpar as áreas de recepção, banheiro, coordenação e cozinha com desinfetantes com fragrâncias suaves;

- ✓ Realizar a higienização diária do serviço de saúde, obedecendo às resoluções da ANVISA no que se refere à coleta; uso de equipamentos de proteção individual para a área;
- ✓ Executar demais serviços considerados necessários à frequência diária.

#### **SEMANALMENTE, UMA VEZ, QUANDO NÃO DEFINIDA OUTRA FREQUÊNCIA**

- ✓ Limpar atrás dos móveis, armários e arquivos;
- ✓ Limpar, com produtos adequados, divisórias e portas revestidas de fórmica;
- ✓ Limpar, com produto neutro, portas, barras e batentes pintados a óleo ou verniz sintético;
- ✓ Lustrar todo o mobiliário envernizado com produto adequado e passar flanela nos móveis encerados;
- ✓ Limpar, com produto apropriado, as forrações de couro ou plástico em assentos e poltronas;
- ✓ Limpar e polir todos os metais, como válvulas, registros, sifões, fechaduras, etc.;
- ✓ Lavar os balcões e os pisos vinílicos, de mármore, cerâmicos, de marmorite e emborrachados com detergente, encerar e lustrar;
- ✓ Passar pano úmido com saneantes domissanitários nos telefones;
- ✓ Limpar os espelhos com pano umedecido em álcool, duas vezes por semana;
- ✓ Retirar o pó e resíduos, com pano úmido, dos quadros em geral;
- ✓ Executar demais serviços considerados necessários à frequência semanal.

#### **MENSALMENTE, UMA VEZ**

- ✓ Limpar todas as luminárias por dentro e por fora;
- ✓ Limpar forros, paredes e rodapés;
- ✓ Limpar cortinas, com equipamentos e acessórios adequados;
- ✓ Limpar persianas com produtos adequados;
- ✓ Remover manchas de paredes;
- ✓ Limpar, engraxar e lubrificar portas, grades, basculantes, caixilhos, janelas de ferro (de malha, enrolar, pantográfica, correr, etc.);
- ✓ Lavar a área de garagem interna;
- ✓ Proceder a uma revisão minuciosa de todos os serviços prestados durante o mês.

#### **SEMESTRALMENTE**

- ✓ Lavar as caixas d'água, com produtos adequados, removendo a lama depositada e desinfetando-as;

### **6.3.2. METODOLOGIA DE REFERÊNCIA DA LIMPEZA DAS ÁREAS EXTERNAS:**

**6.3.2.1.** Consideram-se áreas externas a aquelas áreas não edificadas, mas integrante do imóvel, compreendendo os pisos pavimentados adjacentes/contíguos às edificações, as áreas de passeios e arruamentos, pátios e áreas verdes classificados de acordo com a frequência. Os serviços serão executados pela Contratada na seguinte frequência:

### **DIARIAMENTE, UMA VEZ, QUANDO NÃO DEFINIDA OUTRA FREQUÊNCIA**

- ✓ Remover capachos e tapetes, procedendo a sua limpeza;
- ✓ Varrer, passar pano úmido e polir os pisos vinílicos, de mármore, cerâmicos, de marmorite e emborrachados;
- ✓ Varrer as áreas pavimentadas;
- ✓ Retirar o lixo duas vezes ao dia, acondicionando-o em sacos plásticos de cem litros, removendo-os para local indicado pela Administração;
- ✓ Recolhimento de detritos da área externa ao prédio;
- ✓ Executar demais serviços considerados necessários à frequência diária.

### **SEMANALMENTE, UMA VEZ**

- ✓ Limpar e polir todos os metais (torneiras, válvulas, registros, sifões, fechaduras, etc.);
- ✓ Lavar os pisos vinílicos, de mármore, cerâmicos, de marmorite e emborrachados, com detergente, encerar e lustrar;
- ✓ Retirar papéis, detritos e folhagens das áreas verdes;
- ✓ Executar demais serviços considerados necessários à frequência semanal.

### **MENSALMENTE, UMA VEZ**

- ✓ Lavar as áreas destinadas à garagem/estacionamento;
- ✓ Executar demais serviços considerados necessários à frequência mensal.

#### **6.3.3. METODOLOGIA DE REFERÊNCIA LIMPEZA DAS ESQUADRIAS:**

**6.3.3.1.** Consideram-se esquadrias externas aquelas áreas compostas de vidros e as portas de madeira ou metálicas. As esquadrias compõem-se de face interna e externa sem exposição à situação de risco. Os serviços serão executados pela Contratada na seguinte frequência:

### **QUINZENALMENTE, UMA VEZ**

- ✓ Limpar todas as janelas com vidros - face interna/externa - aplicando-lhe produtos anti-embaçantes;

## **7. DA JORNADA DE TRABALHO**

**7.1.** Os serviços poderão serem executados em jornada(s) de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, conforme normas trabalhistas e Convenção Coletiva da Categoria, em horário comercial de segunda a sexta-feira, entre as 07hs00min e as 17hs00min e aos Sábados das 08hs00min e as 12hs00min, compreendendo: jornada diária de 8 (oito) horas, com intervalo obrigatório para almoço de 2 (duas) horas, perfazendo assim um total de 44hs semanais a ser(em) estabelecida(s) pela Administração, pelos profissionais qualificados e habilitados, ou nos horários estabelecidos pelo Município considerando que os serviços serão medidos por m<sup>2</sup> (metro quadrado) efetivado pelos profissionais da empresa contratada, e sob nenhuma hipótese será mensurado por horas trabalhadas.

**7.2.** Excepcionalmente, poderá ser requisitada a prestação de serviços fora do horário mencionado e/ou em dias não úteis, garantida a compensação de horários para o colaborador, de responsabilidade total e exclusiva da Contratada.

**7.3.** Caso não haja compensação e seja extrapolada a jornada diária, excluídas as eventuais horas intrajornada, as horas excedentes poderão ser reembolsadas de acordo com o estabelecido em Convenção Coletiva de Trabalho, com anuência prévia da Contratante.

**7.4.** O controle do cumprimento da jornada diária e mensal será de inteira responsabilidade da Contratada, assim como a substituição nas ocorrências de faltas ou interrupções no cumprimento da carga horária prevista, de modo a evitar a descontinuidade da prestação dos serviços e a consequente glosa de valores por ocasião do pagamento dos serviços prestados.

**7.5.** Cabe à Contratada instruir seus empregados quanto aos procedimentos nas ocasiões de licenças médicas, devendo esta comunicar formalmente à Contratante, apresentando as documentações que comprovam o fato ocorrido, e providenciar a pronta substituição do empregado.

**7.6.** Uma vez que a jornada diária ultrapassa 08 (oito) horas, a Contratada deverá apresentar em até 10 (dez) dias, a contar da data de início da execução dos serviços, acordo escrito de prorrogação e/ou compensação devidamente assinado pelo empregado ocupante do posto fixo disponibilizado.

**7.7.** Caso o expediente oficial da Contratante seja alterado por determinação legal ou infralegal, por circunstâncias supervenientes ou conveniência da Administração, os horários de prestação dos serviços poderão ser readequados para atender às novas disposições.

## **8. DA DEFINIÇÃO DE SANEANTES DOMISSANITÁRIOS**

**8.1.** Os saneantes domissanitários são substâncias ou materiais destinados à higienização, desinfecção domiciliar, em ambientes coletivos e/ou públicos, em lugares comuns e no tratamento da água, compreendendo:

**8.1.1. Desinfetantes:** são agentes químicos capazes de destruir microrganismos na forma vegetativa, podendo destruir parcialmente os esporos, em artigos ou superfícies, sendo divididos segundo seu nível de atividade em alto, médio ou baixo;

**8.1.2. Detergentes:** são substâncias tensoativas, solúveis em água e dotadas de capacidade de emulsificar gorduras e manter resíduos em suspensão. São utilizados para limpeza de artigos e superfícies e para lavagem das mãos;

**8.1.3. Material de higiene:** papel-toalha, papel higiênico e sabonete líquido.

**8.2.** São equiparados aos produtos domissanitários os detergentes e desinfetantes e respectivos congêneres, destinados à aplicação em objetos inanimados e em ambientes, ficando sujeitos às mesmas exigências e condições no concernente ao registro, à industrialização, entrega ao consumo e fiscalização.

## **9. DA ÁREA DE ATENDIMENTO E DO ÍNDICE DE PRODUTIVIDADE MÍNIMO**

**9.1.** Os serviços de limpeza, asseio e conservação serão executados nas áreas detalhadas neste Termo de Referência, compreendendo as áreas internas, calçadas, esquadrias, áreas verdes, estacionamentos e demais instalações.

**9.2.** Os serviços serão contratados com base na área física a ser limpa, estabelecendo-se o custo por metro quadrado (m<sup>2</sup>), observada a peculiaridade, a produtividade e a periodicidade de cada tipo de serviço / tipo de área ou conforme demandas da Administração Municipal de acordo com a discriminação e produtividade básica a seguir:

<b>Tipo de Área</b>	<b>Índice de Produtividade</b>	<b>Periodicidade</b>
Área Interna <i>Geral</i>	800 m <sup>2</sup>	Diário
Área interna <i>Hospitalar e assemelhadas</i>	360 m <sup>2</sup>	Diário
Área interna <i>Depósitos e Galpões</i>	1.350 m <sup>2</sup>	Diário
Área Externa Tipo 1 <i>Pisos adjacentes/contíguos às edificações</i>	1.800 m <sup>2</sup>	Diário
Área Externa Tipo 2 <i>Varrição de pátios, passeios e arruamentos</i>	6.000 m <sup>2</sup>	Diário
Área Externa Tipo 3 <i>Coleta de detritos em áreas verdes</i>	100.000 m <sup>2</sup>	Diário
Esquadrias <i>Face Interna e Face Externa sem exposição a risco</i>	300 m <sup>2</sup>	Diário

**9.3.** São definições das áreas:

**9.3.1.** Considera-se área interna a área edificada do imóvel, incluindo coberturas e garagens;

**9.3.2.** Considera-se área externa aquela não edificada, mas integrante do imóvel (calçadas e áreas de estacionamento), passeios, rampas, estacionamento, circulação de veículos e acessos; área adjacentes foi estimado uma largura de 1,5m x metragem linear de cada edifício considerada está Tipo 1; para a área externas Tipo 2, ficou consignado estimativamente uma largura de 5m x metragem linear de cada edifício após a área adjacente; e finalmente para a Tipo 3, ficou consignado estimativamente uma largura de 3m x metragem linear de cada edifício após a área adjacente;

**9.3.3.** Consideram-se esquadrias interna (face interna) e esquadrias externa (face externa), aquelas cuja limpeza não demanda a utilização de equipamentos especiais, estando inclusas todas as portas e janelas. Para mensuração estimativamente das esquadrias internas e externas foi utilizado o percentual de 15% do m<sup>2</sup> da área interna dos prédios públicos próprios e locados, e tendo sido utilizado o percentual de 5% para a área interna do Deposito e Galpões da Secretaria de Obras, Viação e Urbanismo;



**9.3.4.** Considera-se áreas verdes a largura de 3m x metragem linear ao redor de cada prédio, depois das calçadas, seja com muro ou sem muro.

**9.4.** Os índices de produtividade mínima da mão-de-obra, constante no subitem 9.2, foram definidos em conformidade com as disposições constantes no Anexo VI - B da Instrução Normativa - IN SLTI/MP n.º 05, de 25 de maio de 2017, e buscando fatores econômicos favoráveis à Administração Pública.

**9.4.1.** A não observância pelos licitantes dos índices de produtividade da mão-de-obra fixados no subitem resultará na desclassificação da proposta.

**9.5.** Serão utilizadas as fórmulas abaixo para o cálculo do quantitativo de serventes necessários à prestação dos serviços de conservação e limpeza, onde **Si** corresponde à quantidade de serventes para área interna; **Se** a quantidade de serventes para área externa; e **St** o quantitativo total de serventes:

$$S_{\text{int}} = \frac{\text{área física (pisos frios/acarpetados)}}{800}$$

$$S_{\text{hos}} = \frac{\text{área hospitalar e assemelhados}}{330}$$

$$S_{\text{ext}} = \underbrace{\text{área física externa tipo I}}_{1800} + \underbrace{\text{área física externa tipo II}}_{6000} + \underbrace{\text{área física externa tipo III}}_{100000}$$

$$S_{\text{ext}} = \underbrace{\text{área física interna galpão}}_{1350}$$

$$S_{\text{esq}} = \frac{\text{área física de esquadrias} \times 1}{300 \quad 15} (*)$$

$$S_t = S_{\text{int}} + S_{\text{hos}} + S_{\text{ext}} + S_{\text{esq}}$$

(\*) A fração 1/15 indica que o serviço de limpeza integral das esquadrias será realizado quinzenalmente ou a cada 10 (dez) dias úteis.

**9.6.** Para cada resultado obtido ( $S_{\text{int}}$ ,  $S_{\text{hos}}$ ,  $S_{\text{ext}}$ ,  $S_{\text{esq}}$ ), os quais serão tomados individualmente, deverá ser levado em conta as regras de arredondamento fixadas abaixo, de forma que o somatório  $S_t$  contenha somente números inteiros, sem casas decimais:

**9.6.1.** Número de serventes igual ou maior que 0,5: o resultado será arredondado para mais;

**9.6.2.** Número de serventes menor que 0,5: o resultado será arredondado para menos.

**9.7.** Os quantitativos encontrados mediante a aplicação das fórmulas estipuladas poderão, ainda, ser reduzidos em função das características da área, serviços a serem executados ou de acordo com a conveniência administrativa.

**9.8.** Em observância ao disposto no Item IV do anexo VI-B da Instrução Normativa n.º 05, de 26/05/2017, será adotada a relação de 01 (um) encarregado para cada 30 (trinta) serventes.

## **10. DA ESCOLARIDADE DOS PROFISSIONAIS**

**10.1.** A empresa é plenamente responsável pela escolaridade de seus colaboradores, considerando que o objetivo do certame é termos as instalações próprias e alugadas estejam sendo realizadas as devidas limpezas e conservação dos patrimônios públicos e bem como dos locados. Notadamente seria preferencial que fossem alocados colaboradores para executarem os serviços os profissionais com no mínimo a exigência para o cargo de servente/ agente de limpeza, o nível de escolaridade de “Ensino Fundamental incompleto”, e para a função de Encarregado de Limpeza o de “Ensino Médio Completo”.

**10.2.** Considerando todos os locais para execução dos serviços, poderá ser solicitado para o preenchimento das vagas referentes a essas Categorias Profissionais a comprovação da Contratada da escolaridade mínima exigida, mediante a apresentação de diploma ou certificado emitido por Instituição legalmente credenciada pelo Ministério da Educação.

**10.3.** A comprovação acima referida será realizada a cada solicitação da Contratante, cabendo à Contratada recrutar, selecionar e encaminhar toda a documentação, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, para análise curricular e, se for o caso, aprovação.

## **11. DA CARGA HORÁRIA REFERENCIAL**

**11.1.** O controle do cumprimento da carga horária e da execução das demandas será de inteira responsabilidade da empresa CONTRATADA, cabendo exclusivamente a esta a substituição de seus funcionários nas ocorrências de falta ou de interrupção no cumprimento da carga horária, a fim de evitar a descontinuidade na prestação dos serviços.

**11.2.** O Município de Jaborandi almeja com a contratação que o serviços sejam executados de fato e de direito, estejam prontos no início, no andamento e no término do expediente, sempre relativo os horários para cada ambiente de toda a estrutura administrativa, portanto, atrasos não ficam a critério e responsabilidade da Contratada, ficando a glosa de parte dos serviços prestados na proporcionalidade, por não ocorrência diária; na requisição que deu origem à prestação dos serviços, ou os descontos proporcionais nas unidades de serviços já realizados no período.

**11.3.** O controle da jornada de trabalho nas dependências da CONTRATANTE deverá ser efetuado por meio de sistema alternativo de controle de jornada de trabalho, a saber: a) cartão de ponto manual; b) biometria; c) controle de ponto por cartão magnético; d) sistema de ponto eletrônico alternativo; e) folha de ponto manual.

**11.4.** Poderá ser utilizado sistema alternativo eletrônico (do tipo Registrador Eletrônico de Ponto - REP) para o controle de jornada de trabalho mediante autorização na Convenção Coletiva de Trabalho, e desde que respeitados os normativos vigentes.

## 12. DOS UNIFORMES

**12.1.** A CONTRATADA deverá fornecer, na presença do Fiscal do Contrato, no início da prestação dos serviços, e, após essa data, a cada 01 (um) ano, uniforme completo novo a todos os profissionais, conforme as quantidades mínimas e a descrição a seguir, independente do estado em que se encontrar o uniforme. Não poderá, em hipótese alguma, repassar os custos de qualquer um dos itens de uniforme aos seus empregados:

Encarregado de Limpeza	Quantidade
Calça na cor preta - peça	3
Camisa em popeline 100% algodão, manga comprida, na cor branca	3
Cinto em couro, de boa qualidade, cor preta	2
Meia na cor preta - par	4
Sapato em couro, na cor preta - par	2

Servente / Agente de Limpeza	Quantidade
Calças ou saias compridas com elástico e cordão, em gabardine - peça	3
Blusas, camisas ou camisetas malha fria, com gola esporte - peça	3
Meia em algodão, na cor preta - par	4
Sapato ou tênis, solado baixo, com palmilha antibacteriana - par	2
Bota de borracha - par	3

**12.2.** Em hipótese alguma, os custos de qualquer um dos itens de uniformes e materiais deverão ser repassados aos seus empregados.

**12.3.** Os uniformes deverão ser fornecidos para todos os funcionários, e principalmente para as atividades a serem exercidas nas áreas hospitalares, a CONTRATADA deverá disponibilizar aos seus funcionários os Equipamentos de Proteção Individual - EPI's necessários, que tem por finalidade a proteção do indivíduo durante a execução dos serviços.

**12.4.** As peças dos uniformes deverão ser confeccionadas em tecido de boa qualidade, compatível com o clima de Jaborandi, duráveis e que não desbotem facilmente.

**12.5.** Todos os uniformes estarão sujeitos à prévia aprovação da CONTRATANTE e, a pedido dela, poderão ser substituídos, caso não correspondam às especificações indicadas nesse item.

**12.6.** Poderão ocorrer eventuais alterações nas especificações dos uniformes, quanto ao tecido, à cor, ao modelo, desde que previamente aceitas pela Administração.

**12.7.** Os uniformes deverão ser entregues aos empregados, mediante recibo (relação nominal), cuja cópia deverá ser entregue à CONTRATANTE, sempre que solicitado pela FISCALIZAÇÃO.

**12.8.** A CONTRATADA também deverá substituir os uniformes que apresentarem defeitos ou desgastes, independente do prazo estabelecido, sem qualquer custo adicional para a CONTRATANTE ou mesmo para os empregados.

**12.9.** Caso exista algum empregado do sexo feminino que, por determinação médica, não possa calçar sapato (fechado) o mesmo deverá ser substituído por sandália em couro maleável puro.

**12.9.1.** Todos os sapatos ou as sandálias deverão ser em couro maleável e de boa qualidade não sintético.

**12.10.** Às empregadas da CONTRATADA que sejam gestantes deverão ser fornecidos uniformes apropriados, substituindo-os sempre que necessário.

**12.11.** A CONTRATADA não poderá exigir do empregado o uniforme usado, quando da entrega dos novos.

**12.12.** A CONTRATADA deverá fornecer, na presença do Fiscal do Contrato, no início da prestação dos serviços, ao Encarregado de Limpeza, conforme as quantidades e a descrição todos os equipamentos listados na tabela “Equipamentos, Ferramentas e EPI’S” do Anexo I-B.1.

**12.13.** O Município poderá realizar diligências, a fim de esclarecer dúvidas ou complementar informações acerca dos valores informados na Planilha de Custos e Formação de Preços apresentada, inclusive mediante a solicitação de apresentação de Notas Fiscais/Faturas ou outros documentos entendidos pertinentes.

**12.14.** A inobservância do prazo fixado pelo Município de Jaborandi para a entrega das respostas e/ou informações solicitadas em eventual diligência ou ainda o envio de informações ou documentos considerados insuficientes ou incompletos ocasionará a desclassificação da proposta.

**12.15.** As planilhas específicas dos itens “Uniformes”, juntamente com as demais Planilhas de Custos e Formação de Preços, servirão para demonstrar possíveis variações de custos/insumos no curso da execução do contrato e serão utilizadas como base em eventuais repactuações ou revisões de preços.

### **13. ATRIBUIÇÕES DOS PROFISSIONAIS**

**13.1.** As atribuições do Servente / Agente de Limpeza, ficam assim especificadas:

**13.1.1.** Efetuar a limpeza, respeitando as recomendações dos fabricantes dos produtos e equipamentos utilizados;

**13.1.2.** Abastecer os banheiros com os materiais necessários à higiene (papel higiênico, papel toalha e sabonete), observando para que não falem;

**13.1.3.** Apontar e comunicar consertos necessários à conservação de bens e instalações, providenciando, se for o caso, a sua execução, com a anuência do fiscal do contrato;

**13.1.4.** Cumprir todas as normas e determinações legais emanadas do fiscal do contrato, por meio do preposto (encarregado) da empresa contratada;

**13.1.5.** Tratar todos os servidores da CONTRATANTE, terceirizados, estagiários, colegas de trabalho e demais pessoas com educação, urbanidade, presteza, fineza e atenção;

**13.1.6.** Abster-se da execução de atividades alheias aos objetivos previstos neste Termo de Referência, durante o período em que estiver prestando os serviços;

**13.1.7.** Encaminhar ao conhecimento da CONTRATANTE, por meio do preposto (encarregado) da empresa CONTRATADA, de forma imediata e em qualquer

circunstância, a constatação de pessoas com atitude suspeita observada nas dependências da Contratante;

**13.1.8.** Zelar pela segurança, limpeza e manutenção das instalações, mobiliários e equipamentos;

**13.1.9.** Executar as demais atividades inerentes ao cargo e aquelas necessárias ao bom desempenho do trabalho.

**13.2.** As atribuições do Encarregado de Limpeza ficam assim especificadas:

**13.2.1.** Reportar-se à Fiscalização do contrato para dirimir quaisquer dúvidas a respeito da execução dos serviços;

**13.2.2.** Acatar as orientações do Fiscal do contrato, inclusive naquilo que diz respeito ao cumprimento das Normas Internas de Segurança e de Medicina do Trabalho;

**13.2.3.** Relatar ao Fiscal do contrato, de forma imediata, toda e qualquer irregularidade observada nos locais onde os serviços estão sendo prestados;

**13.2.4.** Zelar pela segurança, limpeza e conservação dos equipamentos e instalações;

**13.2.5.** Manter sigilo sobre documentos elaborados e assuntos tratados;

**13.2.6.** Abster-se da execução de atividades alheias aos objetivos previstos neste Termo de Referência, durante o horário em que estiver prestando os serviços;

**13.2.7.** Tratar todos os servidores da CONTRATANTE, terceirizados, estagiários, colegas de trabalho e demais pessoas com educação, urbanidade, presteza, fineza e atenção;

**13.2.8.** Executar as demais atividades inerentes ao cargo e necessárias ao bom desempenho do trabalho.

## **14. DOS SALÁRIOS-BASE VIGENTES (PISOS SALARIAIS) CATEGORIAS**

**14.1.** Os salários-base vigentes (pisos salariais) dos profissionais colocados à disposição da CONTRATANTE, para a prestação dos serviços objeto deste Termo de Referência, deverão ser fixados, para as respectivas categorias, tomando-se por parâmetro aqueles dispostos na Convenção Coletiva em vigor.

**14.1.1.** Os salários-base para 44 horas semanais, bem como os demais benefícios, das categorias de Servente/Agente de Limpeza e Encarregado de Serviços, **NÃO PODERÃO SER INFERIORES** aos estabelecidos nas convenções coletivas de trabalho locais dos sindicatos aos quais as empresas e os profissionais estejam vinculados, e que se encontram discriminadas na tabela abaixo:

<b>Função - Estado - Bahia</b>	<b>Cláusula da CCT</b>	<b>Piso Normativo 2026</b>
Servente - Agente de Limpeza	Anexo I - A - função n.º 20	R\$ 1.660,00
Encarregado - Encarregado de Campo	Anexo I - A - função n.º 37	R\$ 1.673,40

**14.2.** Convenção Coletiva de Trabalho - Número de Registro no Ministério do Trabalho e Emprego: BA000817/2024 - com vigência de 01/01/2025 a 31/12/2026 - Data de Registro no



MTE: 03/12/2024 - SEAC - Sindicato das Empresas de Asseio e Conservação da Bahia - CNPJ n.º 13.713.607/0001-60 e o SINDILIMP - BA - Sindicato Trabalho Limpeza Pública, Comércio, Indústria, Hospitalar, Asseio, Prestação de Serviços em Geral, Conservação, Jardinagem e Controle de Pragas Intermunicipal - CNPJ n.º 32.700.148/0001-25, convenção coletiva esta que abrange o Município de Jaborandi - Bahia, conforme disposto em sua Clausula Segunda - Abrangência.

**14.3.** Considerando que segundo o disposto na Instrução Normativa MPOG/SLTI n.º 05, de 25 de maio de 2017, atualizada em 2020, o salário, bem como os demais benefícios, deverá ser definido de acordo com a utilização de um dos seguintes critérios:

**14.3.1.** valor a ser efetivamente pago ao profissional envolvido diretamente na execução contratual, que é responsabilidade da empresa e seus colaboradores, não podendo ser inferior ao estabelecido em Acordo ou Convenção Coletiva, Sentença Normativa ou lei;

**14.3.2.** valor poderá ser aquele praticado no mercado ou apurado em publicações ou pesquisas setoriais para a categoria profissional correspondente, no caso de inexistência dos instrumentos descritos na letra “a”.

**14.4.** Os termos, as condições e os cálculos dispostos neste processo administrativo determinam que os valores e quantitativos inclusos, fazem parte da composição de custos que culminam com os valores unitários por metro quadrado (m²), sendo esta a unidade de medida, que os serviços serão remunerados pelo Município de Jaborandi, assim não haverá pagamentos ou exigências vinculados aos profissionais posto para a prestação dos serviços, porque objetivamente a empresa é remunerada pelos serviços efetivamente prestados por metro quadrado.

## **15. DA APRESENTAÇÃO DAS PLANILHAS E PROPOSTAS DE PREÇOS**

**15.1.** Os modelos de Planilhas de Custos e Formação de Preços estão apresentados no **Anexo I-B** deste **Termo de Referência**, em conformidade com **Instrução Normativa n.º 05, de 26/05/2017**, atualizada em 2020.

**15.1.1.** As licitantes **deverão preencher as Planilhas de Custo e Formação de Preços**, fazendo constar as **memórias de cálculo detalhadas** caso haja diferenças do edital, discriminando a **metodologia e fórmulas adotadas** para a obtenção dos valores propostos para os encargos, insumos e demais componentes de composição de custos e formação de preços dos postos de serviço, **a fim de facilitar a análise por parte da área técnica**.

**15.2.** As Planilhas de Custos e Formação de Preços servirão para demonstrar possíveis variações de custos/insumos no curso da execução do contrato e deverão ser utilizadas como base em eventuais repactuações ou revisões de preços.

**15.3.** No preenchimento das Planilhas de Custos e Formação de Preços, a licitante deverá observar as orientações/informações, referentes às Convenções Coletivas de Trabalho e demais valores e percentuais utilizados como parâmetro pelo Município de Jaborandi.

**15.3.1.** A inobservância das orientações/informações citadas neste subitem, quanto ao correto preenchimento da planilha de custos e formação de preços resultará na desclassificação da proposta.

**15.4.** O Município de Jaborandi poderá realizar diligências junto à licitante classificada inicialmente como vencedora, a fim de esclarecer dúvidas ou complementar informações acerca

dos valores e/ou percentuais informados na Planilha de Custos e Formação de Preços apresentada, sendo que a identificação da inclusão de informações e/ou valores em desconformidade com as normas gerais ou específicas aplicáveis à empresa (não comprovados documentalmente) acarretará a desclassificação da proposta.

**15.4.1.** A inobservância do prazo fixado pelo Município para a entrega das respostas e/ou informações solicitadas em eventual diligência ou ainda o envio de informações ou documentos considerados insuficientes ou incompletos ocasionará a desclassificação da proposta.

**15.4.2.** Nos casos em que forem detectados erros e/ou inconsistências nas planilhas apresentadas, durante a análise da aceitação da proposta, o Município poderá determinar à licitante vencedora, mediante diligência, a promoção de ajustes nessas planilhas, se possível, para refletir corretamente os custos envolvidos na contratação, desde que não haja majoração do preço proposto.

**15.5.** A licitante deverá encaminhar, junto com as Planilhas, uma cópia dos Acordos, dos Dissídios ou das Convenções Coletivas de Trabalho das categorias utilizados na formulação dos preços, caso seja(m) diferente(s) do(s) utilizado(s) pelo Município.

**15.6.** No preço proposto deverão estar inclusas todas as despesas com salários, leis sociais, trabalhistas, seguros, impostos, taxas e contribuições, transporte, alimentação, despesas administrativas e lucros e demais insumos necessários à sua composição.

**15.7. A licitante vencedora deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta,** devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do §6º do art. 140; art. 124, inciso I, alínea A, e §1º, da Lei n.º 14.133, de 1 de abril de 2021.

**15.7.1.** O disposto acima se aplica, inclusive, nos casos de equívoco afeto à fixação dos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como o valor provido com o quantitativo de vale transporte.

**15.7.2.** Caso se verifique que a proposta apresentada contém eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos que favoreça a licitante vencedora, este será revertido como lucro durante a vigência da contratação, mas poderá ser objeto de negociação para a eventual prorrogação contratual.

**15.8.** Na hipótese em que a lei, o normativo ou as Convenções Coletivas de Trabalho indicadas neste Termo de Referência forem silentes a respeito dos benefícios aqui tratados, ou mesmo nos casos em que inexistir lei ou norma específica, e havendo inserção na proposta de valor referente ao vale alimentação, transporte, assistência médica e odontológica e outros, a **licitante deverá apresentar os documentos comprobatórios e a memória de cálculo que serviram de base para a definição desses valores em sua planilha.**

**15.8.1.** A não apresentação dos documentos comprobatórios citados neste subitem, mesmo após nova exigência via diligência, **resultará na desclassificação da proposta.**

**15.9.** Destacasse que não há previsão de horas extras para quaisquer das categorias previstas neste Termo de Referência.

**15.10.** Deverão ser observados, quando do preenchimento da planilha de custos e formação de preços, os valores, percentuais e benefícios exigidos em normas gerais e específicas aplicáveis,

em especial aqueles estabelecidos na legislação vigente relativos ao recolhimento dos encargos sociais (tais como INSS, SESI ou SESC, SENAI ou SENAC, INCRA, Salário Educação, FGTS, Seguro Acidente de Trabalho/RAT/INSS, SEBRAE, Férias, 13º Salário e outros).

**15.10.1.** As empresas deverão observar as disposições do Decreto n.º 6.957/2009 e outras que porventura tenham sido editadas até o momento da formulação de sua proposta, devendo aplicar o Fator Acidentário de Prevenção - FAP para o seu CNPJ, definido pelo Ministério da Previdência Social.

**15.10.2.** A licitante deve preencher o item “Riscos Ambientais do Trabalho - RAT” da planilha de custos e formação de preços considerando o valor de seu FAP, a ser comprovado, caso solicitado, no envio de sua proposta adequada ao lance vencedor, mediante apresentação da GFIP ou outro documento apto a fazê-lo.

**15.10.3.** Considerando-se jurisprudência do TCU - Acórdão n.º 288/2014 - Plenário, fica vedada a inclusão do item “Reserva Técnica” na planilha de custos e de formação de preços, já que não existem eventos que motivariam a aceitação desse tipo de custo. A inserção de custos dessa natureza acarretará a necessidade de retificação da proposta, solicitada mediante diligência, sendo que o não atendimento da mesma acarretará a desclassificação da proposta.

**15.10.4.** Conforme Súmula n.º 254/2010 do TCU, o Imposto de Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ e a Contribuição Social sobre o Lucro - CSLL não podem ser repassados para a Contratante, pois são tributos de natureza direta e personalíssima, que oneram diretamente a Contratada.

**15.10.5.** Os custos referentes ao item “Treinamento/Capacitação/Reciclagem”, considerando o entendimento esposado pelo TCU, deverão estar contemplados no item “Custos Indiretos, Tributos e Lucro”.

**15.11.** Na formulação de sua proposta, a empresa deverá observar ainda o regime de tributação ao qual está submetida, no tocante à incidência das alíquotas de ISS, PIS e COFINS sobre seu faturamento, conforme previsto nas Leis n.º 10.637/2002 e 10.833/2003 - Acórdão TCU - Plenário n.º 2.647/2009.

**15.11.1.** A licitante deverá comprovar por meio de documentação hábil o seu regime de tributação, a fim de que se possa certificar que as alíquotas do PIS e da COFINS consignadas na planilha conferem com sua opção tributária.

**15.11.2.** Para as empresas tributadas pelo regime de incidência não-cumulativa de PIS e de COFINS não será admitida, em nenhuma hipótese, a cotação do percentual integral das alíquotas relativas a PIS (1,65%) e COFINS (7,60%), tendo em vista que as Leis n.º 10.637/2002 e n.º 10.833/2003 permitem o desconto de créditos apurados com base em custos, despesas e encargos da pessoa jurídica pagos em etapas anteriores, fazendo com que o valor do tributo efetivamente recolhido, em relação ao faturamento, seja inferior à alíquota dessas contribuições.

**15.11.3.** As empresas tributadas pelo regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS devem cotar os percentuais que representem a média das alíquotas efetivamente recolhidas nos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, apurada com base nos dados da Escrituração Fiscal Digital da Contribuição para o PIS/PASEP e para a

COFINS (EFD-Contribuições), cujos respectivos registros deverão ser remetidos juntamente com a proposta e as planilhas.

**15.11.4.** Caso a licitante tenha recolhido tributos pelo regime de incidência não-cumulativa em apenas alguns meses do período que deve ser considerado para o cálculo do percentual médio efetivo (12 meses anteriores à data da proposta), poderá apresentar o cálculo considerando apenas os meses em que houve recolhimento.

**15.11.5.** Caso a licitante não tenha recolhido tais tributos pelo regime de tributação de incidência não-cumulativa no período anterior à data da proposta, a apuração do percentual médio efetivo pode ser realizada com base em faturamento e crédito tributário estimados, devendo, ainda assim, apresentar os dados da Escrituração Fiscal Digital da Contribuição para o PIS/PASEP e para a COFINS (EFD-Contribuições) referentes aos 12 (doze) meses anteriores à data da proposta.

**15.12.** Considerando-se que a contratação de serviços terceirizados, via de regra, se enquadra, para fins tributários no conceito de cessão de mão de obra, conforme previsto no art. 31 da Lei n.º 8.212, de 24/07/1991 e alterações e nos arts. 112, 115, 117 e 118, da Instrução Normativa - RFB n.º 971, de 13/11/2009 e alterações, a licitante Microempresa - ME ou Empresa de Pequeno Porte - EPP optante pelo Simples Nacional, que, porventura venha a ser Contratada, poderá se beneficiar da condição de optante e, nessa hipótese, **deverá comprovar que pode permanecer sob o regime do Simples Nacional**, na forma da legislação em vigor, em decorrência da sua possível exclusão do SIMPLES NACIONAL a contar do mês seguinte ao da contratação, em consequência das disposições da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações; Instrução Normativa RFB n.º 971, de 13 de novembro de 2009; e a Lei n.º 6.019, de 3 de janeiro de 1974, caso não comprove perante a Administração Pública de Jaborandi, Bahia, deverá realizar o seu pedido de descredenciamento do Simples Nacional.

**15.12.1.** A licitante ME ou EPP somente poderá usufruir, nesta licitação, dos benefícios provenientes da opção pelo Simples Nacional caso comprove documentalmente que se dedica exclusivamente à atividade de limpeza e conservação, ou a exerce em conjunto com outras atividades para as quais não seja vedada a opção pelo Simples Nacional, em observância ao caput do art. 17 (e incisos), c/c o § 5º-C, inciso VI, do art. 18, todos da Lei Complementar n.º 123/2006.

**15.12.2.** Caso a licitante não atenda aos requisitos previstos na Subcláusula 15.12.1, ficará IMPEDIDA DE APRESENTAR PLANILHAS DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS COM BASE NO REGIME DE TRIBUTAÇÃO DO SIMPLES NACIONAL, já que tal prática implicaria ofensa às disposições da LC n.º 123/2006, conforme posicionamento externado pelo Tribunal de Contas da União - TCU no Acórdão TCU n.º 797/2011 - Plenário.

**15.12.3.** Na hipótese aventada na Clausula 15.12.2, a licitante optante pelo Simples Nacional, que, porventura venha a ser Contratada, após a assinatura do contrato, até o último dia útil do mês subsequente ao da ocorrência da situação de vedação, deverá apresentar cópia dos ofícios, com comprovantes de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra (situação que gera vedação a opção por tal regime tributário) às respectivas Secretarias Federal do Brasil, Estadual, Distrital e/ou Municipal, no prazo previsto no inciso II do § 1º do artigo 30 da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações. (Acórdão TCU n.º 2.798/2010 - Plenário e IN SLTI n.º 2/2008)

**15.12.4.** Caso a licitante optante pelo Simples Nacional não efetue a comunicação no prazo assinalado acima, o Município, em obediência ao princípio da probidade administrativa, efetuará a comunicação à Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, para que esta efetue a exclusão de ofício, conforme disposto no inciso I do artigo 29 da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações.

**15.13.** Ocorrendo o atendimento dos requisitos listados na Subcláusula 15.12.1, a licitante poderá apresentar as PLANILHAS DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS COM BASE NO REGIME DE TRIBUTAÇÃO DO SIMPLES NACIONAL, devendo, para tanto, observar o disposto no § 5º - C, do art. 18, da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, em especial no tocante às alíquotas fixadas no **Anexo IV** da citada Lei Complementar, hipótese em que **não estará incluída no Simples Nacional** a Contribuição Patronal Previdenciária - CPP para a Seguridade Social, que deverá ser recolhida segundo a legislação prevista para os demais contribuintes ou responsáveis.

**15.14.** A base para estabelecimento de critérios de repactuação de preços serão as Convenções Coletivas de Trabalho dos Sindicatos, ou ainda, na ausência de regulação por tais instrumentos, o preço praticado no mercado ou apurado em publicações ou pesquisas setoriais para a categoria profissional correspondente.

## **16. DA CONTRATAÇÃO, DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO**

**16.1.** A contratação dos serviços objeto deste Termo de Referência dar-se-á por meio de Contrato Administrativo, a ser assinado com a empresa vencedora do certame, discriminando cada item de prestação de serviços, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da convocação para a celebração do mesmo, em conformidade com a Minuta de Contrato anexo ao Edital de Licitação.

**16.2.** A vigência do contrato a ser firmado será de 12 (doze) meses, a contar da data da assinatura do respectivo termo, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, até o limite de 60 (sessenta) meses, na forma do art. 106, caput, da Lei n.º 14.133, de 1 de abril de 2021, com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração.

**16.3.** A Contratada deverá, no prazo máximo de 05 (cinco dias) úteis, contados da celebração do contrato, alocar mão-de-obra nos respectivos locais e nos horários a serem fixados pela Contratante informando, em tempo hábil, qualquer motivo impeditivo ou que a impossibilite de assumir os serviços contratados.

**16.4.** Segundo dispõe o Item 3 do Anexo IX, da Instrução Normativa n.º 05/2017, a Contratada não tem direito subjetivo à prorrogação contratual, que objetiva a obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração, conforme estabelece o art. 106 da Lei n.º 14.133, de 1 de abril de 2021.

**16.4.1.** Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados no primeiro ano da contratação deverão ser eliminados como condição para a renovação.

**16.4.2.** Não será efetivada a prorrogação contratual quando os preços praticados pela Contratada estiverem superiores aos estabelecidos como limites pelas Portarias do



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, admitindo-se a negociação para redução de preços.

**16.4.3.** Também não se realizará a prorrogação contratual quando a Contratada tiver sido declarada inidônea, impedida ou suspensa temporariamente de participação em licitação e/ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os efeitos.

## **17. DA REPACTUAÇÃO E DO REAJUSTE DE PREÇOS**

**17.1.** O objeto deste Termo de Referência será contratado pelo preço ofertado na proposta da licitante vencedora, que será **fixo e irrevogável pelo período de 12 (doze) meses**.

**17.1.1.** O preço ofertado já leva em conta todas e quaisquer despesas incidentes na execução do objeto, tais como tributos, despesas com vale-transporte, alimentação dos funcionários, entre outras.

**17.2.** Será admitida a repactuação dos preços dos serviços contratados, desde que seja observado o interregno mínimo de um ano.

**17.3.** O interregno mínimo de 01 (um) ano para a primeira repactuação será contado a partir da data do orçamento a que a proposta se referir, sendo certo que se considera como data do orçamento aquela do acordo, convenção, dissídio coletivo de trabalho ou equivalente vigente à época da apresentação da proposta.

**17.4.** Nas repactuações subsequentes à primeira, a anualidade será contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo à última repactuação.

**17.5.** Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas-bases diferenciadas, a repactuação deverá ser dividida em tantas quanto forem os acordos, dissídios ou convenções coletivas das categorias envolvidas na contratação.

**17.6.** A Contratada poderá exercer, perante a Contratante, seu direito à repactuação, da data do registro da convenção ou acordo coletivo que fixar o novo salário normativo da categoria profissional até a data da prorrogação contratual subsequente, sendo que, se não o fizer de forma tempestiva, e, por via de consequência, prorrogar o Contrato sem pleitear a respectiva repactuação, ocorrerá a preclusão de seu direito de repactuar, conforme Acórdão n.º 1.828/2008 - TCU/Plenário e a Instrução Normativa n.º 05/2017.

**17.6.1.** As repactuações a que a Contratada fizer jus e que não forem solicitadas durante a vigência do contrato, também serão objeto de preclusão com o encerramento do contrato.

**17.7.** A Contratante poderá realizar diligências para conferir a variação de custos alegada pela Contratada.

**17.8.** O preço ajustado também poderá sofrer correção desde que reste comprovada a ocorrência de quaisquer das hipóteses previstas na alínea “d”, do inciso II, do art. 124, da Lei n.º 14.133, de 1 de abril de 2021.

## **18. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

**18.1.** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei n.º 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

**18.2.** Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

**18.3.** As comunicações entre o Município de Jaborandi e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

**18.4.** O Município de Jaborandi poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

**18.5.** Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o Município de Jaborandi poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

## **18.6. FISCALIZAÇÃO**

**18.6.1.** A execução do contrato deverá ser acompanhada a cargo da Secretaria Municipal de Administração e fiscalizada pelo fiscal do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei n.º 14.133, de 2021, art. 117, caput), ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração.

## **18.7. FISCALIZAÇÃO TÉCNICA**

**18.7.1.** O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto Federal n.º 11.246, de 2022, art. 22, VI).

**18.7.1.1.** O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei n.º 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto n.º 11.246, de 2022, art. 22, II);

**18.7.1.2.** Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto n.º 11.246, de 2022, art. 22, III);

**18.7.1.3.** O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto n.º 11.246, de 2022, art. 22, IV).

**18.7.1.4.** No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto n.º 11.246, de 2022, art. 22, V).

**18.7.1.5.** O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto n.º 11.246, de 2022, art. 22, VII).

## **18.8. FISCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA**

**18.8.1.** O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto n.º 11.246, de 2022).

**18.8.1.1.** Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto n.º 11.246, de 2022, art. 23, IV).

## **18.9. GESTOR DO CONTRATO**

**18.9.1.** O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto n.º 11.246, de 2022, art. 21, IV).

**18.9.2.** O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto n.º 11.246, de 2022, art. 21, II).

**18.9.3.** O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto n.º 11.246, de 2022, art. 21, III).

**18.9.4.** O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto n.º 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

**18.9.5.** O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei n.º 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo

setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto n.º 11.246, de 2022, art. 21, X).

**18.9.6.** O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto n.º 11.246, de 2022, art. 21, VI).

**18.9.7.** O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## **19. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

### **19.1. RECEBIMENTO**

**19.1.1.** Os serviços serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes do Termo de Referência e da proposta.

**19.1.2.** E serão recebidos definitivamente, após a verificação da conformidade com as especificações constantes do Termo de Referência e da proposta, e sua consequente aceitação, que se dará até 02 (dois) dias do recebimento provisório.

**19.1.3.** Na hipótese da verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

**19.1.4.** Os serviços de limpeza, asseio e conservação poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos de imediato, a contar da notificação da Contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

**19.1.5.** O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

**19.1.6.** O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos serviços nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

### **19.2. LIQUIDAÇÃO**

**19.2.1.** Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME n.º 77/2022.

**19.2.1.1.** O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas

cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei n.º 14.133, de 2021.

**19.2.2.** Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

**19.2.2.1.** o prazo de validade;

**19.2.2.2.** a data da emissão;

**19.2.2.3.** os dados do contrato e do órgão contratante;

**19.2.2.4.** o período respectivo de execução do contrato;

**19.2.2.5.** o valor a pagar; e

**19.2.2.6.** eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

**19.2.3.** Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

**19.2.4.** A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou no Cadastro de Fornecedores da Prefeitura Municipal de Jaborandi, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei n.º 14.133, de 2021.

**19.2.5.** A Administração deverá realizar consulta ao SICAF ou no Cadastro de Fornecedores da Prefeitura Municipal de Jaborandi para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

**19.2.6.** A Nota Fiscal deverá vir acompanhada dos seguintes documentos comprobatórios da regularidade da Contratada com as exigências legais:

**19.2.6.1.** Certidão Negativa de Débitos de Tributos e Contribuições Federais;

**19.2.6.2.** Certidão Negativa de Débitos Estaduais;

**19.2.6.3.** Certidão Negativa de Débitos Municipais

**19.2.6.4.** Certidão de Regularidade do FGTS - CRF;

**19.2.6.5.** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT;

**19.2.6.6.** Declaração de Optante pelo Simples Nacional, caso seja aplicável;

**19.2.7.** Constatando-se, junto ao SICAF ou no Cadastro de Fornecedores da Prefeitura Municipal de Jaborandi, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

**19.2.8.** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

**19.2.9.** Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

**19.2.10.** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF ou no Cadastro de Fornecedores da Prefeitura Municipal de Jaborandi.

### **19.3. PRAZO DE PAGAMENTO**

**19.3.1.** O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME n.º 77, de 2022.

### **19.4. FORMA DE PAGAMENTO**

**19.4.1.** O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

**19.4.2.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**19.4.3.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

**19.4.4.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

**19.4.5.** O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar n.º 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

### **19.5. ANTECIPAÇÃO DE PAGAMENTO**

**19.5.1.** A presente contratação não permite a antecipação de pagamento seja parcial ou total, conforme as regras previstas no presente tópico.

### **19.6. CESSÃO DE CRÉDITO**



**19.6.1.** Não é admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME n.º 53, de 8 de julho de 2020, por tratar-se de regulação adstrita ao Governo Federal, em seu âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.

**19.6.2.** A cessão fiduciária de direitos creditícios apenas poderá ser utilizada pela empresa contratada, quando houver regulamentação própria no âmbito do Governo Público Municipal de Jaborandi, Bahia, às quais estarão reguladas por suas instruções normativas.

## **20. CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARA PAGAMENTO**

**20.1.** A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado - IMR, previsto no deste Termo de Referência, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a Contratada:

**20.2.** Os serviços serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

**20.2.1.** não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades Contratadas; ou

**20.2.2.** deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

**20.3.** A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

**20.3.1.** Deixar de entregar de documentos ou de atender a solicitações da fiscalização;

**20.3.2.** Deixar de entregar os uniformes e falhas utilização das vestimentas fornecidas;

**20.3.3.** Ausência de prestação de serviços;

**20.3.4.** Descumprimento de direitos trabalhistas dos empregados.

**20.3.5.** Deixar de se manifestar formalmente quando notificado pela Contratante;

**20.3.6.** Não comunicar tempestivamente a Secretaria Municipal demandante o extravio de qualquer equipamento, documento, acessório ou objeto pertencente ao Município;

**20.3.7.** Deixar de tratar com respeito, urbanidade, educação e ética os usuários nos locais de prestação dos serviços de limpeza;

**20.3.8.** Deixar de manter os locais em boas condições de higiene e limpeza;

**20.4.** Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP n.º 05, de 2017, será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

**20.4.1.** não produziu os resultados acordados;

**20.4.2.** deixou de executar as atividades Contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

**20.4.3.** deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

**20.4.4.** O instrumento de medição considera a gravidade, a urgência e a tendência das condutas classificáveis nos critérios previstos no subitem próprio e sua aplicação ocorrerá sem prejuízo das demais sanções previstas na Clausula própria deste Termo de Referência.

**20.5.** O pagamento será realizado após a observância das disposições de recebimento e aceitação previstas no Termo de Referência, bem como após a aplicação do Instrumento de Medição de Resultado - IMR, o qual avaliará a qualidade dos serviços prestados conforme critérios acima definidos.

## **21. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORNECIMENTO**

### **21.1. FORMA DE SELEÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA**

**21.1.1.** O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço global.

### **21.2. FORMA DE FORNECIMENTO**

**21.2.1.** A prestação de serviços limpeza, asseio e conservação será de forma parcelada, de acordo com as necessidades das secretarias requisitantes.

## **22. ESTIMATIVAS DO VALOR E CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

**22.1.1.** O valor global estimado do certame licitatório é de R\$ 4.369.083,00 (quatro milhões, trezentos e sessenta e nove mil e oitenta e três reais), conforme demandas e valores estimados em cada Secretaria Municipal, abaixo dispostas:

**22.1.1.1. Secretaria Municipal de Administração e Planejamento** - Valor mensal estimado R\$ 14.312,56 (quatorze mil, trezentos e doze reais), o que perfaz o valor global máximo estimado em R\$ 171.750,72 (cento e setenta e um mil, setecentos e cinquenta reais e setenta e dois centavos);

**22.1.1.2. Secretaria Municipal de Assistência e Bem Estar Social** - Valor mensal estimado R\$ 11.466,43 (onze mil, quatrocentos e sessenta e seis reais e quarenta e três centavos), o que perfaz o valor global máximo estimado em R\$ 137.597,16 (cento e trinta e sete mil, quinhentos e noventa e sete reais e dezesseis centavos);

**22.1.1.3. Secretaria Municipal de Educação e Cultura** - Valor mensal estimado R\$ 160.479,91 (cento e sessenta mil, quatrocentos e setenta e nove reais e noventa e um centavos), o que perfaz o valor global máximo estimado em R\$ 1.925.758,92 (um milhão, novecentos e vinte e cinco reais, setecentos e cinquenta e oito reais e noventa e dois centavos);

**22.1.1.4. Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Recursos Naturais** - Valor mensal estimado R\$ 1.438,65 (um mil, quatrocentos e trinta e oito reais e sessenta e cinco centavos), o que perfaz o valor global máximo estimado em R\$ 17.263,80 (dezessete mil, duzentos e sessenta e três reais e oitenta centavos);

**22.1.1.5. Secretaria Municipal de Obras, Viação e Urbanismo** - Valor mensal estimado R\$ 31.882,22 (trinta e um mil, oitocentos e oitenta e dois reais e vinte e dois centavos), o que perfaz o valor global máximo estimado em R\$ 382.586,64 (trezentos e oitenta e dois mil, quinhentos e oitenta e seis reais e sessenta e quatro centavos);

**22.1.1.6. Secretaria Municipal de Saúde** - Valor mensal estimado R\$ 138.324,36 (cento e trinta e oito mil, trezentos e vinte e quatro reais e trinta e seis centavos), o que perfaz o valor global máximo estimado em R\$ 1.659.892,32 (um milhão, seiscentos e cinquenta e nove reais, oitocentos e noventa e dois reais e trinta e dois centavos);

**22.1.1.7. Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Rural** - Valor mensal estimado R\$ 6.186,12 (seis mil, cento e oitenta e seis reais e doze centavos), o que perfaz o valor global máximo estimado em R\$ 74.233,44 (setenta e quatro mil, duzentos e trinta e três reais e quarenta e quatro centavos);

**22.1.2.** O custo estimado da contratação e os respectivos valores máximos foram apurados mediante preenchimento de planilha de custos e formação de preços e preços basilares contidos no Termo de Referência, conforme Planilhas de Composições de Preços Unitários anexas.

**22.2.** Os valores estimados máximos contidos no Processo Administrativo n.º 209/2025 foram obtidos através de consultas e pesquisas em documentos de órgãos competentes e em publicações, conforme demonstrado abaixo:

**22.2.1.** Convenção Coletiva de Trabalho 2025/2026 - Número de Registro no Ministério do Trabalho e Emprego: BA000817/2024 - Data de Registro no MTE: 03/12/2024 Vigente - SEAC - Sindicato das Empresas de Asseio e Conservação da Bahia - CNPJ n.º 13.713.607/0001-60 e o SINDILIMP - BA - Sindicato Trabalho Limpeza Pública, Comércio, Indústria, Hospitalar, Asseio, Prestação de Serviços em Geral, Conservação, Jardinagem e Controle de Pragas Intermunicipal - CNPJ n.º 32.700.148/0001-25.

**22.2.2.** Caderno de Estudo sobre a Composição dos Custos dos Valores Limites Serviços de Limpeza e Conservação - 2017 - Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão - SEGES, considerando não haver uma atualização mais recente;

**22.2.3.** Caderno de Logística - Prestação de Serviços de Limpeza, Asseio e Conservação sendo o Guia de Orientação sobre os aspectos gerais na contratação de serviços de limpeza, asseio e conservação no âmbito da Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional, versão 1.0, de abril de 2014, considerando não haver uma atualização mais recente;

**22.2.4.** Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - Caderno Técnico - Estudo sobre a Composição dos Custos dos Valores Limites - Serviços com a atualização dos valores de 2019, tendo sido utilizado uma Média Nacional dos valores e que apenas balizados os valores estimados emanados das composições, considerando não haver uma atualização mais recente;

**22.3.** Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de natureza continuada de limpeza, asseio e conservação para as Secretarias de Municipais do Município de Jaborandi - Bahia, terá orçamento aberto, sem caráter sigiloso, e sem prejuízo da divulgação do detalhamento

dos quantitativos e das demais informações necessárias para elaboração das propostas, em entendimento ao contido no Artigo 24º da Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021.

**22.4.** Os licitantes devem considerar para fins de apresentação de propostas apenas as especificações técnicas constantes deste Termo de Referência, considerando que são especificações que foram emanadas das necessidades da Administração.

**22.5.** O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Federal n.º 10.818, de 27 de setembro de 2021.

**22.6.** Os serviços objeto desta contratação é caracterizado como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

**22.7.** A minuta do contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

**22.8.** As empresas licitantes devem observar que em casos de divergência entre as especificações constantes no Sistema do Governo Federal - ComprasNet, e as constantes neste **Termo de Referência, sempre prevalecerão estas últimas.**

**22.8.1.** Caso, a empresa licitante apresente proposta em desconformidade com as exigências mínimas disposta neste Termo de Referência a mesma será desclassificada.

**22.8.2.** O Município de Jaborandi realizará uma análise detalhada e minuciosa sobre os serviços propostos, consubstanciado na descrição dos serviços, portanto, qualquer apresentação de serviços que não atenda ao mínimo exigido a proposta será desclassificada.

**22.9.** Considerando tratar-se de licitação realizada sob a égide da modalidade Pregão Eletrônico com a previsão de entrega dos serviços de forma parcelada durante todo o período de vigência do contrato.

## **23. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**23.1.** As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município de Jaborandi - Bahia deste exercício, nas dotações abaixo discriminadas:

<b>Secretaria Municipal de Administração e Planejamento</b>				
Unidade Orçamento	Dotação Orçamentária	Projeto	Elemento	Recurso
02.02.00	Manutenção da Secretaria de Administração e Planejamento	2.017	3.3.9.0.34.00.00	15000000
	Manutenção da Ordem Pública	2.047	3.3.9.0.34.00.00	15000000

<b>Fundo Municipal de Educação e Cultura</b>				
Unidade Orçamento	Dotação Orçamentária	Projeto	Elemento	Recurso
02.03.00	Manutenção do Ensino Básico	2.098	3.3.9.0.34.00.00	15001001

<b>Secretaria Municipal de Educação e Cultura</b>				
---	--	--	--	--

Unidade Orçamento	Dotação Orçamentária	Projeto	Elemento	Recurso
02.11.00	Gestão das Ações do Fundo de Cultura	2.297	3.3.9.0.34.00.00	15000000

#### **Fundo Municipal de Saúde**

Unidade Orçamento	Dotação Orçamentária	Projeto	Elemento	Recurso
02.04.00	Gestão das Ações de Equipes de Saúde da Família - PSF	2.068	3.3.9.0.34.00.00	15001002 e 16000000
	Gestão das Ações do Fundo Municipal de Saúde	2.070	3.3.9.0.34.00.00	15001002
	Gestão das Ações da Atenção Especializada - MAC	2.071	3.3.9.0.34.00.00	15001002

#### **Secretaria Municipal de Obras, Viação e Urbanismo**

Unidade Orçamento	Dotação Orçamentária	Projeto	Elemento	Recurso
02.05.00	Manutenção dos Serviços de Obras e Urbanismo	2.123	3.3.9.0.34.00.00	15000000
	Manutenção da Rodoviária Municipal	2.124	3.3.9.0.34.00.00	15000000
	Capela Cemitério Municipal	2.126	3.3.9.0.34.00.00	15000000

#### **Fundo Municipal de Assistência e Bem Estar Social**

Unidade Orçamento	Dotação Orçamentária	Projeto	Elemento	Recurso
02.06.00	Manutenção Centro de Referência da Assistência Social - CRAS	2.049	3.3.9.0.34.00.00	15000000
	Manutenção do FMAS	2.057	3.3.9.0.34.00.00	15000000

#### **Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Rural**

Unidade Orçamento	Dotação Orçamentária	Projeto	Elemento	Recurso
02.07.00	Manutenção Mercados, Feiras e Matadouros	2.157	3.3.9.0.34.00.00	15000000

#### **Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Recursos Naturais**

Unidade Orçamento	Dotação Orçamentária	Projeto	Elemento	Recurso
02.12.00	Manutenção da Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Naturais	2.162	3.3.9.0.34.00.00	15000000

**23.2.** Caso os contratos que vierem a ser assinados, tenham as suas despesas continuadas para os exercícios futuros estás correrão à conta das dotações orçamentárias aprovadas e indicadas em cada termo aditivo ou apostilamento.

## **24. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA**



**24.1.** É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

## **25. REQUISITOS LEGAIS**

---

**25.1.** É de responsabilidade da empresa vencedora, todos os serviços a serem fornecidos, realizar, arcar, providenciar e certificar-se do cumprimento de quaisquer exigências da regulamentação técnica Federal, Estadual e/ou Municipal, que disponha sobre a qualidade, segurança, legalidade, taxas, licenças, desempenho para a devida prestação serviços de limpeza, asseio e conservação dos prédios públicos próprios e locados do Município de Jaborandi - Bahia.

## **26. ELABORAÇÃO DESTE TERMO DE REFERÊNCIA**

---

**26.1.** O presente Termo de Referência foi elaborado pela Secretaria Municipal de Administração e Planejamento em atendimento e sob a orientação dos profissionais do Departamento de Licitações e Contratos Administrativos com vistas a atender às necessidades apresentadas pela Administração da Prefeitura Municipal de Jaborandi para contratação de empresa para prestação serviços de limpeza, asseio e conservação.

Marcos Antônio Matos da Silva  
Prefeito Municipal  
Município de Jaborandi





**ANEXO I - B** **PLANILHAS DE COMPOSIÇÃO DO PREÇO UNITÁRIO**

*Contratação de empresa especializada na prestação, de forma contínua, dos serviços de limpeza, asseio e conservação dos prédios públicos próprios e locados do Município de Jaborandi - Bahia.*

# PLANILHAS DE COMPOSIÇÃO DOS PREÇOS UNITÁRIOS



**PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS**

**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 008/2026**

**PLANILHA ORÇAMENTÁRIA**

Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de natureza continuada de limpeza, conservação e higienização para as Secretarias do Município de Jaborandi - Bahia

ITEM	Mão de Obra	Produtividade	Preço Homem/Mês	Subtotal
		(1/M <sup>2</sup> )	(R\$)	(R\$/M <sup>2</sup> )
		[a]	[b]	[c] = [a] x [b]
Área Interna	Encarregado	1/(30*800)	5.163,30	0,22
	Servente	1/800	5.122,71	6,40
	<b>Total</b>			<b>6,62</b>

ITEM	Mão de Obra	Produtividade	Preço Homem/Mês	Subtotal
		(1/M <sup>2</sup> )	(R\$)	(R\$/M <sup>2</sup> )
		[a]	[b]	[c] = [a] x [b]
Área Interna / Hospitalar e Assemelhada	Encarregado	1/(30*330)	6.833,77	R\$ 0,69
	Servente	1/330	6.790,10	R\$ 20,58
	<b>Total</b>			<b>R\$ 21,27</b>

ITEM	Mão de Obra	Produtividade	Preço Homem/Mês	Subtotal
		(1/M <sup>2</sup> )	(R\$)	(R\$/M <sup>2</sup> )
		[a]	[b]	[c] = [a] x [b]
Área Interna / Depósitos e Galpões	Encarregado	1/(30*1350)	5.163,30	R\$ 0,13
	Servente	1/1350	5.122,71	R\$ 3,79
	<b>Total</b>			<b>R\$ 3,92</b>

ITEM	Mão de Obra	Produtividade	Preço Homem/Mês	Subtotal
		(1/M <sup>2</sup> )	(R\$)	(R\$/M <sup>2</sup> )
		[a]	[b]	[c] = [a] x [b]
Área Externa / Tipo 1 (pisos adjacentes/ contíguos às edificações)	Encarregado	1/(30*1800)	5.163,30	R\$ 0,10
	Servente	1/1800	5.122,71	R\$ 2,85
	<b>Total</b>			<b>R\$ 2,95</b>

ITEM	Mão de Obra	Produtividade	Preço Homem/Mês	Subtotal
		(1/M <sup>2</sup> )	(R\$)	(R\$/M <sup>2</sup> )
		[a]	[b]	[c] = [a] x [b]
Área Externa / Tipo 2 (varrição de pátios, passeios e arruamentos)	Encarregado	1/(30*6000)	5.163,30	R\$ 0,03
	Servente	1/6000	5.122,71	R\$ 0,85
	<b>Total</b>			<b>R\$ 0,88</b>

ITEM	Mão de Obra	Produtividade	Preço Homem/Mês	Subtotal
		(1/M <sup>2</sup> )	(R\$)	(R\$/M <sup>2</sup> )



**PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS**

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 008/2026	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA
--------------------------------	-----------------------

		[a]	[b]	[c] = [a] x [b]
Área Externa / Tipo 3 (coleta de detritos em áreas verdes)	Encarregado	1/(30*100000)	5.163,30	R\$ -
	Servente	1/100000	5.122,71	R\$ 0,05
	<b>Total</b>			<b>R\$ 0,05</b>

ITEM	Mão de Obra	Produtividade	Frequência no Mês	Jornada de Trabalho no Mês
		(1/M <sup>2</sup> )	(Horas)	(Horas)
		[a]	[b]	[c]
Esquadrias Face Interna e Face Externa sem exposição a risco	Encarregado	1/(30*300)	16	1/191,4
	Servente	1/300	16	1/191,4
	Ki= [a] x [b] x [c]		Preço Homem-Mês	Subtotal
	-		(R\$)	(R\$/M <sup>2</sup> )
	[d]		[e]	[f] = [d] x [e]
	Encarregado	0,00000127	5.163,30	R\$ 0,01
	Servente	0,00038000	5.122,71	R\$ 1,95
	<b>Total</b>			<b>R\$ 1,96</b>

A	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO				
Resumo	Custo M <sup>2</sup>	Quant.	Frequência no Mês Estimativa	Quantidade Estimativa no Mês	Custo Mensal
	(R\$/M <sup>2</sup> )	(M <sup>2</sup> )			(R\$)
	[a]	[b]			[a] x [d]
Área Interna Geral	6,62	978	2	1.956	12.948,72
Área Externa / Tipo 1 - Pisos adjacentes / contíguos às edificações	2,95	147	1	147	433,65
Área Externa / Tipo 2 - Varrição de pátios, passeios e arruamentos	0,88	731	1	731	643,28
Área Externa / Tipo 3 - Coleta de detritos em áreas verdes	0,05	15	1	15	0,75
Esquadrias Face Interna e Face Externa sem exposição a risco	1,96	146	1	146	286,16
Valor mensal estimado					14.312,56
Meses					12
Valor anual estimado					171.750,72



**PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS**

**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 008/2026**

**PLANILHA ORÇAMENTÁRIA**

<b>B</b>	<b>SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA E BEM ESTAR SOCIAL</b>				
<b>Resumo</b>	<b>Custo M²</b>	<b>Quant.</b>	<b>Frequência no Mês Estimativa</b>	<b>Quantidade Estimativa no Mês</b>	<b>Custo Mensal</b>
	<b>(R\$/M²)</b>	<b>(M²)</b>			<b>(R\$)</b>
	<b>[a]</b>	<b>[b]</b>			<b>[a] x [d]</b>
<b>Área Interna</b> <i>Geral</i>	6,62	761	2	1.522	R\$ 10.075,64
<b>Área Externa / Tipo 1</b> <i>- Pisos adjacentes / contíguos às edificações</i>	2,95	162	1	162	R\$ 477,90
<b>Área Externa / Tipo 2</b> <i>Varrição de pátios, passeios e arruamentos</i>	0,88	770	1	770	R\$ 677,60
<b>Área Externa / Tipo 3</b> <i>Coleta de detritos em áreas verdes</i>	0,05	237	1	237	R\$ 11,85
<b>Esquadrias</b> <i>Face Interna e Face Externa sem exposição a risco</i>	1,96	114	1	114	R\$ 223,44
<b>Valor mensal estimado</b>					<b>R\$ 11.466,43</b>
<b>Meses</b>					<b>12</b>
<b>Valor anual estimado</b>					<b>R\$ 137.597,16</b>

<b>C</b>	<b>SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA</b>				
<b>Resumo</b>	<b>Custo M²</b>	<b>Quant.</b>	<b>Frequência no Mês Estimativa</b>	<b>Quantidade Estimativa no Mês</b>	<b>Custo Mensal</b>
	<b>(R\$/M²)</b>	<b>(M²)</b>			<b>(R\$)</b>
	<b>[a]</b>	<b>[b]</b>			<b>[a] x [d]</b>
<b>Área Interna</b> <i>Geral</i>	6,62	11.168	2	22.336	R\$ 147.864,32
<b>Área Externa / Tipo 1</b> <i>- Pisos adjacentes / contíguos às edificações</i>	2,95	1.919	1	1.919	R\$ 5.661,05
<b>Área Externa / Tipo 2</b> <i>Varrição de pátios, passeios e arruamentos</i>	0,88	4.343	1	4.343	R\$ 3.821,84



**PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS**

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 008/2026			PLANILHA ORÇAMENTÁRIA		
Área Externa / Tipo 3 <i>Coleta de detritos em áreas verdes</i>	0,05	7.578	1	7.578	R\$ 378,90
Esquadrias <i>Face Interna e Face Externa sem exposição a risco</i>	1,96	1.405	1	1.405	R\$ 2.753,80
Valor mensal estimado					R\$ 160.479,91
Meses					12
Valor anual estimado					R\$ 1.925.758,92

D	SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS				
Resumo	Custo M <sup>2</sup>	Quant.	Frequência no Mês Estimativa	Quantidade Estimativa no Mês	Custo Mensal
	(R\$/M <sup>2</sup> )	(M <sup>2</sup> )			(R\$)
	[a]	[b]			[a] x [d]
Área Interna <i>Geral</i>	6,62	99	2	198	R\$ 1.310,76
Área Externa / Tipo 1 <i>- Pisos adjacentes / contíguos às edificações</i>	2,95	13	1	13	R\$ 38,35
Área Externa / Tipo 2 <i>Varrição de pátios, passeios e arruamentos</i>	0,88	70	1	70	R\$ 61,60
Área Externa / Tipo 3 <i>Coleta de detritos em áreas verdes</i>	0,05	10	1	10	R\$ 0,50
Esquadrias <i>Face Interna e Face Externa sem exposição a risco</i>	1,96	14	1	14	R\$ 27,44
Valor mensal estimado					R\$ 1.438,65
Meses					12
Valor anual estimado					R\$ 17.263,80

E	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, VIAÇÃO E URBANISMO				
Resumo	Custo M <sup>2</sup>	Quant.	Frequência no Mês Estimativa	Quantidade Estimativa no Mês	Custo Mensal
	(R\$/M <sup>2</sup> )	(M <sup>2</sup> )			(R\$)



**PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS**

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 008/2026			PLANILHA ORÇAMENTÁRIA		
	[a]	[b]	[c]	[d] = [b] x [c]	[a] x [d]
<b>Área Interna</b> <i>Geral</i>	6,62	883	2	1.766	R\$ 11.690,92
<b>Área Interna</b> <i>Depósitos/Galpões</i>	3,92	2.650	1	2.650	R\$ 10.388,00
<b>Área Externa / Tipo 1</b> <i>- Pisos adjacentes / contíguos às edificações</i>	2,95	2.207	1	2.207	R\$ 6.510,65
<b>Área Externa / Tipo 2</b> <i>Varrição de pátios, passeios e arruamentos</i>	0,88	2.258	1	2.258	R\$ 1.987,04
<b>Área Externa / Tipo 3</b> <i>Coleta de detritos em áreas verdes</i>	0,05	20.193	1	20.193	R\$ 1.009,65
<b>Esquadrias</b> <i>Face Interna e Face Externa sem exposição a risco</i>	1,96	151	1	151	R\$ 295,96
<b>Valor mensal estimado</b>					<b>R\$ 31.882,22</b>
<b>Meses</b>					<b>12</b>
<b>Valor anual estimado</b>					<b>R\$ 382.586,64</b>

F	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE				
Resumo	Custo M <sup>2</sup>	Quant.	Frequência no Mês Estimativa	Quantidade Estimativa no Mês	Custo Mensal
	(R\$/M <sup>2</sup> )	(M <sup>2</sup> )			(R\$)
	[a]	[b]			[a] x [d]
<b>Área Interna</b> <i>Geral</i>	6,62	207	2	415	R\$ 2.744,65
<b>Área Interna / Hospitalar e Assemelhada</b>	21,27	2894	2	5.788	R\$ 123.110,76
<b>Área Externa / Tipo 1</b> <i>- Pisos adjacentes / contíguos às edificações</i>	2,95	2756	1	2.756	R\$ 8.130,20
<b>Área Externa / Tipo 2</b> <i>Varrição de pátios, passeios e arruamentos</i>	0,88	3814	1	3.814	R\$ 3.356,32



**PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS**

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 008/2026			PLANILHA ORÇAMENTÁRIA		
<b>Área Externa / Tipo 3</b> <i>Coleta de detritos em áreas verdes</i>	0,05	1500	1	1.500	R\$ 75,00
<b>Esquadrias</b> <i>Face Interna e Face Externa sem exposição a risco</i>	1,96	465	1	465	R\$ 911,40
Valor mensal estimado					R\$ 138.328,33
Meses					12
Valor anual estimado					R\$ 1.659.939,96

G	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL				
Resumo	Custo M <sup>2</sup>	Quant.	Frequência no Mês Estimativa	Quantidade Estimativa no Mês	Custo Mensal
	(R\$/M <sup>2</sup> )	(M <sup>2</sup> )			(R\$)
	[a]	[b]			[a] x [d]
<b>Área Interna Geral</b>	6,62	438	2	876	R\$ 5.799,12
<b>Área Externa / Tipo 1</b> <i>- Pisos adjacentes / contíguos às edificações</i>	2,95	88	1	88	R\$ 259,60
<b>Área Externa / Tipo 2</b> <i>Varrição de pátios, passeios e arruamentos</i>	0,88	0	1	-	R\$ -
<b>Área Externa / Tipo 3</b> <i>Coleta de detritos em áreas verdes</i>	0,05	0	1	-	R\$ -
<b>Esquadrias</b> <i>Face Interna e Face Externa sem exposição a risco</i>	1,96	65	1	65	R\$ 127,40
Valor mensal estimado					R\$ 6.186,12
Meses					12
Valor anual estimado					R\$ 74.233,44

**Resultado - Secretarias Municipais - Estimativa Anual**

<b>SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO</b>	R\$ 171.750,72
<i>valor mensal estimado</i>	R\$ 14.312,56
<b>SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA E BEM ESTAR SOCIAL</b>	R\$ 137.597,16

**PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS**

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 008/2026		PLANILHA ORÇAMENTÁRIA	
	<i>valor mensal estimado</i>	R\$	11.466,43
<b>SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA</b>		<b>R\$</b>	<b>1.925.758,92</b>
	<i>valor mensal estimado</i>	R\$	160.479,91
<b>SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMB. E RECURSOS NATURAIS</b>		<b>R\$</b>	<b>17.263,80</b>
	<i>valor mensal estimado</i>	R\$	1.438,65
<b>SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, VIAÇÃO E URBANISMO</b>		<b>R\$</b>	<b>382.586,64</b>
	<i>valor mensal estimado</i>	R\$	31.882,22
<b>SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE</b>		<b>R\$</b>	<b>1.659.939,96</b>
	<i>valor mensal estimado</i>	R\$	138.328,33
<b>SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA</b>		<b>R\$</b>	<b>74.233,44</b>
	<i>valor mensal estimado</i>	R\$	6.186,12
<b>Valor Global - Máximo Estimado</b>		<b>R\$</b>	<b>4.369.130,64</b>

**PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS**

**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 008/2026**

**Tabela de Referência do Governo Federal para Bahia**

O Município de Coribe - Bahia, utilizasse do Caderno Técnico publicado pelo Governo Federal por intermédio do Ministério do Planejamento e Gestão - **Estudo sobre a Composição dos Custos dos Valores Limites Serviços de Limpeza e Conservação - Exercício de 2017**, sendo a sua última publicação, tendo sido para o presente processo aplicado o percentual de IGP-M - FGV acumulado referente aos **Exercícios de 2020 à 2025**, considerando o penultimo processo em 2019 e outro em 2023, apenas para mensuração e atualização do valor que foi orçando dentro dos mesmos parâmetros utilizados pela própria Instrução Normativa n.º 005/2017, tendo sofrido a última atualização em 26/11/2024.

LIMITES MÍNIMOS E MÁXIMOS PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA - DATA 2019 - MÉDIA NACIONAL						
UF - BAHIA	ÁREA INTERNA		ÁREA EXTERNA		ESQUADRIA EXTERNA Face interna / Face Externa sem exposição a situação de risco	
	Produtividade 800 m²		Produtividade 1.800 m²		Produtividade 300 m²	
	Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo
	R\$ 4,25	R\$ 5,11	R\$ 2,83	R\$ 3,41	R\$ 0,96	R\$ 1,16

VALORES ATUALIZADOS - IGP-M - FGV - DEZEMBRO / 2025					
IGP-M - FGV 01/2020 à 12/2025 - ACUMULADO					56,103180%
Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo
R\$ 6,63	R\$ 7,98	R\$ 4,42	R\$ 5,32	R\$ 1,50	R\$ 1,81
Valor Área Hospitalar e Assemelhados					
R\$ 14,18	Atualizado com o IPCA		R\$ 22,14		

**observações**

A Tabela acima constante da última publicação para o Estado da Bahia, ainda está sob a égide da Instrução Normativa n.º 002/2008, que foi revogada pela Instrução Normativa n.º 005/2017.

Em 2025 a Tabela constante da publicação do Governo Federal não foi atualizada, e portanto, com vistas a objetividade dos valores utilizados como referência, realizamos o somatório dos valores de todos os estados que estão atualizados até 2019, e extraímos os valores maiores com vistas a balizar o processo em valor referência, e assim aplicamos aos valores as correções com base no índice IGP-M - FGV.

**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 008/2026**

**VALORES MÁXIMOS DAS COMPOSIÇÕES DE PREÇO - JABORANDI**

UF	ÁREA INTERNA	ÁREA HOSPITALAR E ASSEMBELHADOS	ÁREA EXTERNA TIPO I	ÁREA EXTERNA TIPO II	ÁREA EXTERNA TIPO III	ESQUADRIAS Face Interna e Face Externa sem exposição a risco
	<i>Produtividade</i> 800 m²	<i>Produtividade</i> 330 m²	<i>Produtividade</i> 1.800 m²	<i>Produtividade</i> 6.000 m²	<i>Produtividade</i> 100.000 m² *	<i>Produtividade</i> 300m²
	Valor Estimado	Valor Estimado	Valor Estimado	Valor Estimado	Valor Estimado	Valor Estimado
BA	R\$ 6,62	R\$ 21,27	R\$ 2,85	R\$ 0,88	R\$ 0,05	R\$ 1,96

UF	ÁREA INTERNA ALMOXARIFADO S E GALPÕES		observações	<p><i>As produtividades utilizados pelo Município de Jaborandi - Bahia, foram utilizadas as dispostas na Instrução Normativa n.º 005/2017, de 25 de maio de 2017, atualizada em 2020, que alterou as produtividades dos serviços em referência a Instrução Normativa n.º 002/2008.</i></p> <p><i>Os valores ficaram inferiores, e apenas em um caso superior, aos definidos no tabela de referência do Ministério do Planejamento, porque a produtividade teve considerável alteração, e porque a atualização é baseada em dados originários aplicando-nos os índices do IGP-M da FGV.</i></p>
	<p><i>Produtividade</i> 1350 m²</p>			
	Valor Estimado			
BA	R\$	3,92		



**PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS**

<b>PREGÃO ELETRÔNICO N.º 008/2026</b>		<b>Custo Estimado - Unitário e Total</b>
---------------------------------------	--	--

Unidade da Federação	ÁREA		ÁREA		ESQUADRIA EXTERNA		Cadernos Técnicos Governo Federal Serviços de Limpeza
	INTERNA		EXTERNA		Face interna/Face externa sem exposição a situação de risco		
	Produtividade		Produtividade		Produtividade		2019
	800 m²		1.800 m²		300 m²		
	Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo	ESTADO
AL - 06/12/2019	R\$ 3,88	R\$ 4,67	R\$ 2,59	R\$ 3,12	R\$ 0,88	R\$ 1,06	Alagoas
AP - 28/08/2019	R\$ 3,88	R\$ 4,67	R\$ 2,58	R\$ 3,11	R\$ 0,88	R\$ 1,05	Amapá
AM - 27/06/2019	R\$ 3,87	R\$ 4,66	R\$ 2,58	R\$ 3,11	R\$ 0,88	R\$ 1,05	Amazonas
CE - 13/08/2019	R\$ 4,28	R\$ 5,15	R\$ 2,85	R\$ 3,44	R\$ 0,97	R\$ 1,16	Ceará
DF - 08/05/2019	R\$ 5,60	R\$ 6,73	R\$ 3,73	R\$ 4,48	R\$ 1,26	R\$ 1,52	Distrito Federal
ES - 28/08/2019	R\$ 4,71	R\$ 5,67	R\$ 3,14	R\$ 3,78	R\$ 1,06	R\$ 1,28	Espírito Santo
GO - 13/08/2019	R\$ 3,94	R\$ 4,75	R\$ 2,63	R\$ 3,17	R\$ 0,89	R\$ 1,07	Goiás
MA - 26/09/2019	R\$ 4,11	R\$ 4,95	R\$ 2,74	R\$ 3,30	R\$ 0,93	R\$ 1,12	Maranhão
MT - 06/12/2019	R\$ 4,36	R\$ 5,25	R\$ 2,91	R\$ 3,50	R\$ 0,99	R\$ 1,19	Mato Grosso
MS - 27/06/2019	R\$ 3,69	R\$ 4,44	R\$ 2,46	R\$ 2,96	R\$ 0,83	R\$ 1,00	Mato Grosso do Sul
MG - 27/06/2019	R\$ 4,38	R\$ 5,28	R\$ 2,92	R\$ 3,52	R\$ 0,99	R\$ 1,19	Minas Gerais
PA - 13/08/2019	R\$ 4,19	R\$ 5,04	R\$ 2,79	R\$ 3,36	R\$ 0,95	R\$ 1,14	Pará
PB - 23/10/2019	R\$ 3,74	R\$ 4,50	R\$ 2,49	R\$ 3,00	R\$ 0,84	R\$ 1,02	Paraíba
PR - 26/09/2019	R\$ 4,62	R\$ 5,56	R\$ 3,08	R\$ 3,71	R\$ 1,04	R\$ 1,26	Paraná
PE - 26/09/2019	R\$ 3,83	R\$ 4,62	R\$ 2,56	R\$ 3,08	R\$ 0,87	R\$ 1,04	Pernambuco
PI - 06/12/2019	R\$ 3,92	R\$ 4,72	R\$ 2,61	R\$ 3,15	R\$ 0,89	R\$ 1,07	Piauí
RJ - 26/09/2019	R\$ 4,58	R\$ 5,52	R\$ 3,05	R\$ 3,68	R\$ 1,04	R\$ 1,25	Rio de Janeiro
RN - 26/09/2019	R\$ 3,83	R\$ 4,61	R\$ 2,55	R\$ 3,07	R\$ 0,86	R\$ 1,04	Rio Grande do Norte
RS - 27/06/2019	R\$ 4,71	R\$ 5,67	R\$ 3,14	R\$ 3,78	R\$ 1,06	R\$ 1,28	Rio Grande do Sul
RO - 26/09/2019	R\$ 4,37	R\$ 5,26	R\$ 2,92	R\$ 3,51	R\$ 0,99	R\$ 1,19	Rondônia
SC - 13/08/2019	R\$ 4,95	R\$ 5,97	R\$ 3,30	R\$ 3,98	R\$ 1,12	R\$ 1,35	Santa Catarina
SP - 23/10/2019	R\$ 4,49	R\$ 5,40	R\$ 2,99	R\$ 3,60	R\$ 1,01	R\$ 1,22	São Paulo
SE - 23/10/2019	R\$ 3,69	R\$ 4,45	R\$ 2,46	R\$ 2,96	R\$ 0,83	R\$ 1,01	Sergipe
TO - 23/10/2019	R\$ 4,31	R\$ 5,19	R\$ 2,88	R\$ 3,46	R\$ 0,97	R\$ 1,17	Tocantins
Média Nacional	R\$ 4,25	R\$ 5,11	R\$ 2,83	R\$ 3,41	R\$ 0,96	R\$ 1,16	



Valores de Referência - estes se diferenciam, basicamente na produtividade aplicada em cada área de intervenção.	Area Interna		Área Externa		Esquadria Externa	
	Menor	Maior	Menor	Maior	Menor	Maior
	R\$ 3,69	R\$ 6,73	R\$ 2,46	R\$ 4,48	R\$ 0,83	R\$ 1,52

Os Estados que não entraram na média, conforme abaixo, dados ainda remontam de 2017.	
AC - última atualização - 06/09/2018	Acre
BA - última atualização - 13/06/2017	Bahia
RR - última atualização - 11/09/2017	Roraima



**PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS**

**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 008/2026**

**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 008/2026**

**MÓDULO 1 - REMUNERAÇÃO**

<b>I</b>	<b>Dados do Salário</b>	<b>Valor (R\$)</b>
A	Tipo de serviço e Categoria Profissional	Encarregado de Campo
B	Salário normativo da categoria profissional	R\$ 1.673,40
C	Convenção Coletiva de Trabalho - Data Base	01 de Janeiro
D	Vigência da Convenção Coletiva de Trabalho	01/01/2025 a 31/12/2026
E	Convenção Coletiva de Trabalho no MTE - Vigente 2026	BA000817/2024

<b>II</b>	<b>Composição da Remuneração</b>	<b>Valor (R\$)</b>
A	Salário Base	R\$ 1.673,40
<b>Total da Remuneração</b>		<b>R\$ 1.673,40</b>

**MÓDULO 2 - ENCARGOS SOCIAIS E BENEFÍCIOS, DIÁRIOS, MENSAIS E ANUAIS**

**GRUPO A**

<b>A</b>	<b>Composição</b>	<b>%</b>	<b>Valor (R\$)</b>
A1	INSS - empregador	20,00%	R\$ 334,68
A2	SESC ou SESI	1,50%	R\$ 25,10
A3	SENAC ou SENAI	1,00%	R\$ 16,73
A4	INCRA	0,20%	R\$ 3,35
A5	SEBRAE	0,60%	R\$ 10,04
A6	Salário-Educação	2,50%	R\$ 41,84
A7	SAT- GIL/RAT	3,00%	R\$ 50,20
A8	FGTS	8,00%	R\$ 133,87
<b>Total</b>		<b>36,80%</b>	<b>R\$ 615,81</b>

**GRUPO B**

<b>B</b>	<b>Composição</b>	<b>%</b>	<b>Valor (R\$)</b>
B1	Auxilio Enfermidade	9,37%	R\$ 156,80
B2	13º Salário	2,87%	R\$ 48,03
B3	Licença Paternidade	0,02%	R\$ 0,33
B4	Faltas Justificadas	0,54%	R\$ 9,04
B5	Auxilio Acidente de Trabalho	0,33%	R\$ 5,52
B6	Férias Gozadas	0,06%	R\$ 1,00
B7	Salário Maternidade	0,34%	R\$ 5,69
B8	Férias Gozadas	3,12%	R\$ 52,21
B9	Salário Maternidade	9,37%	R\$ 156,80
<b>Total</b>		<b>26,02%</b>	<b>R\$ 435,42</b>

**GRUPO C**

<b>C</b>	<b>Composição</b>	<b>%</b>	<b>Valor (R\$)</b>
C1	Aviso prévio indenizado	4,66%	R\$ 77,98
C2	FGTS sem aviso prévio	0,28%	R\$ 4,69
C3	Reflexos no Aviso Prévio Indenizado	0,70%	R\$ 11,71
C4	Multa FGTS	3,93%	R\$ 65,76



C5	Contribuição Social 10% sem FGTS	0,98%	R\$ 16,40
C6	Indenização Adicional	0,09%	R\$ 1,51
<b>Total</b>		<b>10,64%</b>	<b>R\$ 178,05</b>

**GRUPO D**

D	Composição	%	Valor (R\$)
D1	Incidência do Grupo A sobre o Grupo B	9,57%	R\$ 160,14
D2	Incidência sobre o Salário maternidade	0,46%	R\$ 7,70
<b>Total</b>		<b>10,03%</b>	<b>R\$ 167,84</b>

Percentual de Encargos Sociais - Conforme Convenção Coletiva de Trabalho	83,49%
Valor dos Encargos Sociais - Conforme Convenção Coletiva de Trabalho	R\$ 1.397,12

**MÓDULO 3 - BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS**

III	Insumos diversos	Valor (R\$)
A	Auxílio Alimentação (22) dias	R\$ 440,00
A -	<i>Desconto legal sobre Auxílio Alimentação (máximo 20% sobre o custo)</i>	-R\$ 88,00
B	Vale-Transporte (52 conf. Cláusula Nova da Convenção)	R\$ 264,00
B -	<i>Desconto legal sobre transporte (máximo 6% sobre o salário-base)</i>	-R\$ 100,40
C	Jovem Aprendiz (conf. Cláusula 15 da Convenção)	R\$ 95,84
C -	<i>Desconto legal não há para o custeio</i>	R\$ -
D	Seguro de vida (conf. Cláusula 12 da Convenção)	R\$ 4,80
D -	<i>Desconto legal sobre transporte (máximo 6% sobre o salário-base)</i>	-R\$ 1,27
<b>Total de Insumos Diversos</b>		<b>R\$ 614,97</b>
<b>Total Remuneração + Encargos Sociais + Benefícios</b>		<b>R\$ 3.685,49</b>

**MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DE MÃO DE OBRA AUSENTE**

IV	Reposição de Profissionais	Valor (R\$)
A	Custo de Reposição de Profissionais Ausentes	R\$ 380,72
<b>Total de Resposição</b>		<b>R\$ 380,72</b>
<b>Total Remuneração + Encargos Sociais + Benefícios + Insumos</b>		<b>R\$ 4.066,21</b>

**MÓDULO 5 - INSUMOS DA MÃO DE OBRA**

V	Insumos diversos	Valor (R\$)
A	Uniformes	R\$ 96,40
B	Materiais, manutenção e depreciação dos equipamentos	R\$ -
<b>Total de Insumos Diversos</b>		<b>R\$ 96,40</b>
<b>Total Remuneração + Encargos Sociais + Benefícios + Reposição + Insumos</b>		<b>R\$ 4.162,61</b>

**MÓDULO 6 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO - CITL**

VI	Custos Indiretos, Tributos e Lucro - CITL	%	Valor (R\$)
	Somatório	24,04%	R\$ 1.000,69
CI	<i>Custos Indiretos - Despesas Administrativas e Operacionais</i>		3,00%
L	<i>Lucro antes do Imposto de Renda</i>		6,79%
T	<i>Tributos</i>		14,25%



	<b>C1 - Tributos Federais (PIS e COFINS)</b>	9,25%
	C1.1 - PIS	1,65%
	C1.2 - COFINS	7,60%
	<b>C3 - Tributos Municipais (ISSQN)</b>	5,00%
	C3.1 - ISSQN	5,00%

**QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO**

Mão-de-Obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)		Valor (R\$)
A	Módulo 1 - Salário Base	R\$ 1.673,40
B	Módulo 2 - Encargos Sociais e Benefícios	R\$ 1.397,12
C	Módulo 3 - Benefícios Mensais e Diários	R\$ 614,97
D	Módulo 4 - Custo de Reposição de Mão de Obra Ausente	R\$ 380,72
E	Módulo 4 - Insumos da Mão de Obra	R\$ 96,40
<b>Subtotal (A + B + C + D):</b>		<b>R\$ 4.162,61</b>
F	Módulo 5 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro	R\$ 1.000,69
<b>VALOR TOTAL POR EMPREGADO</b>		<b>R\$ 5.163,30</b>



**PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS**

**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 008/2026**

**Composição - Agente de Limpeza**

**MÓDULO 1 - REMUNERAÇÃO**

<b>I</b>	<b>Dados do Salário</b>	<b>Valor (R\$)</b>
A	Tipo de serviço e Categoria Profissional	Agente de Limpeza
B	Salário normativo da categoria profissional	R\$ 1.660,00
C	Convenção Coletiva de Trabalho - Data Base	01 de Janeiro
D	Vigência da Convenção Coletiva de Trabalho	01/01/2025 a 31/12/2026
E	Convenção Coletiva de Trabalho no MTE - Vigente 2026	BA000817/2024

<b>II</b>	<b>Composição da Remuneração</b>	<b>Valor (R\$)</b>
A	Salário Base	R\$ 1.660,00
<b>Total da Remuneração</b>		<b>R\$ 1.660,00</b>

**MÓDULO 2 - ENCARGOS SOCIAIS E BENEFÍCIOS, DIÁRIOS, MENSAIS E ANUAIS**

**GRUPO A**

<b>A</b>	<b>Composição</b>	<b>%</b>	<b>Valor (R\$)</b>
A1	INSS - empregador	20,00%	R\$ 332,00
A2	SESC ou SESI	1,50%	R\$ 24,90
A3	SENAC ou SENAI	1,00%	R\$ 16,60
A4	INCRA	0,20%	R\$ 3,32
A5	SEBRAE	0,60%	R\$ 9,96
A6	Salário-Educação	2,50%	R\$ 41,50
A7	SAT- GIL/RAT	3,00%	R\$ 49,80
A8	FGTS	8,00%	R\$ 132,80
<b>Total</b>		<b>36,80%</b>	<b>R\$ 610,88</b>

**GRUPO B**

<b>B</b>	<b>Composição</b>	<b>%</b>	<b>Valor (R\$)</b>
B1	Auxilio Enfermidade	9,37%	R\$ 155,54
B2	13º Salário	2,87%	R\$ 47,64
B3	Licença Paternidade	0,02%	R\$ 0,33
B4	Faltas Justificadas	0,54%	R\$ 8,96
B5	Auxilio Acidente de Trabalho	0,33%	R\$ 5,48
B6	Férias Gozadas	0,06%	R\$ 1,00
B7	Salário Maternidade	0,34%	R\$ 5,64
B8	Férias Gozadas	3,12%	R\$ 51,79
B9	Salário Maternidade	9,37%	R\$ 155,54
<b>Total</b>		<b>26,02%</b>	<b>R\$ 431,93</b>

**GRUPO C**

<b>C</b>	<b>Composição</b>	<b>%</b>	<b>Valor (R\$)</b>
C1	Aviso prévio indenizado	4,66%	R\$ 77,36
C2	FGTS sem aviso prévio	0,28%	R\$ 4,65
C3	Reflexos no Aviso Prévio Indenizado	0,70%	R\$ 11,62
C4	Multa FGTS	3,93%	R\$ 65,24

C5	Contribuição Social 10% sem FGTS	0,98%	R\$ 16,27
C6	Indenização Adicional	0,09%	R\$ 1,49
<b>Total</b>		<b>10,64%</b>	<b>R\$ 176,62</b>

**GRUPO D**

D	Composição	%	Valor (R\$)
D1	Incidência do Grupo A sobre o Grupo B	9,57%	R\$ 158,86
D2	Incidência sobre o Salário maternidade	0,46%	R\$ 7,64
<b>Total</b>		<b>10,03%</b>	<b>R\$ 166,50</b>

<b>Percentual de Encargos Sociais - Conforme Convenção Coletiva de Trabalho</b>	<b>83,49%</b>
<b>Valor dos Encargos Sociais - Conforme Convenção Coletiva de Trabalho</b>	<b>R\$ 1.385,93</b>

**MÓDULO 3 - BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS**

III	Insumos diversos	Valor (R\$)
A	Auxílio Alimentação (22) dias	R\$ 440,00
A -	<i>Desconto legal sobre Auxílio Alimentação (máximo 20% sobre o custo)</i>	-R\$ 88,00
B	Vale-Transporte (52 conf. Cláusula Nova da Convenção)	R\$ 264,00
B -	<i>Desconto legal sobre transporte (máximo 6% sobre o salário-base)</i>	-R\$ 99,60
C	Jovem Aprendiz (conf. Cláusula 15 da Convenção)	R\$ 95,84
C -	<i>Desconto legal não há para o custeio</i>	R\$ -
D	Seguro de vida (conf. Cláusula 12 da Convenção)	R\$ 4,80
D -	<i>Desconto legal sobre transporte (máximo 6% sobre o salário-base)</i>	-R\$ 1,27
<b>Total de Insumos Diversos</b>		<b>R\$ 615,77</b>

<b>Total Remuneração + Encargos Sociais + Benefícios</b>	<b>R\$ 3.661,70</b>
--	---------------------

**MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DE MÃO DE OBRA AUSENTE**

IV	Reposição de Profissionais	Valor (R\$)
A	Custo de Reposição de Profissionais Ausentes	R\$ 378,26
<b>Total de Resposição</b>		<b>R\$ 378,26</b>

<b>Total Remuneração + Encargos Sociais + Benefícios + Insumos</b>	<b>R\$ 4.039,97</b>
--	---------------------

**MÓDULO 5 - INSUMOS DA MÃO DE OBRA**

V	Insumos diversos	Valor (R\$)
A	Uniformes	R\$ 89,92
B	Materiais, manutenção e depreciação dos equipamentos	R\$ -
<b>Total de Insumos Diversos</b>		<b>R\$ 89,92</b>

<b>Total Remuneração + Encargos Sociais + Benefícios + Reposição + Insumos</b>	<b>R\$ 4.129,89</b>
--	---------------------

**MÓDULO 6 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO - CITL**

VI	Custos Indiretos, Tributos e Lucro - CITL	%	Valor (R\$)
	<b>Somatório</b>	<b>24,04%</b>	<b>R\$ 992,82</b>
CI	<i>Custos Indiretos - Despesas Administrativas e Operacionais</i>		3,00%
L	<i>Lucro antes do Imposto de Renda</i>		6,79%
T	<i>Tributos</i>		14,25%

	<b>C1 - Tributos Federais (PIS e COFINS)</b>	9,25%
	C1.1 - PIS	1,65%
	C1.2 - COFINS	7,60%
	<b>C3 - Tributos Municipais (ISSQN)</b>	5,00%
	C3.1 - ISSQN	5,00%

**QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO**

Mão-de-Obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)		Valor (R\$)
A	Módulo 1 - Salário Base	R\$ 1.660,00
B	Módulo 2 - Encargos Sociais e Benefícios	R\$ 1.385,93
C	Módulo 3 - Benefícios Mensais e Diários	R\$ 615,77
D	Módulo 4 - Custo de Reposição de Mão de Obra Ausente	R\$ 378,26
E	Módulo 4 - Insumos da Mão de Obra	R\$ 89,92
<b>Subtotal (A + B + C + D):</b>		<b>R\$ 4.129,89</b>
F	Módulo 5 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro	R\$ 992,82
<b>VALOR TOTAL POR EMPREGADO</b>		<b>R\$ 5.122,71</b>



**PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS**

**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 008/2026**

**Composição - Agente de Limpeza - Memória**

**MEMÓRIA DE CÁLCULO - AGENTE DE LIMPEZA**

**MÓDULO 1 - REMUNERAÇÃO**

<b>I</b>	<b>Dados do Salário</b>	
A	Tipo de serviço e Categoria Profissional	Agente de Limpeza
B	Salário normativo da categoria profissional	R\$ 1.660,00
C	Convenção Coletiva de Trabalho - Data Base	1º de Janeiro
D	Vigência da Convenção Coletiva de Trabalho	01/01/2025 a 31/12/2026
E	Convenção Coletiva de Trabalho no MTE - Vigente 2026	BA000817/2024
<b>II</b>	<b>Composição da Remuneração</b>	
A	Salário Base	1.660,00
<b>Total da Remuneração</b>		<b>R\$ 1.660,00</b>

**MÓDULO 2 - ENCARGOS SOCIAIS E BENEFÍCIOS SOBRE A MÃO DE OBRA**

**Grupo A** - Encargos Sociais Básicos, derivados de legislação específica ou convenção coletiva de trabalho, que concedem benefícios aos empregados, como: Previdência Social, Seguro Contra Acidente de Trabalho, Salário Educação e Fundo de Garantia do Tempo de Serviço; ou que instituem fonte fiscal de recolhimento para instituições de caráter público, tais como: INCRA, Sesi, SENAI e SEBRAE;

<b>GRUPO A</b>			
A1	INSS - empregador	20,00%	Artigo 22 Inciso I Lei n.º 8.212/91
A2	SESC ou Sesi	1,50%	Artigo 15 Lei n.º 8036/90 e Art. 7º Inciso III CF/88
A3	SENAC ou SENAI	1,00%	Artigo 3º Lei n.º 8.036/90
A4	INCRA	0,20%	Decreto n.º 2.318/86
A5	SEBRAE	0,60%	Decreto n.º 6.042/2007 CNAE 8121/00
A6	Salário-Educação	2,50%	Artigo 8º Lei n.º 8029/90 e Lei n.º 8154 de 28/12/90
A7	SAT- GIL/RAT	3,00%	Art. 3º Inciso I Decreto n.º 87.043/82
A8	FGTS	8,00%	Lei n.º 7787 de 30/06/89 e DL n.º 1146/70
<b>TOTAL</b>		<b>36,80%</b>	

**Grupo B** - Encargos Sociais que recebem incidência do Grupo A e caracterizam-se por custos advindos da remuneração devida ao trabalhador sem que exista a prestação do serviço correspondente, tais como o repouso semanal remunerado, feriados e 13º salário;

<b>GRUPO B</b>			
B1	Férias Gozadas	9,37%	Artigo 142º DL 5.542/42 e Art 7 CF Inc XVII
B2	Auxílio Doença	2,87%	Art. 59 a 64 lei 8213/91, Art. 201, I CF/1988 cc Arts 71 a 80 Dec 3048/1999
B3	Licença Maternidade/Paternidade	0,02%	Art. 7 Inciso XIX CF/88
B4	Faltas Justificadas	0,54%	Artigos n.º 473 e 822 da CLT
B5	Auxílio Acidente de Trabalho	0,33%	Lei 6.367/76 e Artigo 473 da CLT
B6	Aviso Prévio Trabalhado	0,06%	Artigo 487 CLT e Artigo 7 Inciso XXI da CF/88
B7	Treinamento	0,34%	IN 05 do MET e Item XXII da CF/88
B8	1/3 Férias Constitucional	3,12%	Artigo 7, Inciso XVII CF/88
B9	13º Salário	9,37%	Lei 4060/62 e Lei 7.787/89 Inciso III Art. 7 CF88
<b>TOTAL</b>		<b>26,02%</b>	

**GRUPO C** - São encargos de natureza indenizatória e pagos, em sua maioria, diretamente ao empregado quando da interrupção do contrato de trabalho.



GRUPO C			
C1	Aviso Prévio Indenizado	4,66%	Artigo 487 CLT e Inciso XXI do Artigo 7º CF/88
C2	Aviso Prévio Trabalhado	0,28%	Sumula 305 TST
C3	Férias Indenizadas	0,70%	Decreto 6727/2009
C4	Multa FGTS	3,93%	Artigo 487 CLT e Artigo 10, Inciso I da Disposição Transitória CF 1988
C5	Contribuição Social 10% s/FGTS	0,98%	Artigo 1º Lei complementar n.º 110/01
C6	Indenização Adicional	0,09%	Artigo 9 Lei n.º 7238/1984
TOTAL		10,64%	

**GRUPO D** - O Grupo D considera casos de reincidência de um encargo ou grupo de encargos, sobre outro. Ocorre quando o custo proveniente de determinado encargo não é calculado sobre o valor simples da remuneração, mas sim sobre a remuneração acrescida de outros encargos.

A reincidência do Grupo A de encargos sobre o Grupo B é devida, pois sobre todos os pagamentos realizados em rubricas do Grupo B incidirão os encargos de origem legal do Grupo A.

$$36,80\% \times 26,02\% = 9,57\%$$

Por sua vez, sobre o Aviso Prévio Indenizado deverá incidir o depósito do FGTS, e sobre o Aviso Prévio Trabalhado incidirão os encargos do Grupo A, da seguinte forma:

$$(4,66\% \times 8,00\%) + (0,11\% \times 36,80\%) = 0,46\%$$

GRUPO D		
D1	Incidência de Grupo A sobre Grupo B	9,57%
D2	Incidência sobre o Salário Maternidade	0,46%
TOTAL		10,03%

Precentual de Encargos Sociais conforme a tabela contida na própria Convenção Coletiva de Trabalho como Anexo III - ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS.	83,49%
--	--------

Valor dos Encargos Sociais	R\$ 1.385,93
----------------------------	--------------

### MÓDULO 3 - BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS

**Vale-Transporte:** O vale transporte foi baseado no preço da passagem, trajeto de ida e volta residência dentro do Município de Coribe, através de van ou moto táxi, por não haver transporte coletivo dentro do Município:

I	Vale Transporte			
	Valor Unitário	Vales por dia	Dias Trabalhados	Valor (R\$)
	R\$ 6,00	2	22	R\$ 264,00

**Desconto de Vale-Transporte:** Conforme Parágrafo único do art. 4º da Lei n.º 7.418, de 16 de dezembro de 1985 - "O empregador participará dos gastos de deslocamento do trabalhador com a ajuda de custo equivalente à parcela que exceder a 6% (seis por cento) de seu salário básico."

I (A)	Desconto de Vale Transporte		
	Base de Cálculo (R\$)	Percentual (%)	Valor (R\$)
	R\$ 1.660,00	6,00%	R\$ 99,60

I (B)	Custo Efetivo do Vale Transporte		
	Custo Total (R\$)	Desconto (R\$)	Custo Efetivo (R\$)
	R\$ 264,00	R\$ 99,60	R\$ 164,40



**Vale Refeição:** Previsto na Cláusula Oitava da Convenção Coletiva de Trabalho CCT - "As empresas concederão auxílio alimentação no valor de R\$ 20,00 (vinte reais), a partir da data de registro do presente Instrumento Coletivo, por dia de efetivo trabalho, para os beneficiários da presente Convenção Coletiva com turno de trabalho superior a 06 (seis) horas, sendo que tal parcela não será integrada ao salário sob nenhuma hipótese, respeitando-se a legislação aplicável à espécie, podendo as empresas descontar do salário do empregado o equivalente a 20% (vinte por cento) do valor mensal do referido benefício."

II	Custo de Jovem Aprendiz		
	Custo Total (R\$)	Desconto (R\$)	Custo Efetivo (R\$)
	R\$ 95,84	R\$ -	R\$ 95,84

**Valor Mensal:** Previsto na Cláusula Quinquagésima Nona do Convenção Coletiva de Trabalho.

III	Seguro de Vida		
	Custo Total (R\$)	Desconto (R\$)	Custo Efetivo (R\$)
	R\$ 4,80	R\$ 1,27	R\$ 3,53

**Valor Mensal:** Previsto na Cláusula Décima Segunda da Convenção Coletiva de Trabalho.

**Condições:** As empresas deverão seguir os valores mínimos de cobertura nos eventos dispostos na Convenção.

IV	Auxílio Alimentação		
	Valor Diário (R\$)	Dias Trabalhados	Custo Total (R\$)
	R\$ 20,00	22	R\$ 440,00

**Valor Diário:** Previsto na Cláusula Oitava do Convenção Coletiva de Trabalho.

**Dias trabalhados:** Consideram-se os dias efetivos da jornada de trabalho: 22 (vinte e dois) dias para a jornada de 44 horas semanais.

**Custo Total:** valor mensal que será repassado ao empregado pelo empregador, caso não lhe seja fornecido a alimentação.

IV(A)	Desconto de Vale Refeição		
	Base de Cálculo (R\$)	Percentual (%)	Valor do Desconto R\$
	R\$ 440,00	20,00%	R\$ 88,00

**Base de Cálculo:** Valor mensal do auxílio.

**Percentual:** Previsto na Cláusula Oitava da Convenção Coletiva de Trabalho.

**Valor do Desconto:** Base de Cálculo x Percentual.

IV(B)	Custo Efetivo do Vale Refeição		
	Custo Total (R\$)	Desconto (R\$)	Custo Efetivo (R\$)
	R\$ 440,00	R\$ 88,00	R\$ 352,00

**Custo Total:** Valor do vale refeição.

**Desconto:** Contrapartida do empregado em relação ao benefício.

**Custo efetivo:** Valor que a administração repassará à contratada, caso não lhe seja fornecido a alimentação.

3.1	Valor dos Benefícios Mensais e Diários			
	Vale Transporte	Vale Refeição	Jovem Aprendiz	Seguro de Vida
	R\$ 164,40	R\$ 352,00	R\$ 95,84	R\$ 3,53
Total Geral				R\$ 615,77

#### MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE - CRPA

O custo de Reposição do Profissional Ausente corresponde ao valor que será pago toda vez que um empregado estiver ausente e será necessária sua reposição.

1º - Calcula-se o custo de um empregado por dia:

2º - Calcula-se a necessidade de reposição do profissional em dias

3º - Calcula-se o Custo de Reposição do Profissional Ausente nas ausências legais

III	Custo diário para reposição do profissional ausente		
	Base de Cálculo (R\$)	Dias Trabalhados	Valor (R\$)
	R\$ 3.661,70	22,00	R\$ 166,44



**Base de cálculo:** Módulo 1 + Módulo 2 + Módulo 3.

**Dias trabalhados:** consideram-se os dias efetivos da jornada de trabalho = 22 (vinte e dois) dias para a jornada de 44 horas semanais.

**Custo diário:** Base de cálculo ÷ Dias trabalhados.

Memória de Cálculo Número de dias de reposição do profissional ausente para cada evento				
Categoria	Incidência Anual	Duração Legal da Ausência	44h	
			Proporção de Dias afetados	Dias de Reposição
Férias	1,0000	30	69,31%	20,7930
Ausência justificada	1,0000	1	100,00%	1,0000
Acidente trabalho	0,1642	15	69,31%	1,7071
Afastamento por doença	1,0000	5	69,31%	3,4655
Consulta médica filho	0,1531	2	100,00%	0,3062
Óbitos na família	0,0000	2	69,31%	0,0000
Casamento	0,0000	3	100,00%	0,0000
Doação de sangue	0,0000	1	100,00%	0,0000
Testemunho	0,0000	1	100,00%	0,0000
Paternidade	0,0000	20	69,31%	0,0000
Maternidade	0,0000	180	69,31%	0,0000
Consulta pré-natal	0,0000	6	100,00%	0,0000

**Categoria:** Direito assegurado ao trabalhador, previsto na legislação trabalhista vigente, para os quais haverá necessidade de reposição do profissional por parte da empresa contratada.

**Incidência:** Probabilidade de ocorrência da ausência, com base nos dados estatísticos apurados.

**Duração Legal:** Quantidade de dias de afastamento, conforme legislação vigente.

**Proporção de dias afetados:** 44h - considera a proporção de dias úteis que poderão ser afetados pelo afastamento. Para 2025 a previsão é de 253 dias úteis. Portanto:  $253/365 = 69,31\%$

**Dias de reposição:** Quantidade provável de dias afetados pelo afastamento do profissional no ano.

**Cálculo:** (Incidência anual x duração legal da ausência) x proporção de dias afetados

Estimativa da necessidade de reposição de profissional	
Composição	44h sem
Férias	20,7930
Ausência justificada	1,0000
Acidente trabalho	1,7071
Afastamento por doença	3,4655
Consulta médica filho	0,3062
Óbitos na família	0,0000
Casamento	0,0000
Doação de sangue	0,0000
Testemunho	0,0000
Paternidade	0,0000
Maternidade	0,0000
Consulta pré-natal	0,0000
<b>Total para reposição</b>	<b>27,2718</b>

VALOR DO MÓDULO 4			
Custo diário	Necessidade de Reposição	Custo anual	Custo Mensal
R\$ 166,44	R\$ 27,27	R\$ 4.539,15	R\$ 378,26

**Custo diário:** valor do empregado por dia.

**Necessidade de reposição:** total de dias no ano que terá a necessidade da reposição devido a ausências legais.

**Custo anual:** Custo diário x Necessidade de Reposição



**Custo mensal:** Custo anual ÷ 12 meses

### MÓDULO 5 - INSUMOS DE MÃO-DE-OBRA

Composição dos insumos de mão-de-obra:

**Submódulo 5.1 - Insumos dos Uniformes**

**Submódulo 5.2 - Insumos de Materiais**

5.1	Insumos dos Uniformes	
	Base de Cálculo (R\$)	Valor Mensal (R\$)
	Uniforme completo - Calça, Camisa, Bota e Tênis - Pesquisa	R\$ 89,92

**Base de cálculo:** Pesquisa de Preços realizada em aquisições de órgãos públicos.

5.2	Insumos de Materiais *			
	Base de Cálculo (R\$)	Insumos (R\$)	Cofins (R\$)	Valor (R\$)
	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -

**Base de cálculo:** Módulo 1 + Módulo 2 + Módulo 3 + Módulo 4 + Submódulo 5.1.

**Insumos:** Base de Cálculo x percentual de 12% em relação a soma de todos os itens de custo para cada cargo de

**COFINS:** Corresponde ao percentual de 9,25% incidente no custo dos insumos

**\*Obs:** - Retirados considerando que os insumos de limpeza serão fornecidos

VALOR DO MÓDULO 5			
SUBMÓDULO 5.1		SUBMÓDULO 5.2	Custo Mensal
R\$	89,92	R\$ -	R\$ 89,92

### MÓDULO 6 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO - CITL

Para a obtenção do preço de referência para contratação de um posto de serviço acrescenta-se ao Custo Total do empregado os Custos Indiretos, Tributos e Lucro.

CI	Custos Indiretos - Despesas Ad-ministrativas e Operacionais	3,00%
L	Lucro antes do Imposto de Renda	6,79%
T	Tributos	14,25%
	C1 - Tributos Federais (PIS e COFINS)	9,25%
	C1.1 - PIS	1,65%
	C1.2 - COFINS	7,60%
	C3 - Tributos Municipais (ISSQN)	5,00%
	C3.1 - ISSQN	5,00%

VALOR DO MÓDULO 6		
Base de Cálculo	Percentual	Valor
R\$ 4.129,89	24,04%	R\$ 992,82

### VALOR TOTAL POR TRABALHADOR

CATEGORIA	VALOR
Remuneração	R\$ 1.660,00
Encargos Sociais e Benefícios sobre a mão de obra	R\$ 1.385,93
Benefícios Mensais e Diários	R\$ 615,77
Reposição do Profissional	R\$ 378,26
Insumos de Mão de Obra	R\$ 89,92
CITL	R\$ 992,82
<b>VALOR TOTAL</b>	<b>R\$ 5.122,71</b>



**PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS**

**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 008/2026**

**Composição - Agente de Limpeza Insal. - Memória**

**MEMÓRIA DE CÁLCULO - AGENTE DE LIMPEZA COM INSALUBRIDADE**

**MÓDULO 1 - REMUNERAÇÃO**

I	Dados do Salário	
A	Tipo de serviço e Categoria Profissional	Agente de Limpeza
B	Salário normativo da categoria profissional	R\$ 1.660,00
C	Convenção Coletiva de Trabalho - Data Base	1º de Janeiro
D	Vigência da Convenção Coletiva de Trabalho	01/01/2025 a 31/12/2026
E	Convenção Coletiva de Trabalho no MTE - Vigente 2026	BA000817/2024
II	Composição da Remuneração	Valor (R\$)
A	Salário Base	1.660,00
B	Adicional de Insalubridade (40%)	664,00
Total da Remuneração		R\$ 2.324,00

**MÓDULO 2 - ENCARGOS SOCIAIS E BENEFÍCIOS SOBRE A MÃO DE OBRA**

**Grupo A** - Encargos Sociais Básicos, derivados de legislação específica ou convenção coletiva de trabalho, que concedem benefícios aos empregados, como: Previdência Social, Seguro Contra Acidente de Trabalho, Salário Educação e Fundo de Garantia do Tempo de Serviço; ou que instituem fonte fiscal de recolhimento para instituições de caráter público, tais como: INCRA, SESC, SENAI e SEBRAE;

<b>GRUPO A</b>			
A1	INSS - empregador	20,00%	Artigo 22 Inciso I Lei n.º 8.212/91
A2	SESC ou SESI	1,50%	Artigo 15 Lei n.º 8036/90 e Art. 7º Inciso III CF/88
A3	SENAC ou SENAI	1,00%	Artigo 3º Lei n.º 8.036/90
A4	INCRA	0,20%	Decreto n.º 2.318/86
A5	SEBRAE	0,60%	Decreto n.º 6.042/2007 CNAE 8121/00
A6	Salário-Educação	2,50%	Artigo 8º Lei n.º 8029/90 e Lei n.º 8154 de 28/12/90
A7	SAT- GIL/RAT	3,00%	Art. 3º Inciso I Decreto n.º 87.043/82
A8	FGTS	8,00%	Lei n.º 7787 de 30/06/89 e DL n.º 1146/70
<b>TOTAL</b>		<b>36,80%</b>	

**Grupo B** - Encargos Sociais que recebem incidência do Grupo A e caracterizam-se por custos advindos da remuneração devida ao trabalhador sem que exista a prestação do serviço correspondente, tais como o repouso semanal remunerado, feriados e 13º salário;

<b>GRUPO B</b>			
B1	Férias Gozadas	9,37%	Artigo 142º DL 5.542/42 e Art 7 CF Inc XVII
B2	Auxílio Doença	2,87%	Art. 59 a 64 lei 8213/91, Art. 201, I CF/1988 cc Arts 71 a 80 Dec 3048/1999
B3	Licença Maternidade/Paternidade	0,02%	Art. 7 Inciso XIX CF/88
B4	Faltas Justificadas	0,54%	Artigos n.º 473 e 822 da CLT
B5	Auxílio Acidente de Trabalho	0,33%	Lei 6.367/76 e Artigo 473 da CLT
B6	Aviso Prévio Trabalhado	0,06%	Artigo 487 CLT e Artigo 7 Inciso XXI da CF/88
B7	Treinamento	0,34%	IN 05 do MET e Item XXII da CF/88
B8	1/3 Férias Constitucional	3,12%	Artigo 7, Inciso XVII CF/88
B9	13º Salário	9,37%	Lei 4060/62 e Lei 7.787/89 Inciso III Art. 7 CF88
<b>TOTAL</b>		<b>26,02%</b>	

**GRUPO C** - São encargos de natureza indenizatória e pagos, em sua maioria, diretamente ao empregado quando da interrupção do contrato de trabalho.

GRUPO C			
C1	Aviso Prévio Indenizado	4,66%	Artigo 487 CLT e Inciso XXI do Artigo 7º CF/88
C2	Aviso Prévio Trabalhado	0,28%	Sumula 305 TST
C3	Férias Indenizadas	0,70%	Decreto 6727/2009
C4	Multa FGTS	3,93%	Artigo 487 CLT e Artigo 10, Inciso I da Disposição Transitória CF 1988
C5	Contribuição Social 10% s/FGTS	0,98%	Artigo 1º Lei complementar n.º 110/01
C6	Indenização Adicional	0,09%	Artigo 9 Lei n.º 7238/1984
<b>TOTAL</b>		<b>10,64%</b>	

**GRUPO D** - O Grupo D considera casos de reincidência de um encargo ou grupo de encargos, sobre outro. Ocorre quando o custo proveniente de determinado encargo não é calculado sobre o valor simples da remuneração, mas sim sobre a remuneração acrescida de outros encargos.

A reincidência do Grupo A de encargos sobre o Grupo B é devida, pois sobre todos os pagamentos realizados em rubricas do Grupo B incidirão os encargos de origem legal do Grupo A.

$$36,80\% \times 26,02\% = 9,57\%$$

Por sua vez, sobre o Aviso Prévio Indenizado deverá incidir o depósito do FGTS, e sobre o Aviso Prévio Trabalhado incidirão os encargos do Grupo A, da seguinte forma:

$$(4,66\% \times 8,00\%) + (0,11\% \times 36,80\%) = 0,46\%$$

GRUPO D		
D1	Incidência de Grupo A sobre Grupo B	9,57%
D2	Incidência sobre o Salário Maternidade	0,46%
<b>TOTAL</b>		<b>10,03%</b>

Precentual de Encargos Sociais conforme o modelo utilizado para apropriação dos Encargos Sociais por parte da Caixa Econômica Federal ajustadas às características regionais do Estado da Bahia, com Vigência a partir de outubro de 2018.	<b>83,49%</b>
--	---------------

Valor dos Encargos Sociais	<b>R\$ 1.940,31</b>
----------------------------	---------------------

### MÓDULO 3 - BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS

**Vale-Transporte:** O vale transporte foi baseado no preço da passagem, trajeto de ida e volta residência dentro do Município de Coribe, através de van ou moto táxi, por não haver transporte coletivo dentro do Município:

I	Vale Transporte			
	Valor Unitário	Vales por dia	Dias Trabalhados	Valor (R\$)
	R\$ 6,00	2	22	R\$ 264,00

**Desconto de Vale-Transporte:** Conforme Parágrafo único do art. 4º da Lei n.º 7.418, de 16 de dezembro de 1985 - "O empregador participará dos gastos de deslocamento do trabalhador com a ajuda de custo equivalente à parcela que exceder a 6% (seis por cento) de seu salário básico."

I (A)	Desconto de Vale Transporte		
	Base de Cálculo (R\$)	Percentual (%)	Valor (R\$)
	R\$ 1.660,00	6,00%	R\$ 99,60

<b>Custo Efetivo do Vale Transporte</b>
---

I (B)	Custo Total (R\$)	Desconto (R\$)	Custo Efetivo (R\$)
	R\$ 264,00	R\$ 99,60	R\$ 164,40

II	Custo de Jovem Aprendiz		
	Custo Total (R\$)	Desconto (R\$)	Custo Efetivo (R\$)
	R\$ 95,84	R\$ -	R\$ 95,84

**Valor Mensal:** Previsto na Cláusula Quinquagésima Nona do Convenção Coletiva de Trabalho.

III	Seguro de Vida		
	Custo Total (R\$)	Desconto (R\$)	Custo Efetivo (R\$)
	R\$ 4,80	R\$ 1,27	R\$ 3,53

**Valor Mensal:** Previsto na Cláusula Décima Segunda da Convenção Coletiva de Trabalho.

**Condições:** As empresas deverão seguir os valores mínimos de cobertura nos eventos dispostos na Convenção.

IV	Auxílio Alimentação		
	Valor Diário (R\$)	Dias Trabalhados	Custo Total (R\$)
	R\$ 20,00	22	R\$ 440,00

**Valor Diário:** Previsto na Cláusula Oitava do Convenção Coletiva de Trabalho.

**Dias trabalhados:** Consideram-se os dias efetivos da jornada de trabalho: 22 (vinte e dois) dias para a jornada de 44 horas semanais.

**Custo Total:** valor mensal que será repassado ao empregado pelo empregador, caso não lhe seja fornecido a alimentação.

**Vale Refeição:** Previsto na Cláusula Oitava da Convenção Coletiva de Trabalho CCT - "As empresas concederão auxílio alimentação no valor de R\$ 20,00 (vinte reais), a partir da data de registro do presente Instrumento Coletivo, por dia de efetivo trabalho, para os beneficiários da presente Convenção Coletiva com turno de trabalho superior a 06 (seis) horas, sendo que tal parcela não será integrada ao salário sob nenhuma hipótese, respeitando-se a legislação aplicável à espécie, podendo as empresas descontar do salário do empregado o equivalente a 20% (vinte por cento) do valor mensal do referido benefício."

IV(A)	Desconto de Vale Refeição		
	Base de Cálculo (R\$)	Percentual (%)	Valor do Desconto R\$
	R\$ 440,00	20,00%	R\$ 88,00

**Base de Cálculo:** Valor mensal do auxílio.

**Percentual:** Previsto na Cláusula Oitava da Convenção Coletiva de Trabalho.

**Valor do Desconto:** Base de Cálculo x Percentual.

IV(B)	Custo Efetivo do Vale Refeição		
	Custo Total (R\$)	Desconto (R\$)	Custo Efetivo (R\$)
	R\$ 440,00	R\$ 88,00	R\$ 352,00

**Custo Total:** Valor do vale refeição.

**Desconto:** Contrapartida do empregado em relação ao benefício.

**Custo efetivo:** Valor que a administração repassará à contratada, caso não lhe seja fornecido a alimentação.

3.1	Valor dos Benefícios Mensais e Diários			
	Vale Transporte	Vale Refeição	Jovem Aprendiz	Seguro de Vida
	R\$ 164,40	R\$ 352,00	R\$ 95,84	R\$ 3,53
<b>Total Geral</b>				<b>R\$ 615,77</b>

#### MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE - CRPA

O custo de Reposição do Profissional Ausente corresponde ao valor que será pago toda vez que um empregado estiver ausente e será necessária sua reposição.

1º - Calcula-se o custo de um empregado por dia:

2º - Calcula-se a necessidade de reposição do profissional em dias

3º - Calcula-se o Custo de Reposição do Profissional Ausente nas ausências legais



III	Custo diário para reposição do profissional ausente		
	Base de Cálculo (R\$)	Dias Trabalhados	Valor (R\$)
	R\$ 4.880,08	22,00	R\$ 221,82

**Base de cálculo:** Módulo 1 + Módulo 2 + Módulo 3.

**Dias trabalhados:** consideram-se os dias efetivos da jornada de trabalho = 22 (vinte e dois) dias para a jornada de 44 horas semanais.

**Custo diário:** Base de cálculo ÷ Dias trabalhados.

Memória de Cálculo Número de dias de reposição do profissional ausente para cada evento				
Categoria	Incidência Anual	Duração Legal da Ausência	44h	
			Proporção de Dias afetados	Dias de Reposição
Férias	1,0000	30	69,31%	20,7930
Ausência justificada	1,0000	1	100,00%	1,0000
Acidente trabalho	0,1642	15	69,31%	1,7071
Afastamento por doença	1,0000	5	69,31%	3,4655
Consulta médica filho	0,1531	2	100,00%	0,3062
Óbitos na família	0,0000	2	69,31%	0,0000
Casamento	0,0000	3	100,00%	0,0000
Doação de sangue	0,0000	1	100,00%	0,0000
Testemunho	0,0000	1	100,00%	0,0000
Paternidade	0,0000	20	69,31%	0,0000
Maternidade	0,0000	180	69,31%	0,0000
Consulta pré-natal	0,0000	6	100,00%	0,0000

**Categoria:** Direito assegurado ao trabalhador, previsto na legislação trabalhista vigente, para os quais haverá necessidade de reposição do profissional por parte da empresa contratada.

**Incidência:** Probabilidade de ocorrência da ausência, com base nos dados estatísticos apurados.

**Duração Legal:** Quantidade de dias de afastamento, conforme legislação vigente.

**Proporção de dias afetados:** 44h - considera a proporção de dias úteis que poderão ser afetados pelo afastamento. Para 2025 a previsão é de 253 dias úteis. Portanto:  $253/365 = 69,31\%$

**Dias de reposição:** Quantidade provável de dias afetados pelo afastamento do profissional no ano.

**Cálculo:** (Incidência anual x duração legal da ausência) x proporção de dias afetados

Estimativa da necessidade de reposição de profissional	
Composição	44h sem
Férias	20,7930
Ausência justificada	1,0000
Acidente trabalho	1,7071
Afastamento por doença	3,4655
Consulta médica filho	0,3062
Óbitos na família	0,0000
Casamento	0,0000
Doação de sangue	0,0000
Testemunho	0,0000
Paternidade	0,0000
Maternidade	0,0000
Consulta pré-natal	0,0000
<b>Total para reposição</b>	<b>27,2718</b>

VALOR DO MÓDULO 4			
Custo diário	Necessidade de Reposição	Custo anual	Custo Mensal
R\$ 221,82	R\$ 27,27	R\$ 6.049,48	<b>R\$ 504,12</b>



**Custo diário:** valor do empregado por dia.

**Necessidade de reposição:** total de dias no ano que terá a necessidade da reposição devido a ausências legais.

**Custo anual:** Custo diário x Necessidade de Reposição.

**Custo mensal:** Custo anual ÷ 12 meses.

### MÓDULO 5 - INSUMOS DE MÃO-DE-OBRA

Composição dos insumos de mão-de-obra:

**Submódulo 5.1 - Insumos dos Uniformes**

**Submódulo 5.2 - Insumos de Materiais**

5.1	Insumos dos Uniformes	
	Base de Cálculo (R\$)	Valor Mensal (R\$)
	Uniforme completo - Calça, Camisa, Bota e Tênis - Pesquisa	R\$ 89,92

**Base de cálculo:** Pesquisa de Preços realizada em aquisições de órgãos públicos.

5.2	Insumos de Materiais *			
	Base de Cálculo (R\$)	Insumos (R\$)	Cofins (R\$)	Valor (R\$)
	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -

**Base de cálculo:** Módulo 1 + Módulo 2 + Módulo 3 + Módulo 4 + Submódulo 5.1.

**Insumos:** Base de Cálculo x percentual de 12% em relação a soma de todos os itens de custo para cada cargo de

**COFINS:** Corresponde ao percentual de 9,25% incidente no custo dos insumos.

**\*Obs:** - Retirados considerando que os insumos de limpeza serão fornecidos.

VALOR DO MÓDULO 5		
SUBMÓDULO 5.1	SUBMÓDULO 5.2	Custo Mensal
R\$ 89,92	R\$ -	R\$ 89,92

### MÓDULO 6 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO - CITL

Para a obtenção do preço de referência para contratação de um posto de serviço acrescenta-se ao Custo Total do empregado os Custos Indiretos, Tributos e Lucro.

CI	<i>Custos Indiretos - Despesas Administrativas e Operacionais</i>	3,00%
L	<i>Lucro antes do Imposto de Renda</i>	6,79%
T	<i>Tributos</i>	14,25%
	<i>C1 - Tributos Federais (PIS e COFINS)</i>	9,25%
	<i>C1.1 - PIS</i>	1,65%
	<i>C1.2 - COFINS</i>	7,60%
	<i>C3 - Tributos Municipais (ISSQN)</i>	5,00%
	<i>C3.1 - ISSQN</i>	5,00%

VALOR DO MÓDULO 6		
Base de Cálculo	Percentual	Valor
R\$ 5.474,12	24,04%	R\$ 1.315,98

### VALOR TOTAL POR TRABALHADOR

CATEGORIA	VALOR
<i>Remuneração</i>	R\$ 2.324,00
<i>Encargos Sociais e Benefícios sobre a mão de obra</i>	R\$ 1.940,31
<i>Benefícios Mensais e Diários</i>	R\$ 615,77
<i>Reposição do Profissional</i>	R\$ 504,12
<i>Insumos de Mão de Obra</i>	R\$ 89,92
<i>Custos Indiretos - Despesas Administrativas e Operacionais - CITL</i>	R\$ 1.315,98



<b>VALOR TOTAL</b>	<b>R\$ 6.790,10</b>
--------------------	---------------------



**PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS**

**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 008/2026**

**Composição - Agente de Limpeza Insal. - Memória**

**MEMÓRIA DE CÁLCULO - AGENTE DE LIMPEZA**

**MÓDULO 1 - REMUNERAÇÃO**

<b>I</b>	<b>Dados do Salário</b>	
A	Tipo de serviço e Categoria Profissional	Agente de Limpeza
B	Salário normativo da categoria profissional	R\$ 1.660,00
C	Convenção Coletiva de Trabalho - Data Base	1º de Janeiro
D	Vigência da Convenção Coletiva de Trabalho	01/01/2025 a 31/12/2026
E	Convenção Coletiva de Trabalho no MTE - Vigente 2026	BA000817/2024
<b>II</b>	<b>Composição da Remuneração</b>	
		<b>Valor (R\$)</b>
A	Salário Base	1.660,00
A	Adicional de Insalubridade (40%)	664,00
<b>Total da Remuneração</b>		<b>R\$ 2.324,00</b>

**MÓDULO 2 - ENCARGOS SOCIAIS E BENEFÍCIOS SOBRE A MÃO DE OBRA**

**Grupo A** - Encargos Sociais Básicos, derivados de legislação específica ou convenção coletiva de trabalho, que concedem benefícios aos empregados, como: Previdência Social, Seguro Contra Acidente de Trabalho, Salário Educação e Fundo de Garantia do Tempo de Serviço; ou que instituem fonte fiscal de recolhimento para instituições de caráter público, tais como: INCRA, SESI, SENAI e SEBRAE;

<b>GRUPO A</b>			
A1	INSS - empregador	20,00%	Artigo 22 Inciso I Lei n.º 8.212/91
A2	SESC ou SESI	1,50%	Artigo 15 Lei n.º 8036/90 e Art. 7º Inciso III CF/88
A3	SENAC ou SENAI	1,00%	Artigo 3º Lei n.º 8.036/90
A4	INCRA	0,20%	Decreto n.º 2.318/86
A5	SEBRAE	0,60%	Decreto n.º 6.042/2007 CNAE 8121/00
A6	Salário-Educação	2,50%	Artigo 8º Lei n.º 8029/90 e Lei n.º 8154 de 28/12/90
A7	SAT- GIL/RAT	3,00%	Art. 3º Inciso I Decreto n.º 87.043/82
A8	FGTS	8,00%	Lei n.º 7787 de 30/06/89 e DL n.º 1146/70
<b>TOTAL</b>		<b>36,80%</b>	

**Grupo B** - Encargos Sociais que recebem incidência do Grupo A e caracterizam-se por custos advindos da remuneração devida ao trabalhador sem que exista a prestação do serviço correspondente, tais como o repouso semanal remunerado, feriados e 13º salário;

<b>GRUPO B</b>			
B1	Férias Gozadas	9,37%	Artigo 142º DL 5.542/42 e Art 7 CF Inc XVII
B2	Auxílio Doença	2,87%	Art. 59 a 64 lei 8213/91, Art. 201, I CF/1988 cc Arts 71 a 80 Dec 3048/1999
B3	Licença Maternidade/Paternidade	0,02%	Art. 7 Inciso XIX CF/88
B4	Faltas Justificadas	0,54%	Artigos n.º 473 e 822 da CLT
B5	Auxílio Acidente de Trabalho	0,33%	Lei 6.367/76 e Artigo 473 da CLT
B6	Aviso Prévio Trabalhado	0,06%	Artigo 487 CLT e Artigo 7 Inciso XXI da CF/88
B7	Treinamento	0,34%	IN 05 do MET e Item XXII da CF/88
B8	1/3 Férias Constitucional	3,12%	Artigo 7, Inciso XVII CF/88
B9	13º Salário	9,37%	Lei 4060/62 e Lei 7.787/89 Inciso III Art. 7 CF88
<b>TOTAL</b>		<b>26,02%</b>	

**GRUPO C** - São encargos de natureza indenizatória e pagos, em sua maioria, diretamente ao empregado quando da interrupção do contrato de trabalho.

GRUPO C			
C1	Aviso Prévio Indenizado	4,66%	Artigo 487 CLT e Inciso XXI do Artigo 7º CF/88
C2	Aviso Prévio Trabalhado	0,28%	Sumula 305 TST
C3	Férias Indenizadas	0,70%	Decreto 6727/2009
C4	Multa FGTS	3,93%	Artigo 487 CLT e Artigo 10, Inciso I da Disposição Transitória CF 1988
C5	Contribuição Social 10% s/FGTS	0,98%	Artigo 1º Lei complementar n.º 110/01
C6	Indenização Adicional	0,09%	Artigo 9 Lei n.º 7238/1984
<b>TOTAL</b>		<b>10,64%</b>	

**GRUPO D** - O Grupo D considera casos de reincidência de um encargo ou grupo de encargos, sobre outro. Ocorre quando o custo proveniente de determinado encargo não é calculado sobre o valor simples da remuneração, mas sim sobre a remuneração acrescida de outros encargos.

A reincidência do Grupo A de encargos sobre o Grupo B é devida, pois sobre todos os pagamentos realizados em rubricas do Grupo B incidirão os encargos de origem legal do Grupo A.

$$36,80\% \times 26,02\% = 9,57\%$$

Por sua vez, sobre o Aviso Prévio Indenizado deverá incidir o depósito do FGTS, e sobre o Aviso Prévio Trabalhado incidirão os encargos do Grupo A, da seguinte forma:

$$(4,66\% \times 8,00\%) + (0,11\% \times 36,80\%) = 0,46\%$$

GRUPO D		
D1	Incidência de Grupo A sobre Grupo B	9,57%
D2	Incidência sobre o Salário Maternidade	0,46%
<b>TOTAL</b>		<b>10,03%</b>

Precentual de Encargos Sociais conforme a tabela contida na própria Convenção Coletiva de Trabalho como Anexo III - ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS.	<b>83,49%</b>
--	---------------

Valor dos Encargos Sociais	<b>R\$ 1.940,31</b>
----------------------------	---------------------

### MÓDULO 3 - BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS

**Vale-Transporte:** O vale transporte foi baseado no preço da passagem, trajeto de ida e volta residência dentro do Município de Coribe, através de van ou moto táxi, por não haver transporte coletivo dentro do Município:

I	Vale Transporte			
	Valor Unitário	Vales por dia	Dias Trabalhados	Valor (R\$)
	R\$ 6,00	2	22	R\$ 264,00

**Desconto de Vale-Transporte:** Conforme Parágrafo único do art. 4º da Lei n.º 7.418, de 16 de dezembro de 1985 - "O empregador participará dos gastos de deslocamento do trabalhador com a ajuda de custo equivalente à parcela que exceder a 6% (seis por cento) de seu salário básico."

I (A)	Desconto de Vale Transporte		
	Base de Cálculo (R\$)	Percentual (%)	Valor (R\$)
	R\$ 1.660,00	6,00%	R\$ 99,60
<b>Custo Efetivo do Vale Transporte</b>			



I (B)	Custo Total (R\$)	Desconto (R\$)	Custo Efetivo (R\$)
	R\$ 264,00	R\$ 99,60	R\$ 164,40

**Vale Refeição:** Previsto na Cláusula Oitava da Convenção Coletiva de Trabalho CCT - "As empresas concederão auxílio alimentação no valor de R\$ 20,00 (vinte reais), a partir da data de registro do presente Instrumento Coletivo, por dia de efetivo trabalho, para os beneficiários da presente Convenção Coletiva com turno de trabalho superior a 06 (seis) horas, sendo que tal parcela não será integrada ao salário sob nenhuma hipótese, respeitando-se a legislação aplicável à espécie, podendo as empresas descontar do salário do empregado o equivalente a 20% (vinte por cento) do valor mensal do referido benefício."

II	Custo de Jovem Aprendiz		
	Custo Total (R\$)	Desconto (R\$)	Custo Efetivo (R\$)
	R\$ 95,84	R\$ -	R\$ 95,84

**Valor Mensal:** Previsto na Cláusula Quinquagésima Nona da Convenção Coletiva de Trabalho.

III	Seguro de Vida		
	Custo Total (R\$)	Desconto (R\$)	Custo Efetivo (R\$)
	R\$ 4,80	R\$ 1,27	R\$ 3,53

**Valor Mensal:** Previsto na Cláusula Décima Segunda da Convenção Coletiva de Trabalho.

**Condições:** As empresas deverão seguir os valores mínimos de cobertura nos eventos dispostos na Convenção.

IV	Auxílio Alimentação		
	Valor Diário (R\$)	Dias Trabalhados	Custo Total (R\$)
	R\$ 20,00	22	R\$ 440,00

**Valor Diário:** Previsto na Cláusula Oitava da Convenção Coletiva de Trabalho.

**Dias trabalhados:** Consideram-se os dias efetivos da jornada de trabalho: 22 (vinte e dois) dias para a jornada de 44 horas semanais.

**Custo Total:** valor mensal que será repassado ao empregado pelo empregador, caso não lhe seja fornecido a alimentação.

IV(A)	Desconto de Vale Refeição		
	Base de Cálculo (R\$)	Percentual (%)	Valor do Desconto (R\$)
	R\$ 440,00	20,00%	R\$ 88,00

**Base de Cálculo:** Valor mensal do auxílio.

**Percentual:** Previsto na Cláusula Oitava da Convenção Coletiva de Trabalho.

**Valor do Desconto:** Base de Cálculo x Percentual.

IV(B)	Custo Efetivo do Vale Refeição		
	Custo Total (R\$)	Desconto (R\$)	Custo Efetivo (R\$)
	R\$ 440,00	R\$ 88,00	R\$ 352,00

**Custo Total:** Valor do vale refeição.

**Desconto:** Contrapartida do empregado em relação ao benefício.

**Custo efetivo:** Valor que a administração repassará à contratada, caso não lhe seja fornecido a alimentação.

3.1	Valor dos Benefícios Mensais e Diários			
	Vale Transporte	Vale Refeição	Jovem Aprendiz	Seguro de Vida
	R\$ 164,40	R\$ 352,00	R\$ 95,84	R\$ 3,53
<b>Total Geral</b>				<b>R\$ 615,77</b>

#### **MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE - CRPA**

O custo de Reposição do Profissional Ausente corresponde ao valor que será pago toda vez que um empregado estiver ausente e será necessária sua reposição.

1º - Calcula-se o custo de um empregado por dia:

2º - Calcula-se a necessidade de reposição do profissional em dias



3º - Calcula-se o Custo de Reposição do Profissional Ausente nas ausências legais

III	Custo diário para reposição do profissional ausente		
	Base de Cálculo (R\$)	Dias Trabalhados	Valor (R\$)
	R\$ 4.880,08	22,00	R\$ 221,82

**Base de cálculo:** Módulo 1 + Módulo 2 + Módulo 3.

**Dias trabalhados:** consideram-se os dias efetivos da jornada de trabalho = 22 (vinte e dois) dias para a jornada de 44 horas semanais.

**Custo diário:** Base de cálculo ÷ Dias trabalhados.

Memória de Cálculo Número de dias de reposição do profissional ausente para cada evento				
Categoria	Incidência Anual	Duração Legal da Ausência	44h	
			Proporção de Dias afetados	Dias de Reposição
Férias	1,0000	30	69,31%	20,7930
Ausência justificada	1,0000	1	100,00%	1,0000
Acidente trabalho	0,1642	15	69,31%	1,7071
Afastamento por doença	1,0000	5	69,31%	3,4655
Consulta médica filho	0,1531	2	100,00%	0,3062
Óbitos na família	0,0000	2	69,31%	0,0000
Casamento	0,0000	3	100,00%	0,0000
Doação de sangue	0,0000	1	100,00%	0,0000
Testemunho	0,0000	1	100,00%	0,0000
Paternidade	0,0000	20	69,31%	0,0000
Maternidade	0,0000	180	69,31%	0,0000
Consulta pré-natal	0,0000	6	100,00%	0,0000

**Categoria:** Direito assegurado ao trabalhador, previsto na legislação trabalhista vigente, para os quais haverá necessidade de reposição do profissional por parte da empresa contratada.

**Incidência:** Probabilidade de ocorrência da ausência, com base nos dados estatísticos apurados.

**Duração Legal:** Quantidade de dias de afastamento, conforme legislação vigente.

**Proporção de dias afetados:** 44h - considera a proporção de dias úteis que poderão ser afetados pelo afastamento. Para 2025 a previsão é de 253 dias úteis. Portanto:  $253/365 = 69,31\%$

**Dias de reposição:** Quantidade provável de dias afetados pelo afastamento do profissional no ano.

**Cálculo:** (Incidência anual x duração legal da ausência) x proporção de dias afetados

Estimativa da necessidade de reposição de profissional	
Composição	44h sem
Férias	20,7930
Ausência justificada	1,0000
Acidente trabalho	1,7071
Afastamento por doença	3,4655
Consulta médica filho	0,3062
Óbitos na família	0,0000
Casamento	0,0000
Doação de sangue	0,0000
Testemunho	0,0000
Paternidade	0,0000
Maternidade	0,0000
Consulta pré-natal	0,0000
<b>Total para reposição</b>	<b>27,2718</b>

VALOR DO MÓDULO 4			
Custo diário	Necessidade de Reposição	Custo anual	Custo Mensal





R\$	221,82	R\$	27,27	R\$	6.049,48	R\$	504,12
-----	--------	-----	-------	-----	----------	-----	--------

**Custo diário:** valor do empregado por dia.

**Necessidade de reposição:** total de dias no ano que terá a necessidade da reposição devido a ausências legais.

**Custo anual:** Custo diário x Necessidade de Reposição

**Custo mensal:** Custo anual ÷ 12 meses

#### **MÓDULO 5 - INSUMOS DE MÃO-DE-OBRA**

Composição dos insumos de mão-de-obra:

**Submódulo 5.1 - Insumos dos Uniformes**

**Submódulo 5.2 - Insumos de Materiais**

5.1	Insumos dos Uniformes	
	Base de Cálculo (R\$)	Valor Mensal (R\$)
	Uniforme completo - Calça, Camisa, Bota e Tênis - Pesquisa	R\$ 89,92

**Base de cálculo:** Pesquisa de Preços realizada em aquisições de órgãos públicos.

5.2	Insumos de Materiais *			
	Base de Cálculo (R\$)	Insumos (R\$)	Cofins (R\$)	Valor (R\$)
	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -

**Base de cálculo:** Módulo 1 + Módulo 2 + Módulo 3 + Módulo 4 + Submódulo 5.1.

**Insumos:** Base de Cálculo x percentual de 12% em relação a soma de todos os itens de custo para cada cargo de

**COFINS:** Corresponde ao percentual de 9,25% incidente no custo dos insumos

**\*Obs:** - Retirados considerando que os insumos de limpeza serão fornecidos

VALOR DO MÓDULO 5		
SUBMÓDULO 5.1	SUBMÓDULO 5.2	Custo Mensal
R\$ 89,92	R\$ -	R\$ 89,92

#### **MÓDULO 6 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO - CITL**

Para a obtenção do preço de referência para contratação de um posto de serviço acrescenta-se ao Custo Total do empregado os Custos Indiretos, Tributos e Lucro.

CI	<i>Custos Indiretos - Despesas Ad-ministrativas e Operacionais</i>	3,00%
L	<i>Lucro antes do Imposto de Renda</i>	6,79%
T	<i>Tributos</i>	14,25%
	<b>C1 - Tributos Federais (PIS e COFINS)</b>	9,25%
	C1.1 - PIS	1,65%
	C1.2 - COFINS	7,60%
	<b>C3 - Tributos Municipais (ISSQN)</b>	5,00%
	C3.1 - ISSQN	5,00%

VALOR DO MÓDULO 6		
Base de Cálculo	Percentual	Valor
R\$ 5.474,12	24,04%	R\$ 1.315,98

#### **VALOR TOTAL POR TRABALHADOR**

CATEGORIA	VALOR
Remuneração	R\$ 2.324,00
Encargos Sociais e Benefícios sobre a mão de obra	R\$ 1.940,31
Benefícios Mensais e Diários	R\$ 615,77
Reposição do Profissional	R\$ 504,12
Insumos de Mão de Obra	R\$ 89,92
CITL	R\$ 1.315,98



<b>VALOR TOTAL</b>	<b>R\$ 6.790,10</b>
--------------------	---------------------



**PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS**

**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 008/2026**

**Composição - Encarregado Insalubre**

**MÓDULO 1 - REMUNERAÇÃO**

I	Dados do Salário	Valor (R\$)
A	Tipo de serviço e Categoria Profissional	Encarregado de Campo
B	Salário normativo da categoria profissional	R\$ 1.673,40
C	Convenção Coletiva de Trabalho - Data Base	01 de Janeiro
D	Vigência da Convenção Coletiva de Trabalho	01/01/2025 a 31/12/2026
E	Convenção Coletiva de Trabalho no MTE - Vigente 2026	BA000817/2024

II	Composição da Remuneração	Valor (R\$)
A	Salário Base	R\$ 1.673,40
A	Adicional de Insalubridade (40%)	R\$ 669,36
<b>Total da Remuneração</b>		<b>R\$ 2.342,76</b>

**MÓDULO 2 - ENCARGOS SOCIAIS E BENEFÍCIOS, DIÁRIOS, MENSAIS E ANUAIS**

**GRUPO A**

A	Composição	%	Valor (R\$)
A1	INSS - empregador	20,0%	R\$ 468,55
A2	SESC ou SESI	1,50%	R\$ 35,14
A3	SENAC ou SENAI	1,00%	R\$ 23,43
A4	INCRA	0,20%	R\$ 4,69
A5	SEBRAE	0,60%	R\$ 14,06
A6	Salário-Educação	2,50%	R\$ 58,57
A7	SAT- GIL/RAT	3,00%	R\$ 70,28
A8	FGTS	8,00%	R\$ 187,42
<b>Total</b>		<b>36,80%</b>	<b>R\$ 862,14</b>

**GRUPO B**

B	Composição	%	Valor (R\$)
B1	Auxilio Enfermidade	9,37%	R\$ 219,52
B2	13º Salário	2,87%	R\$ 67,24
B3	Licença Paternidade	0,02%	R\$ 0,47
B4	Faltas Justificadas	0,54%	R\$ 12,65
B5	Auxilio Acidente de Trabalho	0,33%	R\$ 7,73
B6	Férias Gozadas	0,06%	R\$ 1,41
B7	Salário Maternidade	0,34%	R\$ 7,97
B8	Férias Gozadas	3,12%	R\$ 73,09
B9	Salário Maternidade	9,37%	R\$ 219,52
<b>Total</b>		<b>26,02%</b>	<b>R\$ 609,59</b>

**GRUPO C**

C	Composição	%	Valor (R\$)
C1	Aviso prévio indenizado	4,66%	R\$ 109,17
C2	FGTS sem aviso prévio	0,28%	R\$ 6,56
C3	Reflexos no Aviso Prévio Indenizado	0,70%	R\$ 16,40



C4	Multa FGTS	3,93%	R\$ 92,07
C5	Contribuição Social 10% sem FGTS	0,98%	R\$ 22,96
C6	Indenização Adicional	0,09%	R\$ 2,11
<b>Total</b>		<b>10,64%</b>	<b>R\$ 249,27</b>

**GRUPO D**

D	Composição	%	Valor (R\$)
D1	Incidência do Grupo A sobre o Grupo B	9,57%	R\$ 224,20
D2	Incidência sobre o Salário maternidade	0,46%	R\$ 10,78
<b>Total</b>		<b>10,03%</b>	<b>R\$ 234,98</b>

<b>Percentual de Encargos Sociais - Conforme Convenção Coletiva de Trabalho</b>	<b>83,49%</b>
<b>Valor dos Encargos Sociais - Conforme Convenção Coletiva de Trabalho</b>	<b>R\$ 1.955,97</b>

**MÓDULO 3 - BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS**

III	Insumos diversos	Valor (R\$)
A	Auxílio Alimentação (22) dias	R\$ 440,00
A -	<i>Desconto legal sobre Auxílio Alimentação (máximo 20% sobre o custo)</i>	-R\$ 88,00
B	Vale-Transporte (52 conf. Cláusula Nova da Convenção)	R\$ 264,00
B -	<i>Desconto legal sobre transporte (máximo 6% sobre o salário-base)</i>	-R\$ 100,40
C	Jovem Aprendiz (conf. Cláusula 15 da Convenção)	R\$ 95,84
C -	<i>Desconto legal não há para o custeio</i>	R\$ -
D	Seguro de vida (conf. Cláusula 12 da Convenção)	R\$ 4,80
D -	<i>Desconto legal sobre transporte (máximo 6% sobre o salário-base)</i>	-R\$ 1,27
<b>Total de Insumos Diversos</b>		<b>R\$ 614,97</b>

<b>Total Remuneração + Encargos Sociais + Benefícios</b>	<b>R\$ 4.913,70</b>
--	---------------------

**MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DE MÃO DE OBRA AUSENTE**

IV	Reposição de Profissionais	Valor (R\$)
A	Custo de Reposição de Profissionais Ausentes	R\$ 505,71
<b>Total de Resposição</b>		<b>R\$ 505,71</b>

<b>Total Remuneração + Encargos Sociais + Benefícios + Insumos</b>	<b>R\$ 5.419,41</b>
--	---------------------

**MÓDULO 5 - INSUMOS DA MÃO DE OBRA**

V	Insumos diversos	Valor (R\$)
A	Uniformes	R\$ 89,92
B	Materiais, manutenção e depreciação dos equipamentos	R\$ -
<b>Total de Insumos Diversos</b>		<b>R\$ 89,92</b>

<b>Total Remuneração + Encargos Sociais + Benefícios + Reposição + Insumos</b>	<b>R\$ 5.509,33</b>
--	---------------------

**MÓDULO 6 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO - CITL**

VI	Custos Indiretos, Tributos e Lucro - CITL	%	Valor (R\$)
	<b>Somatório</b>	<b>24,04%</b>	<b>R\$ 1.324,44</b>
CI	<i>Custos Indiretos - Despesas Administrativas e Operacionais</i>		3,00%
L	<i>Lucro antes do Imposto de Renda</i>		6,79%



<i>T</i>	<i>Tributos</i>	<i>14,25%</i>
	<b>C1 - Tributos Federais (PIS e COFINS)</b>	<b>9,25%</b>
	C1.1 - PIS	1,65%
	C1.2 - COFINS	7,60%
	<b>C3 - Tributos Municipais (ISSQN)</b>	<b>5,00%</b>
	C3.1 - ISSQN	5,00%

**QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO**

Mão-de-Obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)		Valor (R\$)
A	Módulo 1 - Salário Base	R\$ 2.342,76
B	Módulo 2 - Encargos Sociais e Benefícios	R\$ 1.955,97
C	Módulo 3 - Benefícios Mensais e Diários	R\$ 614,97
D	Módulo 4 - Custo de Reposição de Mão de Obra Ausente	R\$ 505,71
E	Módulo 4 - Insumos da Mão de Obra	R\$ 89,92
<b>Subtotal (A + B + C + D):</b>		<b>R\$ 5.509,33</b>
F	Módulo 5 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro	R\$ 1.324,44
<b>VALOR TOTAL POR EMPREGADO</b>		<b>R\$ 6.833,77</b>



**PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS**

**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 008/2026**

**Composição - Encarregado Insalubre - Memória**

**MEMÓRIA DE CÁLCULO - ENCARREGADO COM INSALUBRIDADE**

**MÓDULO 1 - REMUNERAÇÃO**

I	Dados do Salário	
A	Tipo de serviço e Categoria Profissional	Encarregado de Campo
B	Salário normativo da categoria profissional	R\$ 1.673,40
C	Convenção Coletiva de Trabalho - Data Base	1º de Janeiro
D	Vigência da Convenção Coletiva de Trabalho	01/01/2025 a 31/12/2026
E	Convenção Coletiva de Trabalho no MTE - Vigente 2026	BA000817/2024
II	Composição da Remuneração	Valor (R\$)
A	Salário Base	R\$ 1.673,40
B	Adicional de Insalubridade (40%)	R\$ 669,36
Total da Remuneração		R\$ 2.342,76

**MÓDULO 2 - ENCARGOS SOCIAIS E BENEFÍCIOS SOBRE A MÃO DE OBRA**

**Grupo A** - Encargos Sociais Básicos, derivados de legislação específica ou convenção coletiva de trabalho, que concedem benefícios aos empregados, como: Previdência Social, Seguro Contra Acidente de Trabalho, Salário Educação e Fundo de Garantia do Tempo de Serviço; ou que instituem fonte fiscal de recolhimento para instituições de caráter público, tais como: INCRA, SESI, SENAI e SEBRAE;

<b>GRUPO A</b>			
A1	INSS - empregador	20,00%	Artigo 22 Inciso I Lei n.º 8.212/91
A2	SESC ou SESI	1,50%	Artigo 15 Lei n.º 8036/90 e Art. 7º Inciso III CF/88
A3	SENAC ou SENAI	1,00%	Artigo 3º Lei n.º 8.036/90
A4	INCRA	0,20%	Decreto n.º 2.318/86
A5	SEBRAE	0,60%	Decreto n.º 6.042/2007 CNAE 8121/00
A6	Salário-Educação	2,50%	Artigo 8º Lei n.º 8029/90 e Lei n.º 8154 de 28/12/90
A7	SAT- GIL/RAT	3,00%	Art. 3º Inciso I Decreto n.º 87.043/82
A8	FGTS	8,00%	Lei n.º 7787 de 30/06/89 e DL n.º 1146/70
<b>TOTAL</b>		<b>36,80%</b>	

**Grupo B** - Encargos Sociais que recebem incidência do Grupo A e caracterizam-se por custos advindos da remuneração devida ao trabalhador sem que exista a prestação do serviço correspondente, tais como o repouso semanal remunerado, feriados e 13º salário;

<b>GRUPO B</b>			
B1	Férias Gozadas	9,37%	Artigo 142º DL 5.542/42 e Art 7 CF Inc XVII
B2	Auxílio Doença	2,87%	Art. 59 a 64 lei 8213/91, Art. 201, I CF/1988 cc Arts 71 a 80 Dec 3048/1999
B3	Licença Maternidade/Paternidade	0,02%	Art. 7 Inciso XIX CF/88
B4	Faltas Justificadas	0,54%	Artigos n.º 473 e 822 da CLT
B5	Auxílio Acidente de Trabalho	0,33%	Lei 6.367/76 e Artigo 473 da CLT
B6	Aviso Prévio Trabalhado	0,06%	Artigo 487 CLT e Artigo 7 Inciso XXI da CF/88
B7	Treinamento	0,34%	IN 05 do MET e Item XXII da CF/88
B8	1/3 Férias Constitucional	3,12%	Artigo 7, Inciso XVII CF/88
B9	13º Salário	9,37%	Lei 4060/62 e Lei 7.787/89 Inciso III Art. 7 CF88
<b>TOTAL</b>		<b>26,02%</b>	



**GRUPO C** - São encargos de natureza indenizatória e pagos, em sua maioria, diretamente ao empregado quando da interrupção do contrato de trabalho.

GRUPO C			
C1	Aviso Prévio Indenizado	4,66%	Artigo 487 CLT e Inciso XXI do Artigo 7º CF/88
C2	Aviso Prévio Trabalhado	0,28%	Sumula 305 TST
C3	Férias Indenizadas	0,70%	Decreto 6727/2009
C4	Multa FGTS	3,93%	Artigo 487 CLT e Artigo 10, Inciso I da Disposição Transitória CF 1988
C5	Contribuição Social 10% s/FGTS	0,98%	Artigo 1º Lei complementar n.º 110/01
C6	Indenização Adicional	0,09%	Artigo 9 Lei n.º 7238/1984
<b>TOTAL</b>		<b>10,64%</b>	

**GRUPO D** - O Grupo D considera casos de reincidência de um encargo ou grupo de encargos, sobre outro. Ocorre quando o custo proveniente de determinado encargo não é calculado sobre o valor simples da remuneração, mas sim sobre a remuneração acrescida de outros encargos.

A reincidência do Grupo A de encargos sobre o Grupo B é devida, pois sobre todos os pagamentos realizados em rubricas do Grupo B incidirão os encargos de origem legal do Grupo A.

$$36,80\% \times 26,02\% = 9,57\%$$

Por sua vez, sobre o Aviso Prévio Indenizado deverá incidir o depósito do FGTS, e sobre o Aviso Prévio Trabalhado incidirão os encargos do Grupo A, da seguinte forma:

$$(4,66\% \times 8,00\%) + (0,11\% \times 36,80\%) = 0,46\%$$

GRUPO D		
D1	Incidência de Grupo A sobre Grupo B	9,57%
D2	Incidência sobre o Salário Maternidade	0,46%
<b>TOTAL</b>		<b>10,03%</b>

Precentual de Encargos Sociais conforme o modelo utilizado para apropriação dos Encargos Sociais por parte da Caixa Econômica Federal ajustadas às características regionais do Estado da Bahia, com Vigência a partir de outubro de 2018	<b>83,49%</b>
---	---------------

Valor dos Encargos Sociais	<b>R\$ 1.955,97</b>
----------------------------	---------------------

### MÓDULO 3 - BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS

**Vale-Transporte:** O vale transporte foi baseado no preço da passagem, trajeto de ida e volta residência dentro do Município de Coribe, através de van ou moto táxi, por não haver transporte coletivo dentro do Município:

I	Vale Transporte			
	Valor Unitário (R\$)	Vales por dia	Dias Trabalhados	Valor (R\$)
	R\$ 6,00	2	22	R\$ 264,00

**Desconto de Vale-Transporte:** Conforme Parágrafo único do art. 4º da Lei nº 7.418, de 16 de dezembro de 1985 - "O empregador participará dos gastos de deslocamento do trabalhador com a ajuda de custo equivalente à parcela que exceder a 6% (seis por cento) de seu salário básico."

Desconto de Vale Transporte			
I (A)	Base de Cálculo (R\$)	Perecentual (%)	Valor (R\$)
	1.673,40	6,00%	R\$ 100,40



I (B)	Custo Efetivo do Vale Transporte		
	Custo Total (R\$)	Desconto (R\$)	Custo Efetivo (R\$)
	R\$ 264,00	R\$ 100,40	R\$ 163,60
II	Custo de Jovem Aprendiz		
	Custo Total (R\$)	Desconto (R\$)	Custo Efetivo (R\$)
	R\$ 95,84	R\$ -	R\$ 95,84

**Valor Mensal:** Previsto na Cláusula Quinquagésima Nona do Convenção Coletiva de Trabalho.

III	Seguro de Vida		
	Custo Total (R\$)	Desconto (R\$)	Custo Efetivo (R\$)
	R\$ 4,80	R\$ 1,27	R\$ 3,53

**Valor Mensal:** Previsto na Cláusula Décima Segunda da Convenção Coletiva de Trabalho.

**Condições:** As empresas deverão seguir os valores mínimos de cobertura nos eventos dispostos na Convenção.

**Vale Refeição:** Previsto na Cláusula Nova da Convenção Coletiva de Trabalho CCT - "As empresas concederão auxílio alimentação no valor de R\$ 17,00 (dezesete reais), a partir da data de registro do presente Instrumento Coletivo, por dia de efetivo trabalho, para os beneficiários da presente Convenção Coletiva com turno de trabalho superior a 06 (seis) horas, sendo que tal parcela não será integrada ao salário sob nenhuma hipótese, respeitando-se a legislação aplicável à espécie, podendo as empresas descontar do salário do empregado o equivalente a 20% (vinte por cento) do valor mensal do referido benefício."

II	Vale Refeição		
	Valor Diário (R\$)	Dias Trabalhados	Custo Total (R\$)
	R\$ 20,00	22	R\$ 440,00

**Valor Diário:** Previsto na Cláusula Oitava do Convenção Coletiva de Trabalho.

**Dias trabalhados:** consideram-se os dias efetivos da jornada de trabalho: 22 (vinte e dois) dias para a jornada de 44 horas semanais

**Custo Total:** valor mensal que será repassado ao empregado pelo empregador.

II (A)	Desconto de Vale Refeição		
	Base de Cálculo (R\$)	Perecentual (%)	Valor do Desconto (R\$)
	R\$ 440,00	20,00%	R\$ 88,00

**Base de Cálculo:** Valor mensal do auxílio.

**Percentual:** Previsto na Cláusula Oitava da Convenção Coletiva de Trabalho.

**Valor do Desconto:** Base de Cálculo x Percentual.

II (B)	Custo Efetivo do Vale Refeição		
	Custo Total (R\$)	Desconto (R\$)	Custo Efetivo (R\$)
	R\$ 440,00	R\$ 88,00	R\$ 352,00

**Custo Total:** Valor do vale refeição.

**Desconto:** Contrapartida do empregado em relação ao benefício.

**Custo efetivo:** Valor que a administração repassará à contratada.

3.1	Valor dos Benefícios Mensais e Diários			
	Vale Transporte	Vale Refeição	Jovem Aprendiz	Seguro de Vida
	R\$ 163,60	R\$ 352,00	R\$ 95,84	R\$ 3,53
<b>Total Geral</b>				<b>R\$ 614,97</b>

#### **MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE - CRPA**

O custo de Reposição do Profissional Ausente corresponde ao valor que será pago toda vez que um empregado estiver ausente e será necessária sua reposição.

1º - Calcula-se o custo de um empregado por dia:

2º Calcula-se a necessidade de reposição do profissional em dias



3º Calcula-se o Custo de Reposição do Profissional Ausente nas ausências legais

III	Custo diário para reposição do profissional ausente		
	Base de Cálculo (R\$)	Dias Trabalhados	Valor (R\$)
	R\$ 4.913,70	22,00	R\$ 223,35

**Base de cálculo:** Módulo 1 + Módulo 2 + Módulo 3.

**Dias trabalhados:** consideram-se os dias efetivos da jornada de trabalho = 22 (vinte e dois) dias para a jornada de 44 horas semanais.

**Custo diário:** Base de cálculo ÷ Dias trabalhados.

Memória de Cálculo Número de dias de reposição do profissional ausente para cada evento				
Categoria	Incidência Anual	Duração Legal da Ausência	44h	
			Proporção de Dias	Dias de Reposição
Férias	1,0000	30	69,04%	20,7120
Ausência justificada	1,0000	1	100,00%	1,0000
Acidente trabalho	0,1642	15	69,04%	1,7005
Afastamento por doença	1,0000	5	69,04%	3,4520
Consulta médica filho	0,1531	2	100,00%	0,3062
Óbitos na família	0,0000	2	69,04%	0,0000
Casamento	0,0000	3	100,00%	0,0000
Doação de sangue	0,0000	1	100,00%	0,0000
Testemunho	0,0000	1	100,00%	0,0000
Paternidade	0,0000	20	69,04%	0,0000
Maternidade	0,0000	180	69,04%	0,0000
Consulta pré-natal	0,0000	6	100,00%	0,0000

**Categoria:** Direito assegurado ao trabalhador, previsto na legislação trabalhista vigente, para os quais haverá necessidade de reposição do profissional por parte da empresa contratada.

**Incidência:** Probabilidade de ocorrência da ausência, com base nos dados estatísticos apurados.

**Duração Legal:** Quantidade de dias de afastamento, conforme legislação vigente.

**Proporção de dias afetados:** 44h - considera a proporção de dias úteis que poderão ser afetados pelo afastamento. Para 2024 a previsão é de 252 dias úteis. Portanto:  $252/365 = 69,04\%$

**Dias de reposição:** Quantidade provável de dias afetados pelo afastamento do profissional no ano.

**Cálculo:** (Incidência anual x duração legal da ausência) x proporção de dias afetados

Estimativa da necessidade de reposição de profissional	
Composição	44h sem
Férias	20,7120
Ausência justificada	1,0000
Acidente trabalho	1,7005
Afastamento por doença	3,4520
Consulta médica filho	0,3062
Óbitos na família	0,0000
Casamento	0,0000
Doação de sangue	0,0000
Testemunho	0,0000
Paternidade	0,0000
Maternidade	0,0000
Consulta pré-natal	0,0000
<b>Total para reposição</b>	<b>27,1707</b>

**VALOR DO MÓDULO 4**



Custo diário	Necessidade de Reposição	Custo anual	Custo Mensal
R\$ 223,35	27,1707	R\$ 6.068,56	R\$ 505,71

**Custo diário:** valor do empregado por dia.

**Necessidade de reposição:** total de dias no ano que terá a necessidade da reposição devido a ausências legais.

**Custo anual:** Custo diário x Necessidade de Reposição

**Custo mensal:** Custo anual ÷ 12 meses

#### MÓDULO 5 - INSUMOS DE MÃO-DE-OBRA

Composição dos insumos de mão-de-obra:

**Submódulo 5.1 - Insumos dos Uniformes**

**Submódulo 5.2 - Insumos de Materiais**

5.1	Insumos dos Uniformes	
	Base de Cálculo (R\$)	Valor Mensal (R\$)
	Uniforme completo - Calça, Camisa, Cinto, Meia e Sapato - Pesquisa	R\$ 89,92

**Base de cálculo:** Pesquisa de Preços realizada em aquisições de órgãos públicos.

5.2	Insumos de Materiais *			
	Base de Cálculo (R\$)	Insumos (R\$)	Cofins (R\$)	Valor (R\$)
	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -

**Base de cálculo:** Módulo 1 + Módulo 2 + Módulo 3 + Módulo 4 + Submódulo 5.1.

**Insumos:** Base de Cálculo x percentual de 12% em relação a soma de todos os itens de custo para cada cargo de

**Cofins:** Corresponde ao percentual de 9,25% incidente no custo dos insumos

**\*Observados:** - Retirados considerando que os insumos de limpeza serão fornecidos

VALOR DO MÓDULO 5			
SUBMÓDULO 5.1		SUBMÓDULO 5.2	Custo Mensal
R\$	89,92	R\$ -	R\$ 89,92

#### MÓDULO 6 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO - CITL

Para a obtenção do preço de referência para contratação de um posto de serviço acrescenta-se ao Custo Total do empregado os Custos Indiretos, Tributos e Lucro.

CI	<i>Custos Indiretos - Despesas Administrativas e Operacionais</i>	3,00%
L	<i>Lucro antes do Imposto de Renda</i>	6,79%
T	<i>Tributos</i>	14,25%
	<b>C1 - Tributos Federais (PIS e COFINS)</b>	9,25%
	C1.1 - PIS	1,65%
	C1.2 - COFINS	7,60%
	<b>C3 - Tributos Municipais (ISSQN)</b>	5,00%
	C3.1 - ISSQN	5,00%

VALOR DO MÓDULO 6		
Base de Cálculo	Percentual	Valor
5.509,33	24,04%	R\$ 1.324,44

#### VALOR TOTAL POR TRABALHADOR

CATEGORIA	VALOR
Remuneração	R\$ 2.342,76
Encargos Sociais e Benefícios sobre a mão de obra	R\$ 1.955,97
Benefícios Mensais e Diários	R\$ 614,97
Reposição do Profissional	R\$ 505,71



<i>Insumos de Mão de Obra</i>	R\$	89,92
<i>Custos Indiretos - Despesas Administrativas e Operacionais - CITL</i>	R\$	1.324,44
<b>VALOR TOTAL</b>	<b>R\$</b>	<b>6.833,77</b>



**PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS**

**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 008/2026**

**Memória de Cálculo**

**MEMÓRIA DE CÁLCULO - ENCARGADO DE CAMPO**

**MÓDULO 1 - REMUNERAÇÃO**

I	Dados do Salário	
A	Tipo de serviço e Categoria Profissional	Encarregado de Campo
B	Salário normativo da categoria profissional	R\$ 1.673,40
C	Convenção Coletiva de Trabalho - Data Base	1º de Janeiro
D	Vigência da Convenção Coletiva de Trabalho	01/01/2025 a 31/12/2026
E	Convenção Coletiva de Trabalho no MTE - Vigente 2026	BA000817/2024
II	Composição da Remuneração	Valor (R\$)
A	Salário Base	1.673,40
Total da Remuneração		R\$ 1.673,40

**MÓDULO 2 - ENCARGOS SOCIAIS E BENEFÍCIOS SOBRE A MÃO DE OBRA**

**Grupo A** - Encargos Sociais Básicos, derivados de legislação específica ou convenção coletiva de trabalho, que concedem benefícios aos empregados, como: Previdência Social, Seguro Contra Acidente de Trabalho, Salário Educação e Fundo de Garantia do Tempo de Serviço; ou que instituem fonte fiscal de recolhimento para instituições de caráter público, tais como: INCRA, Sesi, SENAI e SEBRAE;

<b>GRUPO A</b>			
A1	INSS - empregador	20,00%	Artigo 22 Inciso I Lei n.º 8.212/91
A2	SESC ou Sesi	1,50%	Artigo 15 Lei n.º 8036/90 e Art. 7º Inciso III CF/88
A3	SENAC ou SENAI	1,00%	Artigo 3º Lei n.º 8.036/90
A4	INCRA	0,20%	Decreto n.º 2.318/86
A5	SEBRAE	0,60%	Decreto n.º 6.042/2007 CNAE 8121/00
A6	Salário-Educação	2,50%	Artigo 8º Lei n.º 8029/90 e Lei n.º 8154 de 28/12/90
A7	SAT- GIL/RAT	3,00%	Art. 3º Inciso I Decreto n.º 87.043/82
A8	FGTS	8,00%	Lei n.º 7787 de 30/06/89 e DL n.º 1146/70
<b>TOTAL</b>		<b>36,80%</b>	

**Grupo B** - Encargos Sociais que recebem incidência do Grupo A e caracterizam-se por custos advindos da remuneração devida ao trabalhador sem que exista a prestação do serviço correspondente, tais como o repouso semanal remunerado, feriados e 13º salário;

<b>GRUPO B</b>			
B1	Férias Gozadas	9,37%	Artigo 142º DL 5.542/42 e Art 7 CF Inc XVII
B2	Auxílio Doença	2,87%	Art. 59 a 64 lei 8213/91, Art. 201, I CF/1988 cc Arts 71 a 80 Dec 3048/1999
B3	Licença Maternidade/Paternidade	0,02%	Art. 7 Inciso XIX CF/88
B4	Faltas Justificadas	0,54%	Artigos n.º 473 e 822 da CLT
B5	Auxílio Acidente de Trabalho	0,33%	Lei 6.367/76 e Artigo 473 da CLT
B6	Aviso Prévio Trabalhado	0,06%	Artigo 487 CLT e Artigo 7 Inciso XXI da CF/88
B7	Treinamento	0,34%	IN 05 do MET e Item XXII da CF/88
B8	1/3 Férias Constitucional	3,12%	Artigo 7, Inciso XVII CF/88
B9	13º Salário	9,37%	Lei 4060/62 e Lei 7.787/89 Inciso III Art. 7 CF88
<b>TOTAL</b>		<b>26,02%</b>	



**GRUPO C** - São encargos de natureza indenizatória e pagos, em sua maioria, diretamente ao empregado quando da interrupção do contrato de trabalho.

GRUPO C			
C1	Aviso Prévio Indenizado	4,66%	Artigo 487 CLT e Inciso XXI do Artigo 7º CF/88
C2	Aviso Prévio Trabalhado	0,28%	Sumula 305 TST
C3	Férias Indenizadas	0,70%	Decreto 6727/2009
C4	Multa FGTS	3,93%	Artigo 487 CLT e Artigo 10, Inciso I da Disposição Transitória CF 1988
C5	Contribuição Social 10% s/FGTS	0,98%	Artigo 1º Lei complementar n.º 110/01
C6	Indenização Adicional	0,09%	Artigo 9 Lei n.º 7238/1984
<b>TOTAL</b>		<b>10,64%</b>	

**GRUPO D** - O Grupo D considera casos de reincidência de um encargo ou grupo de encargos, sobre outro. Ocorre quando o custo proveniente de determinado encargo não é calculado sobre o valor simples da remuneração, mas sim sobre a remuneração acrescida de outros encargos.

A reincidência do Grupo A de encargos sobre o Grupo B é devida, pois sobre todos os pagamentos realizados em rubricas do Grupo B incidirão os encargos de origem legal do Grupo A.

$$36,80\% \times 26,02\% = 9,57\%$$

Por sua vez, sobre o Aviso Prévio Indenizado deverá incidir o depósito do FGTS, e sobre o Aviso Prévio Trabalhado incidirão os encargos do Grupo A, da seguinte forma:

$$(4,66\% \times 8,00\%) + (0,11\% \times 36,80\%) = 0,46\%$$

GRUPO D		
D1	Incidência de Grupo A sobre Grupo B	9,57%
D2	Incidência sobre o Salário Maternidade	0,46%
<b>TOTAL</b>		<b>10,03%</b>

Precentual de Encargos Sociais conforme a tabela contida na própria Convenção Coletiva de Trabalho como Anexo III - ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS.	<b>83,49%</b>
--	---------------

Valor dos Encargos Sociais	<b>R\$ 1.397,12</b>
----------------------------	---------------------

### MÓDULO 3 - BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS

**Vale-Transporte:** O vale transporte foi baseado no preço da passagem, trajeto de ida e volta residência dentro do Município de Coribe, através de van ou moto táxi, por não haver transporte coletivo dentro do Município:

I	Vale Transporte			
	Valor Unitário	Vales por dia	Dias Trabalhados	Valor (R\$)
	R\$ 6,00	2	22	R\$ 264,00

**Desconto de Vale-Transporte:** Conforme Parágrafo único do art. 4º da Lei n.º 7.418, de 16 de dezembro de 1985 - "O empregador participará dos gastos de deslocamento do trabalhador com a ajuda de custo equivalente à parcela que exceder a 6% (seis por cento) de seu salário básico."

I (A)	Desconto de Vale Transporte		
	Base de Cálculo (R\$)	Percentual (%)	Valor (R\$)
	R\$ 1.673,40	6,00%	R\$ 100,40
<b>Custo Efetivo do Vale Transporte</b>			

I (B)	Custo Total (R\$)	Desconto (R\$)	Custo Efetivo (R\$)
	R\$ 264,00	R\$ 100,40	R\$ 163,60

**Vale Refeição:** Previsto na Cláusula Oitava da Convenção Coletiva de Trabalho CCT - "As empresas concederão auxílio alimentação no valor de R\$ 20,00 (vinte reais), a partir da data de registro do presente Instrumento Coletivo, por dia de efetivo trabalho, para os beneficiários da presente Convenção Coletiva com turno de trabalho superior a 06 (seis) horas, sendo que tal parcela não será integrada ao salário sob nenhuma hipótese, respeitando-se a legislação aplicável à espécie, podendo as empresas descontar do salário do empregado o equivalente a 20% (vinte por cento) do valor mensal do referido benefício."

II	Custo de Jovem Aprendiz		
	Custo Total (R\$)	Desconto (R\$)	Custo Efetivo (R\$)
	R\$ 95,84	R\$ -	R\$ 95,84

**Valor Mensal:** Previsto na Cláusula Quinquagésima Nona do Convenção Coletiva de Trabalho.

III	Seguro de Vida		
	Custo Total (R\$)	Desconto (R\$)	Custo Efetivo (R\$)
	R\$ 4,80	R\$ 1,27	R\$ 3,53

**Valor Mensal:** Previsto na Cláusula Décima Segunda da Convenção Coletiva de Trabalho.

**Condições:** As empresas deverão seguir os valores mínimos de cobertura nos eventos dispostos na Convenção.

IV	Auxílio Alimentação		
	Valor Diário (R\$)	Dias Trabalhados	Custo Total (R\$)
	R\$ 20,00	22	R\$ 440,00

**Valor Diário:** Previsto na Cláusula Oitava do Convenção Coletiva de Trabalho.

**Dias trabalhados:** Consideram-se os dias efetivos da jornada de trabalho: 22 (vinte e dois) dias para a jornada de 44 horas semanais.

**Custo Total:** valor mensal que será repassado ao empregado pelo empregador, caso não lhe seja fornecido a alimentação.

IV(A)	Desconto de Vale Refeição		
	Base de Cálculo (R\$)	Percentual (%)	Valor do Desconto (R\$)
	R\$ 440,00	20,00%	R\$ 88,00

**Base de Cálculo:** Valor mensal do auxílio.

**Percentual:** Previsto na Cláusula Oitava da Convenção Coletiva de Trabalho.

**Valor do Desconto:** Base de Cálculo x Percentual.

IV(B)	Custo Efetivo do Vale Refeição		
	Custo Total (R\$)	Desconto (R\$)	Custo Efetivo (R\$)
	R\$ 440,00	R\$ 88,00	R\$ 352,00

**Custo Total:** Valor do vale refeição.

**Desconto:** Contrapartida do empregado em relação ao benefício.

**Custo efetivo:** Valor que a administração repassará à contratada, caso não lhe seja fornecido a alimentação.

3.1	Valor dos Benefícios Mensais e Diários			
	Vale Transporte	Vale Refeição	Jovem Aprendiz	Seguro de Vida
	R\$ 163,60	R\$ 352,00	R\$ 95,84	R\$ 3,53
<b>Total Geral</b>				<b>R\$ 614,97</b>

#### **MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE - CRPA**

O custo de Reposição do Profissional Ausente corresponde ao valor que será pago toda vez que um empregado estiver ausente e será necessária sua reposição.

1º - Calcula-se o custo de um empregado por dia:

2º - Calcula-se a necessidade de reposição do profissional em dias

3º - Calcula-se o Custo de Reposição do Profissional Ausente nas ausências legais

III	Custo diário para reposição do profissional ausente		
	Base de Cálculo (R\$)	Dias Trabalhados	Valor (R\$)
	R\$ 3.685,49	22,00	R\$ 167,52

**Base de cálculo:** Módulo 1 + Módulo 2 + Módulo 3.

**Dias trabalhados:** consideram-se os dias efetivos da jornada de trabalho = 22 (vinte e dois) dias para a jornada de 44 horas semanais.

**Custo diário:** Base de cálculo ÷ Dias trabalhados.

Memória de Cálculo Número de dias de reposição do profissional ausente para cada evento				
Categoria	Incidência Anual	Duração Legal da Ausência	44h	
			Proporção de Dias afetados	Dias de Reposição
Férias	1,0000	30	69,31%	20,7930
Ausência justificada	1,0000	1	100,00%	1,0000
Acidente trabalho	0,1642	15	69,31%	1,7071
Afastamento por doença	1,0000	5	69,31%	3,4655
Consulta médica filho	0,1531	2	100,00%	0,3062
Óbitos na família	0,0000	2	69,31%	0,0000
Casamento	0,0000	3	100,00%	0,0000
Doação de sangue	0,0000	1	100,00%	0,0000
Testemunho	0,0000	1	100,00%	0,0000
Paternidade	0,0000	20	69,31%	0,0000
Maternidade	0,0000	180	69,31%	0,0000
Consulta pré-natal	0,0000	6	100,00%	0,0000

**Categoria:** Direito assegurado ao trabalhador, previsto na legislação trabalhista vigente, para os quais haverá necessidade de reposição do profissional por parte da empresa contratada.

**Incidência:** Probabilidade de ocorrência da ausência, com base nos dados estatísticos apurados.

**Duração Legal:** Quantidade de dias de afastamento, conforme legislação vigente.

**Proporção de dias afetados:** 44h - considera a proporção de dias úteis que poderão ser afetados pelo afastamento. Para 2025 a previsão é de 253 dias úteis. Portanto:  $253/365 = 69,31\%$

**Dias de reposição:** Quantidade provável de dias afetados pelo afastamento do profissional no ano.

**Cálculo:** (Incidência anual x duração legal da ausência) x proporção de dias afetados

Estimativa da necessidade de reposição de profissional	
Composição	44h sem
Férias	20,7930
Ausência justificada	1,0000
Acidente trabalho	1,7071
Afastamento por doença	3,4655
Consulta médica filho	0,3062
Óbitos na família	0,0000
Casamento	0,0000
Doação de sangue	0,0000
Testemunho	0,0000
Paternidade	0,0000
Maternidade	0,0000
Consulta pré-natal	0,0000
<b>Total para reposição</b>	<b>27,2718</b>

VALOR DO MÓDULO 4			
Custo diário	Necessidade de Reposição	Custo anual	Custo Mensal
R\$ 167,52	R\$ 27,27	R\$ 4.568,63	<b>R\$ 380,72</b>



**Custo diário:** valor do empregado por dia.

**Necessidade de reposição:** total de dias no ano que terá a necessidade da reposição devido a ausências legais.

**Custo anual:** Custo diário x Necessidade de Reposição

**Custo mensal:** Custo anual ÷ 12 meses

### MÓDULO 5 - INSUMOS DE MÃO-DE-OBRA

Composição dos insumos de mão-de-obra:

**Submódulo 5.1 - Insumos dos Uniformes**

**Submódulo 5.2 - Insumos de Materiais**

5.1	Insumos dos Uniformes	
	Base de Cálculo (R\$)	Valor Mensal (R\$)
	Uniforme completo - Calça, Camisa, Cinto, Meia e Sapato - Pesquisa	R\$ 96,40

**Base de cálculo:** Pesquisa de Preços realizada em aquisições de órgãos públicos.

5.2	Insumos de Materiais *			
	Base de Cálculo (R\$)	Insumos (R\$)	Cofins (R\$)	Valor (R\$)
	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -

**Base de cálculo:** Módulo 1 + Módulo 2 + Módulo 3 + Módulo 4 + Submódulo 5.1.

**Insumos:** Base de Cálculo x percentual de 12% em relação a soma de todos os itens de custo para cada cargo de

**COFINS:** Corresponde ao percentual de 9,25% incidente no custo dos insumos

**\*Obs:** - Retirados considerando que os insumos de limpeza serão fornecidos

VALOR DO MÓDULO 5		
SUBMÓDULO 5.1	SUBMÓDULO 5.2	Custo Mensal
R\$ 96,40	R\$ -	R\$ 96,40

### MÓDULO 6 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO - CITL

Para a obtenção do preço de referência para contratação de um posto de serviço acrescenta-se ao Custo Total do empregado os Custos Indiretos, Tributos e Lucro.

CI	<i>Custos Indiretos - Despesas Administrativas e Operacionais</i>	3,00%
L	<i>Lucro antes do Imposto de Renda</i>	6,79%
T	<i>Tributos</i>	14,25%
	C1 - Tributos Federais (PIS e COFINS)	9,25%
	C1.1 - PIS	1,65%
	C1.2 - COFINS	7,60%
	C3 - Tributos Municipais (ISSQN)	5,00%
	C3.1 - ISSQN	5,00%

VALOR DO MÓDULO 6		
Base de Cálculo	Percentual	Valor
R\$ 4.162,61	24,04%	R\$ 1.000,69

### VALOR TOTAL POR TRABALHADOR

CATEGORIA	VALOR
Remuneração	R\$ 1.673,40
Encargos Sociais e Benefícios sobre a mão de obra	R\$ 1.397,12
Benefícios Mensais e Diários	R\$ 614,97
Reposição do Profissional	R\$ 380,72
Insumos de Mão de Obra	R\$ 96,40
CITL	R\$ 1.000,69
<b>VALOR TOTAL</b>	<b>R\$ 5.163,30</b>

**PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS**

**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 008/2026**

**Resumo da Memória de Cálculo das Metragens**

**MÓDULO I - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO**

Item	Nome da Unidade	Localidade	Área Interna Tipo 01 - m² -	Área Externa Tipo 01 - m² -	Área Externa Tipo 02 - m² -	Área Externa Tipo 03 - m² -	Esquadrias Interna e Externa - m² -
1	Prefeitura Municipal	Sede	755,20	77,25	539,00	15,50	113,28
2	Polícia Militar	Sede	99,75	-	-	-	14,94
3	Posto Policial	Brejão	123,47	69,88	192,25	-	18,52
<b>Total em M²</b>			<b>978,42</b>	<b>147,13</b>	<b>731,25</b>	<b>15,50</b>	<b>146,74</b>
<b>Total em M² - Arredondado</b>			<b>978,00</b>	<b>147,00</b>	<b>731,00</b>	<b>15,00</b>	<b>146,00</b>

**MÓDULO II - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA**

Item	Nome da Unidade	Localidade	Área Interna Tipo 01 - m² -	Área Externa Tipo 01 - m² -	Área Externa Tipo 02 - m² -	Área Externa Tipo 03 - m² -	Esquadrias Interna e Externa - m² -
4	Escola Municipal Neco Novais	Sede	779,82	160,80	536,00	-	121,46
5	Escola Municipal Maria Rilda	Sede	1.335,15	112,20	374,00	-	209,27
6	Escola Municipal Joaquim Cândido Rodrigues	Sede	1.017,28	108,30	361,00	-	126,71
7	Escola Municipal Pio XII	Felicianópolis	1.280,94	121,05	-	1.431,90	220,21
8	Escola Municipal XV de Novembro	São Manoel	717,37	176,25	587,50	-	124,19
9	Escola Municipal Padre Victor	Brejão	686,70	159,90	-	573,30	103,00
10	Casa de Apoio de Professores	Brejão	135,78	27,33	660,00	57,20	20,35
11	Escola Municipal Profª Maria Aparecida Rêgo de Moura Alencar	Sede	3.225,74	613,30	1.110,90	1.840,60	282,26

12	Escola Municipal Profª Izabel Ribeiro de Souza	São Manoel	819,89	244,50	59,60	3.675,50	98,87
13	Biblioteca / Centro Cultural	Sede	1.169,88	196,20	654,00	-	99,65
<b>Total em M²</b>			<b>11.168,55</b>	<b>1.919,83</b>	<b>4.343,00</b>	<b>7.578,50</b>	<b>1.405,97</b>
<b>Total em M² - Arredondado</b>			<b>11.168,00</b>	<b>1.919,00</b>	<b>4.343,00</b>	<b>7.578,00</b>	<b>1.405,00</b>

### MÓDULO III - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Item	Nome da Unidade	Localidade	Área Interna Tipo 01 - m² -	Área Externa Tipo 01 - m² -	Área Externa Tipo 02 - m² -	Área Externa Tipo 03 - m² -	Esquadrias Interna e Externa - m² -
14	UBS Dona Martinha	Sede	213,07	90,48	867,30	45,29	31,95
15	UBS Raimunda de Palim	Sede	211,40	128,13	260,50	77,73	31,70
16	UBS Feliciano José de Moura	Felicianópolis	199,15	65,47	22,29	129,00	29,87
17	UBS Manoel Benedito	São Manoel	216,49	79,80	411,94	130,00	32,47
18	Posto de Saúde Balbino Zuza	Brejão	149,85	58,07	686,07	88,00	22,47
19	Posto de Saúde Senhor Nino	Planalto	190,78	73,48	-	489,74	28,61
20	Posto de Saúde Zé Alves	Zé Alves	78,00	30,60	-	391,40	11,70
21	CEVISA	Sede	111,88	96,87	94,63	23,28	16,77
22	CASA DE APOIO	Sede	95,42	102,72	187,63	18,36	14,29
<b>Total em M²</b>			<b>1.466,04</b>	<b>725,62</b>	<b>2.530,36</b>	<b>1.392,80</b>	<b>219,83</b>
<b>Total em M² - Arredondado</b>			<b>1.466,00</b>	<b>725,00</b>	<b>2.530,00</b>	<b>1.392,00</b>	<b>219,00</b>

### MÓDULO IV - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Item	Nome da Unidade	Localidade	Área Interna Tipo 01 - m² -	Área Externa Tipo 01 - m² -	Área Externa Tipo 02 - m² -	Área Externa Tipo 03 - m² -	Esquadrias Interna e Externa - m² -
23	Hospital Municipal Hermenegildo Dias da Silva	Sede	1.206,61	1.787,56	1.169,95	59,62	180,99



24	Laboratório Municipal / ALCENSA	Sede	255,10	4,90	-	12,06	38,25
25	Policlínica Municipal Gervásio Correia	Sede	173,59	238,90	114,47	35,72	26,02
<b>Total em M²</b>			<b>1.635,30</b>	<b>2.031,36</b>	<b>1.284,42</b>	<b>107,40</b>	<b>245,26</b>
<b>Total em M² - Arredondado</b>			<b>1.635,00</b>	<b>2.031,00</b>	<b>1.284,00</b>	<b>107,00</b>	<b>245,00</b>

**MÓDULO V - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL**

Item	Nome da Unidade	Localidade	Área Interna Tipo 01 - m² -	Área Externa Tipo 01 - m² -	Área Externa Tipo 02 - m² -	Área Externa Tipo 03 - m² -	Esquadrias Interna e Externa - m² -
26	Mercado Municipal - Sede	Sede	231,46	45,75	-	-	34,71
27	Mercado Municipal - Interior	Felicianópolis	207,40	42,45	-	-	31,11
<b>Total em M²</b>			<b>438,86</b>	<b>88,20</b>	-	-	<b>65,82</b>
<b>Total em M² - Arredondado</b>			<b>438,00</b>	<b>88,00</b>	-	-	<b>65,00</b>

**MÓDULO VI - SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS**

Item	Nome da Unidade	Localidade	Área Interna Tipo 01 - m² -	Área Externa Tipo 01 - m² -	Área Externa Tipo 02 - m² -	Área Externa Tipo 03 - m² -	Esquadrias Interna e Externa - m² -
28	Sede da Secretaria do Meio Ambiente	Sede	99,49	13,92	70,82	10,65	14,91
<b>Total em M²</b>			<b>99,49</b>	<b>13,92</b>	<b>70,82</b>	<b>10,65</b>	<b>14,91</b>
<b>Total em M² - Arredondado</b>			<b>99,00</b>	<b>13,00</b>	<b>70,00</b>	<b>10,00</b>	<b>14,00</b>

**MÓDULO VII - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA E BEM ESTAR SOCIAL**

Item	Nome da Unidade	Localidade	Área Interna Tipo 01 - m² -	Área Externa Tipo 01 - m² -	Área Externa Tipo 02 - m² -	Área Externa Tipo 03 - m² -	Esquadrias Interna e Externa - m² -
29	CRAS	Sede	484,43	91,74	713,53	213,81	72,65
30	Sede da Secretaria de Assistência Social	Sede	178,28	20,30	-	13,82	26,74
31	Sede dos Programas Cadastro Único e Auxílio Brasil	Sede	98,34	50,86	57,31	9,39	14,74
<b>Total em M²</b>			<b>761,05</b>	<b>162,90</b>	<b>770,84</b>	<b>237,02</b>	<b>114,13</b>
<b>Total em M² - Arredondado</b>			<b>761,00</b>	<b>162,00</b>	<b>770,00</b>	<b>237,00</b>	<b>114,00</b>

<b>MÓDULO VIII - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, VIAÇÃO E URBANISMO</b>							
Item	Nome da Unidade	Localidade	Área Interna Tipo 01 - m² -	Área Externa Tipo 01 - m² -	Área Externa Tipo 02 - m² -	Área Externa Tipo 03 - m² -	Esquadrias Interna e Externa - m² -
32	Sede da Secretaria de Obras	Sede	117,58	-	-	-	17,63
33	Capela Cemitério Municipal	Sede	46,89	57,28	190,95	3.954,75	28,23
34	Garagem / Almoxarifado	Sede	24,00	219,75	732,50	9.907,75	1,20
34	Garagem / Almoxarifado - Área de Galpão	Sede	452,25	-	-	-	-
35	Terminal Rodoviário - Aleixo Caetano	Sede	63,76	1.762,50	777,00	650,25	9,56
35	Terminal Rodoviário - Aleixo Caetano - Área de Galpão	Sede	719,59	-	-	-	-
36	Galpão - Escritórios / Salas / Banheiros	Sede	631,08	2.207,08	2.258,95	20.193,41	151,26
36	Galpão - Área de Depósitos	Sede	1.478,58	-	-	-	-
<b>Total em M²</b>			<b>3.533,73</b>	<b>4.246,61</b>	<b>3.959,40</b>	<b>34.706,16</b>	<b>207,89</b>
<b>Total Geral em M² - Metragem interna - produtividade normal</b>			<b>883,31</b>	-	-	<b>3.533,73</b>	-
<b>Total Geral em M² - Metragem interna - produtividade galpão</b>			<b>2.650,42</b>	-	-	<b>31.172,43</b>	-

**PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS**

**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 008/2026**

**Memória de Cálculo das Metragens**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, VIAÇÃO E URBANISMO**

SEDE DA SECRETARIA DE OBRAS								Área do terreno + Frente ext.:		117,58	
Item	Situação	Área Interna			Área Externa		Área Externa		Esquadrias		
		Larg. M	Comp. M	M²	M²		M²		M²	m²	m² x 15%
1	interno salas	6,70	17,55	117,58	-	-	-	-	117,58	17,63	
				-	-	-	-	-	-	-	
				-	-	-	-	-	-	-	
				-	-	-	-	-	-	-	
				-	-	-	-	-	-	-	
	não construída	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
		-	-	-	-	-	-	-	-	-	
		-	-	-	-	-	-	-	-	-	
		-	-	-	-	-	-	-	-	-	
		-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Área Construída ( + )			117,58	( + )	-	( + )	-	( + )	17,63		
Área Não Construída ( - )			-	( - )	-	( - )	-	( - )	-		
Área Total Interna			117,58	Tipo 01	-	Tipo 02	-	Tipo 03	-	Esquadrias	17,63

GARAGEM / ALMOXARIFADO						Área do terreno + Frente ext.:		11.336,25
Item	ação	Área Interna	Área Externa Tipo 01	Área Externa Tipo 02	Área Externa Tipo 03	Esquadrias Interna e Externa		

Item	Situ.	Larg. M	Comp. M	M²	M²		M²		M²		m²	m² x 5%
1	interno salas	3,00	4,00	12,00	-		-		-		12,00	0,60
		3,00	4,00	12,00	-		-		-		12,00	0,60
		-	-	-	-		-		-		-	-
		-	-	-	-		-		-		-	-
		-	-	-	-		-		-		-	-
	galpão	10,00	33,00	330,00	219,75		732,50		10.384,00		-	-
		4,00	24,00	96,00	-		-		-		-	-
		3,50	7,50	26,25	-		-		-		-	-
		-	-	-	-		-		-		-	-
		-	-	-	-		-		-		-	-
Área Interna Normal ( = )				24,00	( + )	-	( + )	-	( + )	- 476,25	( + )	1,20
Área Interna Galpão ( = )				452,25	( - )	219,75	( - )	732,50	( - )	10.384,00	( - )	-
Área Total Interna				476,25	Tipo 01	219,75	Tipo 02	732,50	Tipo 03	9.907,75	Esquadrias	1,20

TERMINAL RODOVIÁRIO VEREADOR ALEIXO CAETANO							Área do terreno + Frente ext.:		3.973,10
Item	Situação	Área Interna			Área Externa Tipo 01	Área Externa Tipo 02	Área Externa Tipo 03	Esquadrias Interna e Externa	
		Larg. M	Comp. M	M²	M²	M²	M²	m²	m² x 15%
1	interno salas	2,15	8,00	17,20	-	-	-	17,20	2,58
		3,30	14,11	46,56	-	-	-	46,56	6,98
		-	-	-	-	-	-	-	-
		-	-	-	-	-	-	-	-
		-	-	-	-	-	-	-	-
	galpão	11,60	37,08	430,12	1.762,50	777,00	650,25	-	-
		11,51	25,15	289,47	-	-	-	-	-
		-	-	-	-	-	-	-	-
		-	-	-	-	-	-	-	-
		-	-	-	-	-	-	-	-

	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Área Interna Normal ( = )	63,76	( + )	-	( + )	-	( + )	-	( + )	9,56
Área Interna Galpão ( = )	719,59	( - )	1.762,50	( - )	777,00	( - )	650,25	( - )	-
Área Total Interna	783,35	Tipo 01	1.762,50	Tipo 02	777,00	Tipo 03	650,25	Esquadrias	9,56

CEMITÉRIO MUNICIPAL							Área do terreno + Frente ext.:		4.249,87				
Item	Situação	Área Interna			Área Externa Tipo 01		Área Externa Tipo 02		Área Externa Tipo 03		Esquadrias Interna e Externa		
		Larg. M	Comp. M	M²	M²		M²		M²		m²	exato projeto	
1	interno salas	4,87	7,97	38,81	-		-		-		-	20,25	
		1,56	2,60	4,05	-		-		-		-	3,78	
		1,55	2,60	4,03	-		-		-		-	4,20	
		-	-	-	-		-		-		-	-	
		-	-	-	-		-		-		-	-	
	não construída	-	-	-	57,28		190,95		4.001,64		-	-	
		-	-	-	-		-		-		-	-	
		-	-	-	-		-		-		-	-	
		-	-	-	-		-		-		-	-	
		-	-	-	-		-		-		-	-	
Área Construída ( + )				46,89	( + )	-	( + )	-	( + )	-	46,89	( + )	28,23
Área Não Construída ( - )				-	( - )	57,28	( - )	190,95	( - )	4.001,64	( - )	-	
Área Total Interna				46,89	Tipo 01	57,28	Tipo 02	190,95	Tipo 03	3.954,75	Esquadrias	28,23	

GALPÃO							Área do terreno + calçada ext.:		8.516,37
Item	Situação	Área Interna			Área Externa Tipo 01	Área Externa Tipo 02	Área Externa Tipo 03	Esquadrias Interna e Externa	
		Larg. M	Comp. M	M²	M²	M²	M²	m²	m² x 15%

1	interno salas	24,50	11,85	290,32	-		-		-		290,32	43,54
		24,50	11,85	290,32	-		-		-		290,32	43,54
		9,70	5,20	50,44	-		-		-		50,44	7,56
		-	-	-	-		-		-		-	-
		-	-	-	-		-		-		-	-
	galpão	24,50	10,10	245,00	36,75		122,50		7.500,00		-	-
		24,50	50,70	1.233,58	36,75		122,50		-		-	-
		-	-	-	76,05		253,50		-		-	-
		-	-	-	9,00		30,00		-		-	-
		-	-	-	9,00		30,00		-		-	-
Área Interna Normal ( = )			631,08	( + )	-	( + )	-	( + )	- 1.819,34	( + )	94,64	
Área Interna Galpão ( = )			1.478,58	( - )	167,55	( - )	558,50	( - )	7.500,00	( - )	-	
Área Total Interna			2.109,66	Tipo 01	167,55	Tipo 02	558,50	Tipo 03	5.680,66	Esquadrias	94,64	

Área Total Normal - m²	883,31	Tipo 01	2.207,08	Tipo 02	2.258,95	Tipo 03	20.193,41	Esquadrias	151,26
Área Total Galpão - m²	2.650,42	Tipo 01	-	Tipo 02	-	Tipo 03	-	Esquadrias	-

**Observação:**

Nas totalizações foram zeradas as duas casas decimais, considerando que a unidade mínima de medida é 1 (um) metro quadrado.



**PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS**

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 008/2026

Memória de Cálculo das Metragens

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO**

PREFEITURA MUNICIPAL							Área do terreno + calçada ext.:			1.386,95		
Item	Situação	Área Interna			Área Externa Tipo 01		Área Externa Tipo 02		Área Externa Tipo 03		Esquadrias Interna e Externa	
		Larg. M	Comp. M	M²	M²		M²		M²		m²	m² x 15%
1	construída	23,50	28,00	658,00	35,25		440,00				658,00	98,70
		9,00	10,80	97,20	42,00		99,00		-		97,20	14,58
		-	-	-	-		-		-		-	-
		-	-	-	-		-		-		-	-
		-	-	-	-		-		-		-	-
	não construída	-	-	-	-		-		15,50		-	-
		-	-	-	-		-		-		-	-
		-	-	-	-		-		-		-	-
		-	-	-	-		-		-		-	-
		-	-	-	-		-		-		-	-
Área Construída ( + )				755,20	( + )	77,25	( + )	539,00	( + )	-	( + )	113,28
Área Não Construída ( - )				-	( - )	-	( - )	-	( - )	15,50	( - )	-
Área Total Interna				755,20	Tipo 01	77,25	Tipo 02	539,00	Tipo 03	15,50	Esquadrias	113,28

SEDE DA POLÍCIA MILITAR							Área do terreno + calçada ext.:		99,75	
Item	Situação	Área Interna			Área Externa Tipo 01	Área Externa Tipo 02	Área Externa Tipo 03	Esquadrias Interna e Externa		
		Larg. M	Comp. M	M²	M²	M²	M²	m²	m² x 15%	

1	construída	6,25	9,00	56,25	-	-	-	56,25	8,43	
		1,77	6,25	11,06	-	-	-	11,06	1,65	
		2,50	11,18	27,95	-	-	-	27,95	4,19	
		1,82	2,47	4,49	-	-	-	4,49	0,67	
		-		-	-	-	-	-	-	
	não construída	-	-	-	-	-	-	-	-	
		-	-	-	-	-	-	-	-	
		-	-	-	-	-	-	-	-	
		-	-	-	-	-	-	-	-	
		-	-	-	-	-	-	-	-	
Área Construída ( + )			99,75	( + )	-	( + )	-	( + )	14,94	
Área Não Construída ( - )			-	( - )	-	( - )	-	( - )	-	
Área Total Interna			99,75	Tipo 01	-	Tipo 02	-	Tipo 03	- Esquadrias	14,94

POSTO POLICIAL BREJÃO									Área do terreno + calçada ext.:		385,60	
Item	Situação	Área Interna			Área Externa Tipo 01		Área Externa Tipo 02		Área Externa Tipo 03		Esquadrias Interna e Externa	
		Larg. M	Comp. M	M²	M²		M²		M²		m²	m² x 15%
1	construída	8,15	15,15	123,47	-		-		-		123,47	18,52
					-		-		-		-	-
					-		-		-		-	-
					-		-		-		-	-
					-		-		-		-	-
	não construída				12,22		40,75		-		-	-
					12,22		75,75		-		-	-
		-	-	-	22,72		75,75		-		-	-
		-	-	-	22,72		-		-		-	-
		-	-	-	-		-		-		-	-
Área Construída ( + )				123,47	( + )	-	( + )	-	( + )	-	( + )	18,52
Área Não Construída ( - )				-	( - )	69,88	( - )	192,25	( - )	-	( - )	



Área Total Interna	123,47	Tipo 01	69,88	Tipo 02	192,25	Tipo 03	-	Esquadrias	18,52
--------------------	--------	---------	-------	---------	--------	---------	---	------------	-------

Área Total Geral - m <sup>2</sup>	978,42	Tipo 01	147,13	Tipo 02	731,25	Tipo 03	15,50	Esquadrias	146,74
-----------------------------------	--------	---------	--------	---------	--------	---------	-------	------------	--------

**Observação:**

*Nas totalizações foram zeradas as duas casas decimais, considerando que a unidade mínima de medida é 1 (um) metro quadrado.*

**PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS**

**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 008/2026**

**Memória de Cálculo das Metragens**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA E BEM ESTAR SOCIAL**

SEDE DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL							Área do terreno + Calçada ext.:		212,40			
Item	Situação	Área Interna			Área Externa Tipo 01		Área Externa Tipo 02		Área Externa Tipo 03		Esquadrias Interna e Externa	
		Larg. M	Comp. M	M²	M²		M²		M²		m²	m² x 15%
1	construída	9,53	21,59	178,28	-		-		-		178,28	26,74
				-	-		-		-		-	-
				-	-		-		-		-	-
				-	-		-		-		-	-
				-	-		-		-		-	-
	não construída	-	-	-	20,30		-		13,82		-	-
		-	-	-	-		-		-		-	-
		-	-	-	-		-		-		-	-
		-	-	-	-		-		-		-	-
		-	-	-	-		-		-		-	-
Área Construída ( + )				178,28	( + )	-	( + )	-	( + )	-	26,74	
Área Não Construída ( - )				-	( - )	20,30	( - )	-	13,82	( - )	-	
Área Total Interna				178,28	Tipo 01	20,30	Tipo 02	-	Tipo 03	13,82	Esquadrias	26,74

<b>CRAS - CENTRO DE REFERÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL</b>							<b>Área do terreno + Calçada ext.:</b>		<b>1.503,51</b>
Item	Situação	Área Interna			Área Externa Tipo 01	Área Externa Tipo 02	Área Externa Tipo 03	Esquadrias Interna e Externa	
		Larg. M	Comp. M	M²	M²	M²	M²	m²	m² x 15%
1		19,95	22,71	453,06	-	-	-	453,06	67,95



2	construída	3,44	9,12	31,37	-	-	-	31,37	4,70	
				-	-	-	-	-	-	
					-	-	-	-	-	
					-	-	-	-	-	
	não construída	-	-	-	91,74	95,39	213,81	-	-	
		-	-	-		3,53		-	-	
		-	-	-		3,53	-	-	-	
		-	-	-	-	11,00	-	-	-	
		-	-	-	-	600,08	-	-	-	
	Área Construída ( + )		484,43	( + )	-	( + )	-	( + )	72,65	
Área Não Construída ( - )		-	( - )	91,74	( - )	713,53	( - )	213,81	( - )	-
Área Total Interna		484,43	Tipo 01	91,74	Tipo 02	713,53	Tipo 03	213,81	Esquadrias	72,65

SEDE - PROGRAMAS DE CADASTRO ÚNICO E AUXÍLIO BRASIL							Área do terreno + Calçada ext.:		215,90			
Item	Situação	Área Interna			Área Externa Tipo 01		Área Externa Tipo 02		Área Externa Tipo 03		Esquadrias Interna e Externa	
		Larg. M	Comp. M	M²	M²		M²		M²		m²	m² x 15%
3	construída	9,39	8,37	78,59	-		-		-		78,59	11,78
		3,95	5,00	19,75	-		-		-		19,75	2,96
				-	-		-		-		-	-
					-		-		-		-	-
					-		-		-		-	-
	não construída	-	-	-	50,86		57,31		9,39		-	-
		-	-	-			-		-		-	-
		-	-	-			-		-		-	-
		-	-	-	-		-		-		-	-
		-	-	-	-		-		-		-	-
Área Construída ( + )				98,34	( + )	-	( + )	-	( + )	-	14,74	
Área Não Construída ( - )				-	( - )	50,86	( - )	57,31	( - )	9,39	( - )	-
Área Total Interna				98,34	Tipo 01	50,86	Tipo 02	57,31	Tipo 03	9,39	Esquadrias	14,74

Área Total Geral - m <sup>2</sup>	761,00	Tipo 01	162,00	Tipo 02	770,00	Tipo 03	237,00	Esquadrias	114,00
-----------------------------------	--------	---------	--------	---------	--------	---------	--------	------------	--------

**Observação:**

*Nas totalizações foram zeradas as duas casas decimais, considerando que a unidade mínima de medida é 1 (um) metro quadrado.*



**PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS**

**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 008/2026**

**Memória de Calculo das Metragens**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA**

CASA DE APOIO DE PROFESSORES - BREJÃO							Área do terreno + Frente ext.:		880,31			
Item	Situação	Área Interna			Área Externa Tipo 01		Área Externa Tipo 02		Área Externa Tipo 03		Esquadrias Interna e Externa	
		Larg. M	Comp. M	M²	M²		M²		M²		m²	m² x 15%
1	construída	9,58	12,93	123,86	-		-		-		123,86	18,57
		2,32	5,14	11,92	-		-		-		11,92	1,78
				-	-		-		-		-	-
				-	-		-		-		-	-
				-	-		-		-		-	-
	não construída	-	-	-	27,33		660,00		57,20		-	-
		-	-	-			-				-	-
		-	-	-			-		-		-	-
		-	-	-	-		-		-		-	-
		-	-	-	-		-		-		-	-
Área Construída ( + )				135,78	( + )	-	( + )	-	( + )	-	20,35	
Área Não Construída ( - )				-	( - )	27,33	( - )	660,00	( - )	57,20	( - )	-
Área Total Interna				135,78	Tipo 01	27,33	Tipo 02	660,00	Tipo 03	57,20	Esquadrias	20,35

**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - ESCOLAS MUNICIPAIS**

ESCOLA MUNICIPAL NECY NOVAIS - SEDE							Área do terreno:		1.476,62			
Item	Situação	Área Interna			Área Externa Tipo 01		Área Externa Tipo 02		Área Externa Tipo 03		Esquadrias Interna e Externa	
		Larg. M	Comp. M	M²	M²		M²		M²		m²	m² x 15%
2	construída	29,40	23,90	702,66	44,10		147,00		-		702,66	105,39
		5,70	18,80	107,16	44,10		147,00		-		107,16	16,07
				-	35,85		119,50		-		-	-
					28,20		94,00		-		-	-
					8,55		28,50		-		-	-
	não construída	5,00	6,00	30,00							-	-
		-	-	-			-				-	-
		-	-	-			-		-		-	-
		-	-	-	-		-		-		-	-
		-	-	-	-		-		-		-	-
Área Construída ( + )				809,82	( + )	160,80	( + )	536,00	( + )	-	( + )	121,46
Área Não Construída ( - )				- 30,00	( - )	-	( - )	-	( - )	-	( - )	-
Área Total Interna				779,82	Tipo 01	160,80	Tipo 02	536,00	Tipo 03	-	Esquadrias	121,46

ESCOLA MUNICIPAL MARIA RAILDA - SEDE							Área do terreno:		1.821,35
Item	Situação	Área Interna			Área Externa Tipo 01	Área Externa Tipo 02	Área Externa Tipo 03	Esquadrias Interna e Externa	
		Larg. M	Comp. M	M²	M²	M²	M²	m²	m² x 15%
3	construída	39,30	35,50	1.395,15	53,25	177,50	-	1.395,15	209,27
		-	-	-	58,95	196,50	-	-	-
		-	-	-	-	-	-	-	-
		-	-	-	-	-	-	-	-
		-	-	-	-	-	-	-	-
	não construída	10,00	6,00	60,00	-		-	-	-
		-	-	-	-	-	-	-	-

não cons	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Área Construída ( + )			1.395,15	( + )	112,20	( + )	374,00	( + )	-	( + )	209,27
Área Não Construída ( - )			- 60,00	( - )	-	( - )	-	( - )	-	( - )	-
Área Total Interna			1.335,15	Tipo 01	112,20	Tipo 02	374,00	Tipo 03	-	Esquadrias	209,27

ESCOLA MUNICIPAL PIO XII - FELICIANÓPOLIS							Área do terreno:		2.833,89			
Item	Situação	Área Interna			Área Externa Tipo 01		Área Externa Tipo 02		Área Externa Tipo 03		Esquadrias Interna e Externa	
		Larg. M	Comp. M	M²	M²		M²		M²		m²	m² x 15%
4	construída	53,00	27,70	1.468,10	79,50		-				1.468,10	220,21
		-	-	-	41,55		-		-		-	-
		-	-	-	-		-		-		-	-
		-	-	-	-		-		-		-	-
		-	-	-	-		-		-		-	-
	não construída	5,80	30,20	175,16	-		-		2.900,00		-	-
		4,00	3,00	12,00	-		-		-		-	-
		-	-	-	-		-		-		-	-
		-	-	-	-		-		-		-	-
		-	-	-	-		-		-		-	-
Área Construída ( + )				1.468,10	( + )	121,05	( + )	-	( + )	2.900,00	( + )	220,21
Área Não Construída ( - )				187,16	( - )	-	( - )	-	( - )	1.468,10	( - )	-
Área Total Interna				1.280,94	Tipo 01	121,05	Tipo 02	-	Tipo 03	1.431,90	Esquadrias	220,21

ESCOLA MUNICIPAL JOAQUIM CÂNDIDO RODRIGUES - SEDE							Área do terreno:		1.486,58
Item	Situação	Área Interna			Área Externa Tipo 01	Área Externa Tipo 02	Área Externa Tipo 03	Esquadrias Interna e Externa	
		Larg. M	Comp. M	M²	M²	M²	M²	m²	m² x 15%



1	construída	9,60	42,60	408,96	68,10	227,00	-	408,96	61,34	
		9,60	45,40	435,84	40,20	134,00	-	435,84	65,37	
		11,20	15,40	172,48	-	-	-	-	-	
					-	-	-	-	-	
					-	-	-	-	-	
	não construída	-	-	-	-	-	-	-	-	
		-	-	-	-	-	-	-	-	
		-	-	-	-	-	-	-	-	
		-	-	-	-	-	-	-	-	
		-	-	-	-	-	-	-	-	
Área Construída ( + )		1.017,28	( + )	108,30	( + )	361,00	( + )	-	( + )	126,71
Área Não Construída ( - )		-	( - )	-	( - )	-	( - )	-	( - )	-
Área Total Interna		1.017,28	Tipo 01	108,30	Tipo 02	361,00	Tipo 03	-	Esquadrias	126,71

ESCOLA MUNICIPAL XV DE NOVEMBRO - SÃO MANOEL							Área do terreno:		1.481,12				
Item	Situação	Área Interna			Área Externa Tipo 01		Área Externa Tipo 02		Área Externa Tipo 03		Esquadrias Interna e Externa		
		Larg. M	Comp. M	M²	M²		M²		M²		m²	m² x 15%	
1	construída	42,90	19,30	827,97	64,35		214,50		-		827,97	124,19	
		-	-	-	28,95		96,50		-		-	-	
		-	-	-	54,00		180,00		-		-	-	
		-	-	-	28,95		96,50		-		-	-	
		-	-	-	-		-		-		-	-	
	não construída	4,00	6,00	24,00	-		-		-		-	-	-
		4,00	6,00	24,00	-		-		-		-	-	-
		5,00	7,00	35,00	-		-		-		-	-	-
		6,90	4,00	27,60	-		-		-		-	-	-
		-	-	-	-		-		-		-	-	-
Área Construída ( + )				827,97	( + )	176,25	( + )	587,50	( + )	-	( + )	124,19	
Área Não Construída ( - )				110,60	( - )	-	( - )	-	( - )	-	( - )	-	

Área Total Interna	717,37	Tipo 01	176,25	Tipo 02	587,50	Tipo 03	-	Esquadrias	124,19
--------------------	--------	---------	--------	---------	--------	---------	---	------------	--------

ESCOLA MUNICIPAL PADRE VICTOR - BREJÃO							Área do terreno:		1.419,90			
Item	Situação	Área Interna			Área Externa Tipo 01		Área Externa Tipo 02		Área Externa Tipo 03		Esquadrias Interna e Externa	
		Larg. M	Comp. M	M²	M²		M²		M²		m²	m² x 15%
1	construída	31,50	21,80	686,70	47,25		-		-		686,70	103,00
		-	-	-	32,70		-		-		-	-
		-	-	-	47,25		-		-		-	-
		-	-	-	32,70		-		-		-	-
		-	-	-	-		-		-		-	-
	não construída	-	-	-	-		-		1.260,00		-	-
		-	-	-	-		-		-		-	-
		-	-	-	-		-		-		-	-
		-	-	-	-		-		-		-	-
		-	-	-	-		-		-		-	-
Área Construída ( + )				686,70	( + )	159,90	( + )	-	( + )	686,70	( + )	103,00
Área Não Construída ( - )				-	( - )	-	( - )	-	( - )	1.260,00	( - )	-
Área Total Interna				686,70	Tipo 01	159,90	Tipo 02	-	Tipo 03	573,30	Esquadrias	103,00

ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA IZABEL RIBEIRO DE SOUZA							Área do terreno:		4.680,29
Item	Situação	Área Interna			Área Externa Tipo 01	Área Externa Tipo 02	Área Externa Tipo 03	Esquadrias Interna e Externa	
		Larg. M	Comp. M	M²	M²	M²	M²	m²	m² x 15%
1	construída	7,82	57,20	447,30	120,20	-	-	447,30	67,09
		15,75	7,18	113,09	44,50	-	-	113,09	16,96
		15,75	6,27	98,75	42,80	-	-	98,75	14,81
		9,25	16,73	154,75	33,30	-	-	-	-
		3,00	2,00	6,00	3,70	-	-	-	-

1	não construída	-	-	-	-	14,60	3.675,50	-	-		
		-	-	-	-	45,00	-	-	-		
		-	-	-	-	-	-	-	-		
		-	-	-	-	-	-	-	-		
		-	-	-	-	-	-	-	-		
Área Construída ( + )			819,89	( + )	244,50	( + )	-	( + )	-	( + )	98,87
Área Não Construída ( - )			-	( - )	-	( - )	59,60	( - )	3.675,50	( - )	-
Área Total Interna			819,89	Tipo 01	244,50	Tipo 02	59,60	Tipo 03	3.675,50	Esquadrias	98,87

ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA MARIA APARECIDA RÊGO DE MOURA ALENCAR							Área do terreno:		6.790,54			
Item	Situação	Área Interna			Área Externa Tipo 01		Área Externa Tipo 02		Área Externa Tipo 03		Esquadrias Interna e Externa	
		Larg. M	Comp. M	M²	M²		M²		M²		m²	m² x 15%
1	construída	14,40	12,00	172,80	50,50		-		-		172,80	25,92
		21,80	6,25	136,25	67,30		-		-		136,25	20,43
		21,60	10,00	216,00	72,80		-		-		216,00	32,40
		23,40	12,00	280,80	66,50		-		-		280,80	42,12
		36,26	10,00	362,60	108,70		-		-		362,60	54,39
		36,26	10,00	362,60	108,70						362,60	54,39
		28,80	10,25	295,20	74,20		-		-		295,20	44,28
		10,05	5,53	55,58	27,40		-		-		55,58	8,33
		36,20	26,60	962,92	37,20		-		-		-	-
		26,68	14,28	380,99	-		-		-		-	-
	não construída	-	-	-	-		1.110,90		1.840,60		-	-
		-	-	-	-						-	-
		-	-	-	-		-		-		-	-
		-	-	-	-		-		-		-	-
		-	-	-	-		-		-		-	-
Área Construída ( + )				3.225,74	( + )	613,30	( + )	-	( + )	-	( + )	282,26
Área Não Construída ( - )				-	( - )	-	( - )	1.110,90	( - )	1.840,60	( - )	-
Área Total Interna				3.225,74	Tipo 01	613,30	Tipo 02	1.110,90	Tipo 03	1.840,60	Esquadrias	282,26



**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - BIBLIOTECA / CENTRO CULTURAL**

BIBLIOTECA / CENTRO CULTURAL							Área do terreno:		2.020,08				
Item	Situação	Área Interna			Área Externa Tipo 01		Área Externa Tipo 02		Área Externa Tipo 03		Esquadrias Interna e Externa		
		Larg. M	Comp. M	M²	M²		M²		M²		m²	m² x 15%	
1	construída	17,60	14,60	256,96	52,50		175,00		-		256,96	38,54	
		12,00	33,95	407,40	70,20		234,00		-		407,40	61,11	
		-	-	-	27,60		92,00		-		-	-	
		-	-	-	19,20		64,00		-		-	-	
		-	-	-	26,70		89,00		-		-	-	
	não construída	17,80	28,40	505,52	-		-		-		-	-	-
		-	-	-	-		-		-		-	-	-
		-	-	-	-		-		-		-	-	-
		-	-	-	-		-		-		-	-	-
		-	-	-	-		-		-		-	-	-
Área Construída ( + )				664,36	( + )	196,20	( + )	654,00	( + )	-	( + )	99,65	
Área Não Construída ( - )				505,52	( - )	-	( - )	-	( - )	-	( - )	-	
Área Total Interna				1.169,88	Tipo 01	196,20	Tipo 02	654,00	Tipo 03	-	Esquadrias	99,65	

Área Total GLOBAL - m²	11.168,55	Tipo 01	1.919,83	Tipo 02	4.343,00	Tipo 03	7.578,50	Esquadrias	1.405,97
------------------------	-----------	---------	----------	---------	----------	---------	----------	------------	----------

**Observação:**

Nas totalizações foram zeradas as duas casas decimais, considerando que a unidade mínima de medida é 1 (um) metro quadrado.

**PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS**

**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 008/2026**

**Memória de Cálculo das Metragens**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS**

SEDE DA SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE							Área do terreno + Frente ext.:		194,88			
Item	Situação	Área Interna			Área Externa		Área Externa		Esquadrias			
		Larg. M	Comp. M	M²	M²		M²		M²	m²	m² x 15%	
1	construída	4,82	18,17	87,57	-		-		-		87,57	13,13
		2,32	5,14	11,92	-		-		-		11,92	1,78
				-	-		-		-		-	-
				-	-		-		-		-	-
				-	-		-		-		-	-
	não construída	-	-	-	13,92		70,82		10,65		-	-
		-	-	-			-				-	-
		-	-	-			-		-		-	-
		-	-	-	-		-		-		-	-
		-	-	-	-		-		-		-	-
Área Construída ( + )				99,49	( + )	-		( + )	-		( + )	14,91
Área Não Construída ( - )				-	( - )	13,92	( - )	70,82	( - )	10,65	( - )	-
Área Total Interna				99,49	Tipo 01	13,92	Tipo 02	70,82	Tipo 03	10,65	Esquadrias	14,91

Área Total Geral - m²	99,00	Tipo 01	13,00	Tipo 02	70,00	Tipo 03	10,00	Esquadrias	14,00
-----------------------	-------	---------	-------	---------	-------	---------	-------	------------	-------

**Observação:**

Nas totalizações foram zeradas as duas casas decimais, considerando que a unidade mínima de medida é 1 (um) metro quadrado.

**PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS**

**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 008/2026**

**Memória de Calculo das Metragens**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

UBS DONA MARTINHA - SEDE							Área do terreno + calçada ext.:		1.216,14			
Item	Situação	Área Interna			Área Externa Tipo 01		Área Externa Tipo 02		Área Externa Tipo 03		Esquadrias Interna e Externa	
		Larg. M	Comp. M	M²	M²		M²		M²		m²	m² x 15%
1	construída	9,06	21,91	198,50	-		-		-		198,50	29,77
		3,70	3,94	14,57	-		-		-		14,57	2,18
		-	-	-	-		-		-		-	-
		-	-	-	-		-		-		-	-
		-	-	-	-		-		-		-	-
	não construída	-	-	-	89,21		179,51		45,29		-	-
		-	-	-	1,27		99,15		-		-	-
		-	-	-	-		588,64		-		-	-
		-	-	-	-		-		-		-	-
		-	-	-	-		-		-		-	-
Área Construída ( + )				213,07	( + )	-	( + )	-	( + )	-	31,95	
Área Não Construída ( - )				-	( - )	90,48	( - )	867,30	( - )	45,29	( - )	-
Área Total Interna				213,07	Tipo 01	90,48	Tipo 02	867,30	Tipo 03	45,29	Esquadrias	31,95

<b>UBS RAIMUNDA DE PALIM - SEDE</b>							<b>Área do terreno + calçada ext.:</b>		<b>677,76</b>
<b>Item</b>	<b>Situação</b>	<b>Área Interna</b>			<b>Área Externa Tipo 01</b>	<b>Área Externa Tipo 02</b>	<b>Área Externa Tipo 03</b>	<b>Esquadrias Interna e Externa</b>	
		<b>Larg. M</b>	<b>Comp. M</b>	<b>M²</b>	<b>M²</b>	<b>M²</b>	<b>M²</b>	<b>m²</b>	<b>m² x 15%</b>
1		9,08	21,90	198,85	-	-	-	198,85	29,82



2	construída	3,04	4,13	12,55	-	-	-	12,55	1,88	
		-	-	-	-	-	-	-	-	
		-	-	-	-	-	-	-	-	
		-	-	-	-	-	-	-	-	
	não construída	-	-	-	127,10	29,75	38,10	-	-	
		-	-	-	1,03	25,69	39,63	-	-	
		-	-	-	-	205,06	-	-	-	
		-	-	-	-	-	-	-	-	
		-	-	-	-	-	-	-	-	
	Área Construída ( + )		211,40	( + )	-	( + )	-	( + )	31,70	
Área Não Construída ( - )		-	( - )	128,13	( - )	260,50	( - )	77,73	( - )	-
Área Total Interna		211,40	Tipo 01	128,13	Tipo 02	260,50	Tipo 03	77,73	Esquadrias	31,70

HOSPITAL MUNICIPAL HERMENEGILDO DIAS DA SILVA - SEDE							Área do terreno + calçada ext.:		4.223,74			
Item	Situação	Área Interna			Área Externa Tipo 01		Área Externa Tipo 02		Área Externa Tipo 03		Esquadrias Interna e Externa	
		Larg. M	Comp. M	M²	M²		M²		M²		m²	m² x 15%
3	construída	25,81	46,75	1.206,61	-		-		-		1.206,61	180,99
		-	-	-	-		-		-		-	-
		-	-	-	-		-		-		-	-
		-	-	-	-		-		-		-	-
		-	-	-	-		-		-		-	-
	não construída	-	-	-	1.787,56		1.169,95		59,62		-	-
		-	-	-	-		-		-		-	-
		-	-	-	-		-		-		-	-
		-	-	-	-		-		-		-	-
		-	-	-	-		-		-		-	-
Área Construída ( + )				1.206,61	( + )	-	( + )	-	( + )	-	180,99	
Área Não Construída ( - )				-	( - )	1.787,56	( - )	1.169,95	( - )	59,62	( - )	-
Área Total Interna				1.206,61	Tipo 01	1.787,56	Tipo 02	1.169,95	Tipo 03	59,62	Esquadrias	180,99



LABORATÓRIO / ALCENSA - SEDE							Área do terreno + calçada ext.:		272,06			
Item	Situação	Área Interna			Área Externa Tipo 01		Área Externa Tipo 02		Área Externa Tipo 03		Esquadrias Interna e Externa	
		Larg. M	Comp. M	M²	M²		M²		M²		m²	m² x 15%
4	construída	2,09	6,32	13,20	-		-		-		13,20	1,98
		6,61	10,08	66,62	-		-		-		66,62	9,99
		1,38	10,00	13,80	-		-		-		13,80	2,07
		2,09	3,81	7,96	-		-		-		7,96	1,19
		10,12	15,17	153,52	-		-		-		153,52	23,02
	não construída	-	-	-	4,90		-		12,06		-	-
		-	-	-	-		-				-	-
		-	-	-	-		-		-		-	-
		-	-	-	-		-		-		-	-
		-	-	-	-		-		-		-	-
Área Construída ( + )				255,10	( + )	-	( + )	-	( + )	-	38,25	
Área Não Construída ( - )				-	( - )	4,90	( - )	-	12,06	( - )	-	
Área Total Interna				255,10	Tipo 01	4,90	Tipo 02	-	Tipo 03	12,06	Esquadrias	38,25

POLICLÍNICA MUNICIPAL GERVÁSIO CORREIA							Área do terreno + calçada ext.:		562,68
Item	Situação	Área Interna			Área Externa Tipo 01	Área Externa Tipo 02	Área Externa Tipo 03	Esquadrias Interna e Externa	
		Larg. M	Comp. M	M²	M²	M²	M²	m²	m² x 15%
5	construída	7,72	19,86	153,31	-	-	-	153,31	22,99
		3,80	4,17	15,84	-	-	-	15,84	2,37
		1,85	2,40	4,44	-	-	-	4,44	0,66
		-	-	-	-	-	-	-	-
		-	-	-	-	-	-	-	-
	da	-	-	-	62,32	38,23	35,72	-	-

não construída	-	-	-	35,82	76,24	-	-	-	-
	-	-	-	140,76	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Área Construída ( + )		173,59	( + )	-	( + )	-	( + )	-	26,02
Área Não Construída ( - )		-	( - )	238,90	( - )	114,47	( - )	35,72	-
Área Total Interna		173,59	Tipo 01	238,90	Tipo 02	114,47	Tipo 03	35,72	Esquadrias 26,02

UBS FELICIANO JOSÉ DE MOURA - FELICIANÓPOLIS							Área do terreno + calçada ext.:		415,91			
Item	Situação	Área Interna			Área Externa Tipo 01		Área Externa Tipo 02		Área Externa Tipo 03		Esquadrias Interna e Externa	
		Larg. M	Comp. M	M²	M²		M²		M²		m²	m² x 15%
6	construída	11,38	17,50	199,15	-		-		-		199,15	29,87
				-	-		-		-		-	-
				-	-		-		-		-	-
				-	-		-		-		-	-
				-	-		-		-		-	-
	não construída	-	-	-	17,79		22,29		129,00		-	-
		-	-	-	4,49		-				-	-
		-	-	-	2,27		-		-		-	-
		-	-	-	20,68		-		-		-	-
		-	-	-	20,24		-		-		-	-
Área Construída ( + )				199,15	( + )	-	( + )	-	( + )	-	29,87	
Área Não Construída ( - )				-	( - )	65,47	( - )	22,29	( - )	129,00	( - )	-
Área Total Interna				199,15	Tipo 01	65,47	Tipo 02	22,29	Tipo 03	129,00	Esquadrias	29,87

UBS MANOEL BENEDITO - SÃO MANOEL							Área do terreno + calçada ext.:		838,23
Item	Situação	Área Interna			Área Externa Tipo 01	Área Externa Tipo 02	Área Externa Tipo 03	Esquadrias Interna e Externa	





	S	Larg. M	Comp. M	M²	M²	M²	M²	m²	m² x 15%		
7	construída	9,63	21,90	210,89	-	-	-	210,89	31,63		
		2,03	2,76	5,60	-	-	-	5,60	0,84		
				-	-	-	-	-	-		
				-	-	-	-	-	-		
				-	-	-	-	-	-		
	não construída	-	-	-	78,44	109,25	130,00	-	-		
		-	-	-	1,36	302,69		-	-		
		-	-	-		-	-	-	-		
		-	-	-	-	-	-	-	-		
		-	-	-	-	-	-	-	-		
Área Construída ( + )			216,49	( + )	-	( + )	-	( + )	32,47		
Área Não Construída ( - )			-	( - )	79,80	( - )	411,94	( - )	-		
Área Total Interna			216,49	Tipo 01	79,80	Tipo 02	411,94	Tipo 03	130,00	Esquadrias	32,47

POSTO DE SAÚDE BALBINO ZUZA - BREJÃO							Área do terreno + Frente ext.:		981,99
Item	Situação	Área Interna			Área Externa Tipo 01	Área Externa Tipo 02	Área Externa Tipo 03	Esquadrias Interna e Externa	
		Larg. M	Comp. M	M²	M²	M²	M²	m²	m² x 15%
8	construída	8,82	16,99	149,85	-	-	-	149,85	22,47
					-	-	-	-	-
				-	-	-	-	-	-
					-	-	-	-	-
					-	-	-	-	-
	não construída	-	-	-	2,31	686,07	88,00	-	-
		-	-	-	25,60	-		-	-
		-	-	-	30,16	-	-	-	-
		-	-	-	-	-	-	-	-
		-	-	-	-	-	-	-	-
Área Construída ( + )			149,85	( + )	-	( + )	-	( + )	22,47

Área Não Construída ( - )	-	( - )	58,07	( - )	686,07	( - )	88,00	( - )	-
Área Total Interna	149,85	Tipo 01	58,07	Tipo 02	686,07	Tipo 03	88,00	Esquadrias	22,47

POSTO DE SAÚDE SR. NINO - PLANALTO							Área do terreno + Frente ext.:		754,00			
Item	Situação	Área Interna			Área Externa Tipo 01		Área Externa Tipo 02		Área Externa Tipo 03		Esquadrias Interna e Externa	
		Larg. M	Comp. M	M²	M²		M²		M²		m²	m² x 15%
9	construída	24,88	6,40	159,23	-		-		-		159,23	23,88
		6,67	4,73	31,55	-		-		-		31,55	4,73
				-	-		-		-		-	-
				-	-		-		-		-	-
	não construída	-	-	-	-		-		-		-	-
		-	-	-	23,63		-		489,74		-	-
		-	-	-	27,37		-		-		-	-
		-	-	-	22,48		-		-		-	-
		-	-	-	-		-		-		-	-
		-	-	-	-		-		-		-	-
Área Construída ( + )				190,78	( + )	-	( + )	-	( + )	-	28,61	
Área Não Construída ( - )				-	( - )	73,48	( - )	-	( - )	489,74	-	
Área Total Interna				190,78	Tipo 01	73,48	Tipo 02	-	Tipo 03	489,74	Esquadrias	28,61

POSTO DE SAÚDE ZÉ ALVES							Área do terreno + Frente ext.:		500,00
Item	Situação	Área Interna			Área Externa Tipo 01	Área Externa Tipo 02	Área Externa Tipo 03	Esquadrias Interna e Externa	
		Larg. M	Comp. M	M²	M²	M²	M²	m²	m² x 15%
	construída	6,00	11,00	66,00	-	-	-	66,00	9,90
		3,00	4,00	12,00	-	-	-	12,00	1,80
		-	-	-	-	-	-	-	-
		-	-	-	-	-	-	-	-



10	não construída	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
		-	-	-	30,60	-	391,40	-	-	-	
		-	-	-	-	-	-	-	-	-	
		-	-	-	-	-	-	-	-	-	
		-	-	-	-	-	-	-	-	-	
		-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Área Construída ( + )			78,00	( + )	-	( + )	-	( + )	11,70		
Área Não Construída ( - )			-	( - )	30,60	( - )	-	( - )	391,40	( - )	-
Área Total Interna			78,00	Tipo 01	30,60	Tipo 02	-	Tipo 03	391,40	Esquadrias	11,70

CEVISA - CENTRO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA							Área do terreno + calçada ext.:		326,66			
Item	Situação	Área Interna			Área Externa Tipo 01		Área Externa Tipo 02		Área Externa Tipo 03		Esquadrias Interna e Externa	
		Larg. M	Comp. M	M²	M²		M²		M²		m²	m² x 15%
11	construída	4,55	4,80	21,84	-		-		-		21,84	3,27
		4,55	4,80	21,84	-		-		-		21,84	3,27
		4,55	14,99	68,20	-		-		-		68,20	10,23
					-		-		-		-	-
					-		-		-		-	-
	não construída	-	-	-	35,68		94,63		23,28		-	-
		-	-	-	50,17		-				-	-
		-	-	-	11,02		-		-		-	-
		-	-	-	-		-		-		-	-
		-	-	-	-		-		-		-	-
Área Construída ( + )				111,88	( + )	-	( + )	-	( + )	-	16,77	
Área Não Construída ( - )				-	( - )	96,87	( - )	94,63	( - )	23,28	( - )	-
Área Total Interna				111,88	Tipo 01	96,87	Tipo 02	94,63	Tipo 03	23,28	Esquadrias	16,77

CASA DE APOIO							Área do terreno + calçada ext.:		404,13
---------------	--	--	--	--	--	--	---------------------------------	--	--------



Item	Situação	Área Interna			Área Externa Tipo 01		Área Externa Tipo 02		Área Externa Tipo 03		Esquadrias Interna e Externa	
		Larg. M	Comp. M	M²	M²		M²		M²		m²	m² x 15%
12	construída	8,00	8,73	69,84	-		-		-		69,84	10,47
		2,85	4,75	13,53	-		-		-		13,53	2,02
		4,20	2,87	12,05	-		-		-		12,05	1,80
					-		-		-		-	-
					-		-		-		-	-
	não construída	-	-	-	102,72		187,63		18,36		-	-
		-	-	-	-		-		-		-	-
		-	-	-	-		-		-		-	-
		-	-	-	-		-		-		-	-
		-	-	-	-		-		-		-	-
Área Construída ( + )				95,42	( + )	-	( + )	-	( + )	-	14,29	
Área Não Construída ( - )				-	( - )	102,72	( - )	187,63	( - )	18,36	( - )	-
Área Total Interna				95,42	Tipo 01	102,72	Tipo 02	187,63	Tipo 03	18,36	Esquadrias	14,29

Área Interna Normal	207,30	Tipo 01	2.756,98	Tipo 02	3.814,78	Tipo 03	1.500,20	Esquadrias	465,09
Área Interna Hospitalar - m²	2.894,00	-	-	-	-	-	-	-	-

**Observação:**

Nas totalizações foram zeradas as duas casas decimais, considerando que a unidade mínima de medida é 1 (um) metro quadrado.

**PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS**

**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 008/2026**

**Memória de Cálculo das Metragens**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL**

MERCADO MUNICIPAL - SEDE								Área do terreno + Frente ext.:		277,21		
Item	Situação	Área Interna			Área Externa		Área Externa		Esquadrias			
		Larg. M	Comp. M	M²	M²		M²		M²	m²	m² x 15%	
1	construída	14,20	16,30	231,46	24,45		-		-	231,46	34,71	
		-	-	-	21,30		-		-	-	-	
		-	-	-	-		-		-	-	-	
		-	-	-	-		-		-	-	-	
		-	-	-	-		-		-	-	-	
	não construída	-	-	-	-		-		-	-	-	
		-	-	-	-		-		-	-	-	
		-	-	-	-		-		-	-	-	
		-	-	-	-		-		-	-	-	
		-	-	-	-		-		-	-	-	
Área Construída ( + )				231,46	( + )	45,75	( + )	-	( + )	-	( + )	34,71
Área Não Construída ( - )				-	( - )	-	( - )	-	( - )	-	( - )	-
Área Total Interna				231,46	Tipo 01	45,75	Tipo 02	-	Tipo 03	-	Esquadrias	34,71

<b>MERCADO MUNICIPAL - FELICIANÓPOLIS</b>							<b>Área do terreno + Frente ext.:</b>		<b>249,85</b>
<b>Item</b>	<b>Situação</b>	<b>Área Interna</b>			<b>Área Externa</b>	<b>Área Externa</b>	<b>Área Externa</b>	<b>Esquadrias</b>	
		<b>Larg. M</b>	<b>Comp. M</b>	<b>M²</b>	<b>M²</b>	<b>M²</b>	<b>M²</b>	<b>m²</b>	<b>m² x 15%</b>



1	construída	12,20	17,00	207,40	18,00	-	-	207,40	31,11		
		-	-	-	24,45	-	-	-	-		
		-	-	-	-	-	-	-	-		
		-	-	-	-	-	-	-	-		
		-	-	-	-	-	-	-	-		
	não construída	-	-	-	-	-	-	-	-		
		-	-	-	-	-	-	-	-		
		-	-	-	-	-	-	-	-		
		-	-	-	-	-	-	-	-		
		-	-	-	-	-	-	-	-		
Área Construída ( + )			207,40	( + )	42,45	( + )	-	( + )	-	( + )	31,11
Área Não Construída ( - )			-	( - )	-	( - )	-	( - )	-	( - )	-
Área Total Interna			207,40	Tipo 01	42,45	Tipo 02	-	Tipo 03	-	Esquadrias	31,11

Área Total Geral - m²	438,00	Tipo 01	88,00	Tipo 02	-	Tipo 03	-	Esquadrias	65,00
-----------------------	--------	---------	-------	---------	---	---------	---	------------	-------

**Observação:**

Nas totalizações foram zeradas as duas casas decimais, considerando que a unidade mínima de medida é 1 (um) metro quadrado.



**PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS**

**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 008/2026**

**Composição - Uniformes - Memória**

**CUSTO - UNIFORMES**

Item	Tipo de Uniforme	Quantidade de Postos (M)	Quantidade Anual (N)	Valor unitário (O)	Valor Anual (P=M x N x O)
------	------------------	--------------------------	----------------------	--------------------	---------------------------

**Categoria Profissional - Encarregado de Limpeza**

Categoria Profissional - Encarregado de Limpeza					
1	Calça na cor preta - peça	1	3	R\$ 141,54	R\$ 424,62
	Camisa em popeline 100% algodão, manga comprida, na cor branca		3	R\$ 90,17	R\$ 270,51
	Cinto em couro, de boa qualidade, cor preta		2	R\$ 75,25	R\$ 150,50
	Meia na cor preta - par		4	R\$ 14,90	R\$ 59,60
	Sapato em couro, na cor preta - par		2	R\$ 125,79	R\$ 251,58
Total Encarregado					R\$ 1.156,81

**Categoria Profissional - Servente - Agente de Limpeza e Limpador de Fachada**

Categoria Profissional - Servente - Agente de Limpeza e Empacotador de Paqueta					
2	Calça na cor preta - peça	30	3	R\$ 142,00	R\$ 12.780,00
	Blusas, camisas ou camisetas malha fria, com gola esporte - peça		3	R\$ 37,40	R\$ 3.366,00
	Meia em algodão, na cor preta - par		4	R\$ 15,96	R\$ 1.915,20
	Sapato ou tênis, solado baixo, com palmilha antibacteriana - par		2	R\$ 128,67	R\$ 7.720,20
	Bota de borracha - par		3	R\$ 73,25	R\$ 6.592,50
Total Serventes					R\$ 32.373,90

Serviços	Valor Mensal Total (Q)	Valor Mensal por Categoria Profissional (Q / nº de postos de Encarregado / 12 meses)	Valor Mensal Total (R)	Valor Mensal por Categoria Profissional (R / nº de postos de Servente / 12 meses)
Valor estimado da planilha de custos dos uniformes para realização do serviço de limpeza, asseio e conservação dos prédios.	<b>R\$ 1.156,81</b>	<b>R\$ 96,40</b>	<b>R\$ 32.373,90</b>	<b>R\$ 89,92</b>



**ANEXO II**

**MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS - ESCRITA E PLANILHAS**

*Contratação de empresa especializada na prestação, de forma contínua, dos serviços de limpeza, asseio e conservação dos prédios públicos próprios e locados do Município de Jaborandi - Bahia*

**A**

**Prefeitura Municipal de Jaborandi**

**Equipe de Pregão Eletrônico**

Ref.: Pregão Eletrônico n.º 008/2026

Pelo presente instrumento, vimos apresentar nossa proposta de preços relativa ao objeto desta licitação, bem como as informações, condições da proposta e declarações exigidas no Edital do Pregão Eletrônico em epígrafe.

**1. Identificação do Licitante:**

- a. Razão Social:
- b. CNPJ n.º:
- c. Inscrição Estadual:
- d. Endereço completo:
- e. Telefone, fax, e-mail:
- f. Banco, Agência e n.º da conta corrente:

**2. Condições Gerais da Proposta:**

- a. a presente proposta é válida por 60 (sessenta) dias contados da data de sua apresentação;
- b. o valor do preço unitário e o valor total estão detalhados nesta proposta de preço, nos quais estão incluídas todas as despesas diretas e indiretas, além de sua remuneração, inclusive impostos, taxas de qualquer natureza, contribuições, alvarás, mão de obra, salários, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas, embalagens, transportes, seguros, peças de reposição, materiais/serviços utilizados na manutenção e quaisquer outras despesas necessárias que incidam ou venham a incidir sobre o objeto desta licitação para o cumprimento das obrigações decorrentes do contrato.

**3. Pelo presente Termo declaramos e garantimos que:**

- a. examinamos cuidadosamente todo o Edital e Anexos e aceitamos todas as condições nele estipuladas e que, ao assinarmos este Termo, renunciemos ao direito de alegar discrepância de entendimento com relação ao Edital;
- b. cumprimos plenamente as disposições normativas relativas ao trabalho do menor, contida na Lei n.º 9.854, de 27/10/1999 e na Constituição Federal de 1988;
- c. em nossa proposta estão incluídas todas as despesas referentes à execução do objeto licitado, bem como todos os tributos, encargos sociais e trabalhistas e quaisquer outras despesas que incidam ou venham incidir sobre o referido objeto;



- d. informaremos a existência de fato superveniente impeditivo de nossa habilitação, caso venha a ocorrer.

#### 4. Condições de Pagamento:

- a. O prazo para pagamento será efetuado em até 10 (dez) dias úteis contados a partir do início do mês subsequente ao vencido, ou no prazo previsto no item próprio do edital, após a devida conferência e liberação do órgão solicitante e/ou fiscalizador.

#### 5. Proposta de Preços

- a. Apresentamos nossa proposta de preços para os serviços abaixo relacionados com os quantitativos e os respectivos serviços em cada secretaria municipal propostos:

##### PROPOSTA DE PREÇOS

ITEM	Mão de Obra	Produtividade	Preço Homem/Mês	Subtotal
		(1/M <sup>2</sup> )	(R\$)	(R\$/M <sup>2</sup> )
		[a]	[b]	[c] = [a] x [b]
Área Interna	Encarregado	1/(30*800)	-	-
	Servente	1/800	-	-
	<b>Total</b>			-

ITEM	Mão de Obra	Produtividade	Preço Homem/Mês	Subtotal
		(1/M <sup>2</sup> )	(R\$)	(R\$/M <sup>2</sup> )
		[a]	[b]	[c] = [a] x [b]
Área Interna / Hospitalar e Assemelhada	Encarregado	1/(30*330)	-	R\$ -
	Servente	1/330	-	R\$ -
	<b>Total</b>			R\$ -

ITEM	Mão de Obra	Produtividade	Preço Homem/Mês	Subtotal
		(1/M <sup>2</sup> )	(R\$)	(R\$/M <sup>2</sup> )
		[a]	[b]	[c] = [a] x [b]
Área Interna / Depósitos e Galpões	Encarregado	1/(30*1350)	-	R\$ -
	Servente	1/1350	-	R\$ -
	<b>Total</b>			R\$ -

ITEM	Mão de Obra	Produtividade	Preço Homem/Mês	Subtotal
		(1/M <sup>2</sup> )	(R\$)	(R\$/M <sup>2</sup> )
		[a]	[b]	[c] = [a] x [b]
	Encarregado	1/(30*1800)	-	R\$ -
	Servente	1/1800	-	R\$ -



Área Externa / Tipo 1 (pisos adjacentes/ contíguos às edificações)	<b>Total</b>	<b>R\$</b>	-
---	--------------	------------	---

ITEM	Mão de Obra	Produtividade	Preço Homem/Mês	Subtotal
		(1/M <sup>2</sup> )	(R\$)	(R\$/M <sup>2</sup> )
		[a]	[b]	[c] = [a] x [b]
Área Externa / Tipo 2 (varrição de pátios, passeios e arruamentos)	Encarregado	1/(30*6000)	-	R\$ -
	Servente	1/6000	-	R\$ -
	<b>Total</b>			<b>R\$ -</b>

ITEM	Mão de Obra	Produtividade	Preço Homem/Mês	Subtotal
		(1/M <sup>2</sup> )	(R\$)	(R\$/M <sup>2</sup> )
		[a]	[b]	[c] = [a] x [b]
Área Externa / Tipo 3 (coleta de detritos em áreas verdes)	Encarregado	1/(30*100000)	-	R\$ -
	Servente	1/100000	-	R\$ -
	<b>Total</b>			<b>R\$ -</b>

ITEM	Mão de Obra	Produtividade	Frequência no Mês	Jornada de Trabalho no Mês
		(1/M <sup>2</sup> )	(Horas)	(Horas)
		[a]	[b]	[c]
Esquadrias Face Interna e Face Externa sem exposição a risco	Encarregado	1/(30*300)	16	1/191,4
	Servente	1/300	16	1/191,4
	<b>Ki= [a] x [b] x [c]</b>		<b>Preço Homem-Mês</b>	<b>Subtotal</b>
	-		<b>(R\$)</b>	<b>(R\$/M<sup>2</sup>)</b>
	<b>[d]</b>		<b>[e]</b>	<b>[f] = [d] x [e]</b>
	Encarregado	0,00000127	-	R\$ -
	Servente	0,00038000	-	R\$ -
	<b>Total</b>			<b>R\$ -</b>

A	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO				
Resumo	Custo M <sup>2</sup>	Quant.	Frequência no Mês Estimativa	Quantidade Estimativa no Mês	Custo Mensal
	(R\$/M <sup>2</sup> )	(M <sup>2</sup> )			(R\$)
	[a]	[b]			[a] x [d]
Área Interna Geral	-	978	2	1.956	-



Área Externa / Tipo 1 - Pisos adjacentes / contíguos às edificações	-	147	1	147	-
Área Externa / Tipo 2 - Varrição de pátios, passeios e arruamentos	-	731	1	731	-
Área Externa / Tipo 3 - Coleta de detritos em áreas verdes	-	15	1	15	-
Esquadrias Face Interna e Face Externa sem exposição a risco	-	146	1	146	-
Valor mensal estimado					-
Meses					12
Valor anual estimado					-

B	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA E BEM ESTAR SOCIAL				
Resumo	Custo M²	Quant.	Frequência no Mês Estimativa	Quantidade Estimativa no Mês	Custo Mensal
	(R\$/M²)	(M²)			(R\$)
	[a]	[b]			[a] x [d]
Área Interna Geral	-	761	2	1.522	R\$ -
Área Externa / Tipo 1 - Pisos adjacentes / contíguos às edificações	-	162	1	162	R\$ -
Área Externa / Tipo 2 - Varrição de pátios, passeios e arruamentos	-	770	1	770	R\$ -
Área Externa / Tipo 3 - Coleta de detritos em áreas verdes	-	237	1	237	R\$ -
Esquadrias Face Interna e Face Externa sem exposição a risco	-	114	1	114	R\$ -
Valor mensal estimado					R\$ -



Meses	12
Valor anual estimado	R\$ -

C	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA				
Resumo	Custo M <sup>2</sup>	Quant.	Frequência no Mês Estimativa	Quantidade Estimativa no Mês	Custo Mensal
	(R\$/M <sup>2</sup> )	(M <sup>2</sup> )			(R\$)
	[a]	[b]			[a] x [d]
Área Interna Geral	-	11.168	2	22.336	R\$ -
Área Externa / Tipo 1 - Pisos adjacentes / contíguos às edificações	-	1.919	1	1.919	R\$ -
Área Externa / Tipo 2 - Varrição de pátios, passeios e arruamentos	-	4.343	1	4.343	R\$ -
Área Externa / Tipo 3 - Coleta de detritos em áreas verdes	-	7.578	1	7.578	R\$ -
Esquadrias Face Interna e Face Externa sem exposição a risco	-	1.405	1	1.405	R\$ -
Valor mensal estimado					R\$ -
Meses					12
Valor anual estimado					R\$ -

D	SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS				
Resumo	Custo M <sup>2</sup>	Quant.	Frequência no Mês Estimativa	Quantidade Estimativa no Mês	Custo Mensal
	(R\$/M <sup>2</sup> )	(M <sup>2</sup> )			(R\$)
	[a]	[b]			[a] x [d]
Área Interna Geral	-	99	2	198	R\$ -



<b>Área Externa / Tipo 1 - Pisos adjacentes / contíguos às edificações</b>	-	13	1	13	R\$	-
<b>Área Externa / Tipo 2 - Varrição de pátios, passeios e arruamentos</b>	-	70	1	70	R\$	-
<b>Área Externa / Tipo 3 - Coleta de detritos em áreas verdes</b>	-	10	1	10	R\$	-
<b>Esquadrias Face Interna e Face Externa sem exposição a risco</b>	-	14	1	14	R\$	-
					<b>0</b>	<b>R\$ -</b>
					<b>Meses</b>	<b>12</b>
					<b>Valor anual estimado</b>	<b>R\$ -</b>

<b>E</b>	<b>SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, VIAÇÃO E URBANISMO</b>				
<b>Resumo</b>	<b>Custo M²</b>	<b>Quant.</b>	<b>Frequência no Mês Estimativa</b>	<b>Quantidade Estimativa no Mês</b>	<b>Custo Mensal</b>
	<b>(R\$/M²)</b>	<b>(M²)</b>			<b>(R\$)</b>
	<b>[a]</b>	<b>[b]</b>	<b>[c]</b>	<b>[d] = [b] x [c]</b>	<b>[a] x [d]</b>
<b>Área Interna Geral</b>	-	883	2	1.766	R\$ -
<b>Área Interna Depósitos/Galpões</b>	-	2.650	1	2.650	R\$ -
<b>Área Externa / Tipo 1 - Pisos adjacentes / contíguos às edificações</b>	-	2.207	1	2.207	R\$ -
<b>Área Externa / Tipo 2 - Varrição de pátios, passeios e arruamentos</b>	-	2.258	1	2.258	R\$ -
<b>Área Externa / Tipo 3 - Coleta de detritos em áreas verdes</b>	-	20.193	1	20.193	R\$ -





<b>Esquadrias</b> <i>Face Interna e</i> <i>Face Externa sem</i> <i>exposição a risco</i>	-	151	1	151	R\$	-
<b>Valor mensal estimado</b>					<b>R\$</b>	<b>-</b>
<b>Meses</b>						<b>12</b>
<b>Valor anual estimado</b>					<b>R\$</b>	<b>-</b>

<b>F</b>	<b>SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE</b>				
<b>Resumo</b>	<b>Custo M²</b>	<b>Quant.</b>	<b>Frequência no Mês Estimativa</b>	<b>Quantidade Estimativa no Mês</b>	<b>Custo Mensal</b>
	<b>(R\$/M²)</b>	<b>(M²)</b>			<b>(R\$)</b>
	<b>[a]</b>	<b>[b]</b>	<b>[c]</b>	<b>[d] = [b] x [c]</b>	<b>[a] x [d]</b>
<b>Área Interna Geral</b>	-	207	2	415	R\$ -
<b>Área Interna / Hospitalar e Assemelhada</b>	-	2894	2	5.788	R\$ -
<b>Área Externa / Tipo 1 - Pisos adjacentes / contíguos às edificações</b>	-	2756	1	2.756	R\$ -
<b>Área Externa / Tipo 2 - Varrição de pátios, passeios e arruamentos</b>	-	3814	1	3.814	R\$ -
<b>Área Externa / Tipo 3 - Coleta de detritos em áreas verdes</b>	-	1500	1	1.500	R\$ -
<b>Esquadrias</b> <i>Face Interna e</i> <i>Face Externa sem</i> <i>exposição a risco</i>	-	465	1	465	R\$ -
<b>Valor mensal estimado</b>					<b>R\$ -</b>
<b>Meses</b>					<b>12</b>
<b>Valor anual estimado</b>					<b>R\$ -</b>

<b>G</b>	<b>SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL</b>
----------	--



Resumo	Custo M <sup>2</sup>	Quant.	Frequência no Mês Estimativa	Quantidade Estimativa no Mês	Custo Mensal
	(R\$/M <sup>2</sup> )	(M <sup>2</sup> )			(R\$)
	[a]	[b]			[a] x [d]
Área Interna Geral	-	438	2	876	R\$ -
Área Externa / Tipo 1 - Pisos adjacentes / contíguos às edificações	-	88	1	88	R\$ -
Área Externa / Tipo 2 - Varrição de pátios, passeios e arruamentos	-	0	1	-	R\$ -
Área Externa / Tipo 3 - Coleta de detritos em áreas verdes	-	0	1	-	R\$ -
Esquadrias Face Interna e Face Externa sem exposição a risco	-	65	1	65	R\$ -
Valor mensal estimado					R\$ -
Meses					12
Valor anual estimado					R\$ -

Resultado - Secretarias Municipais – Valores Totais da Proposta	
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	R\$ -
valor mensal estimado	R\$ -
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA E BEM ESTAR SOCIAL	R\$ -
valor mensal estimado	R\$ -
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA	R\$ -
valor mensal estimado	R\$ -
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMB. E RECURSOS NATURAIS	R\$ -
valor mensal estimado	R\$ -
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, VIAÇÃO E URBANISMO	R\$ -
valor mensal estimado	R\$ -



<b>SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE</b>	<b>R\$</b>	<b>-</b>
<i>valor mensal estimado</i>	R\$	-
<b>SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA</b>	<b>R\$</b>	<b>-</b>
<i>valor mensal estimado</i>	R\$	-
<b>Valor Global - Máximo Estimado</b>	<b>R\$</b>	<b>-</b>

O valor da proposta da **Secretaria Municipal de Administração e Planejamento** é o valor mensal de R\$ XXXXXXXXXXXXXXXX (XXXXXXXX XXXX XXXXXXXXXXX XXXX) o que perfaz o Valor global da proposta em R\$ XXXXXXXXXXXXXXXX (XXXXXXXX XXXX XXXXXXXXXXX XXXX); **Secretaria Municipal de Assistência e Bem Estar Social** é o valor mensal de R\$ XXXXXXXXXXXXXXXX (XXXXXXXX XXXX XXXXXXXXXXX XXXX) o que perfaz o Valor global da proposta em R\$ XXXXXXXXXXXXXXXX (XXXXXXXX XXXX XXXXXXXXXXX XXXX); **Secretaria Municipal de Educação e Cultura** é o valor mensal de R\$ XXXXXXXXXXXXXXXX (XXXXXXXX XXXX XXXXXXXXXXX XXXX) o que perfaz o Valor global da proposta em R\$ XXXXXXXXXXXXXXXX (XXXXXXXX XXXX XXXXXXXXXXX XXXX); **Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Recursos Naturais** é o valor mensal de R\$ XXXXXXXXXXXXXXXX (XXXXXXXX XXXX XXXXXXXXXXX XXXX) o que perfaz o Valor global da proposta em R\$ XXXXXXXXXXX XXX (XXXXXXXX XXXX XXXXXXXXXXX XXXX); **Secretaria Municipal de Obras, Viação e Urbanismo** é o valor mensal de R\$ XXXXXXXXXXXXXXXX (XXXXXXXX XXXX XXXXXXXXXXX XXXX) o que perfaz o Valor global da proposta em R\$ XXXXXXXXXXXXXXXX (XXXXXXXX XXXX XXXXXXXXXXX XXXX); **Secretaria Municipal de Saúde** é o valor mensal de R\$ XXXXXXXXXXXXXXXX (XXXXXXXX XXXX XXXXXXXXXXX XXXX) o que perfaz o Valor global da proposta em R\$ XXXXXXXXXXXXXXXX (XXXXXXXX XXXX XXXXXXXXXXX XXXX); **Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Rural** é o valor mensal de R\$ XXXXXXXXXXXXXXXX (XXXXXXXX XXXX XXXXXXXXXXX XXXX) o que perfaz o Valor global da proposta em R\$ XXXXXXXXXXXXXXXX (XXXXXXXX XXXX XXXXXXXXXXX XXXX); Portanto, o valor global a proposta perfaz-se em R\$ XXXXXXXXXXXXXXXX (XXXXXXXX XXXX XXXXXXXXXXX XXXX), conforme: Planilhas de Composição dos Preços Unitários, em anexo, e Garantia que são partes integrantes desta proposta.

XXXXXXXXXXXXXXXX - UF, XX de XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX de 20XX.

Assinatura do Representante Legal

Nome Completo  
Cargo na Empresa / Representante  
Razão Social da Empresa  
CNPJ n.º.....

**ATENÇÃO:** A licitante deverá confeccionar este documento em papel timbrado da empresa.



**ANEXO III**

**MODELO DECLARAÇÃO INEXISTÊNCIA FATO SUPERVENIENTE**

*Contratação de empresa especializada na prestação, de forma contínua, dos serviços de limpeza, asseio e conservação dos prédios públicos próprios e locados do Município de Jaborandi - Bahia*

**A**

**Prefeitura Municipal de Jaborandi**

**Agente de Contratação e Equipe de Apoio**

Ref.: Pregão Eletrônico n.º 008/2026

**DECLARAÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

A empresa ....., inscrita no CNPJ n.º....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) ....., portador(a) da Carteira de Identidade n.º ..... e do CPF n.º ....., apresenta às seguintes declarações:

**DECLARA**, sob as penas da lei, para fins de participação no processo de Pregão Eletrônico n.º 0XX/20XX, que não possui em seu quadro de pessoal servidores públicos ou dirigente de Órgão ou Entidade contratante ou responsável pela dispensa de licitação, nos termos do § 1º, artigo 9º, da Lei n.º 14.133, de 1 de abril de 2021.

**DECLARA**, para fins do disposto no inciso IV do art. 68 da Lei n.º 14.133, de 01 de abril de 2021, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menores a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do Inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal.

**DECLARA**, que não possui em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, nos termos do inciso III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.

**DECLARA**, sob as penalidades cabíveis, de que não está incurso nos impedimentos de que trata o art. 14 da Lei Federal n.º 14.133, de 1 de abril de 2021;

**DECLARA**, sob as penalidades cabíveis, de que atendemos aos requisitos de habilitação, e que responderei pela veracidade das informações prestadas, de que trata o inciso I, art. 63 da Lei Federal n.º 14.133, de 1 de abril de 2021;

**DECLARA**, sob as penalidades cabíveis, de que cumprimos as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, de que trata o inciso IV, art. 63 da Lei Federal n.º 14.133, de 1 de abril de 2021;



**DECLARA**, sob as penalidades cabíveis, que atendemos aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei disposta no art. 63, I, da Lei n.º 14.133, de 1 de abril de 2021.

**DECLARA**, sob as penalidades cabíveis, e sob pena de desclassificação, de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

**DECLARA**, sob as penas da lei, que até a presente data Inexistem fatos Impeditivos para sua habilitação no presente processo, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Por ser verdade, firmo a presente.

XXXXXXXXXXXXXXXX - UF, XX de XXXXXXXXXXXXXXXX de 20XX.

---

Assinatura do Representante Legal

Nome Completo  
Cargo na Empresa / Representante  
Razão Social da Empresa  
CNPJ n.º .....

*ATENÇÃO: A licitante deverá confeccionar este documento em papel timbrado da empresa.*



**ANEXO IV** **MODELO DE DECLARAÇÃO - VISITA TÉCNICA**

*Contratação de empresa especializada na prestação, de forma contínua, dos serviços de limpeza, asseio e conservação dos prédios públicos próprios e locados do Município de Jaborandi - Bahia*

**A**

**Prefeitura Municipal de Jaborandi**

**Agente de Contratação e Equipe de Apoio**

Ref.: Pregão Eletrônico n.º 008/2026

**DECLARAÇÃO DE VISITA TÉCNICA**

Declaramos que em atendimento ao previsto no edital de Pregão Eletrônico n.º 0XX/20XX, que eu, \_\_\_\_\_, portador(a) da CI/RG n.º \_\_\_\_\_ e do CPF n.º \_\_\_\_\_, CREA/\_\_\_\_ n.º \_\_\_\_\_, da empresa \_\_\_\_\_, estabelecida no (a) \_\_\_\_\_, como seu representante legal para os fins da presente declaração, compareci perante o Município de Jaborandi e vistoriei todos os locais, onde serão executados os serviços objeto da licitação em apreço, tomando plena ciência das condições e dos graus de dificuldades existentes.

XXXXXXXXXXXXXXXX - UF, XX de XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX de 20XX.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Representante Legal

Nome Completo  
Cargo na Empresa / Representante  
Razão Social da Empresa  
CNPJ n.º .....

**ATENÇÃO:** A licitante deverá confeccionar este documento em papel timbrado da empresa.



**ANEXO V**

**MINUTA DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**

*Contratação de empresa especializada na prestação, de forma contínua, dos serviços de limpeza, asseio e conservação dos prédios públicos próprios e locados do Município de Jaborandi - Bahia*

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**

**N.º XXXX/XXXX**

**TERMO DE CONTRATO DE  
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS  
QUE FAZEM ENTRE O  
MUNICÍPIO DE JABORANDI E  
A PESSOA JURÍDICA  
XXXXXXXXXXXX XXXXXX  
XXXXXXXX**

O MUNICÍPIO DE JABORANDI, com sede Av. Francisco Moreira Alves, 01, Centro, Jaborandi, CEP 47.655-000 inscrito no CNPJ sob n.º. 13.245.568/0001-14, pessoa jurídica de direito público interno, neste ato representado pelo Doutor XXXXXXXX XXXXXXXX XXXXXXXX, prefeito municipal, brasileiro, médico, casado, doravante denominado CONTRATANTE; e a empresa XXXXXXXX XXXXXXXX XXXXXXXX, inscrita no CNPJ sob n.º XX.XXX.XXX/XXXX-XX, com endereço situado na XXXXXXXXXXXXXXXX, XXXXXXXX, XXXXXXXX, XXXXXXXXXXXXXXXX, XXXXX, CEP XX.XXX-XXX, neste ato representado pelo(a) senhor(a) XXXXXXXXXXX XXXXXXXX, (função do representante XXXXXXXX), conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, doravante denominada CONTRATADA, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo n.º 0XX/20XX e em observância às disposições da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislações aplicáveis, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico n.º 008/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**OU**

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JABORANDI, BAHIA, com sede na Av. Francisco Moreira Alves, 01, Centro, Jaborandi, Estado da Bahia, inscrito no CNPJ n.º 11.428.493/0001-81, pessoa jurídica de direito público interno, neste ato legalmente representado pelo Senhor XXXXXXXX XXXXXXXX XXXXXXXX XXXXXXXX, Secretário Municipal de Saúde, nomeado pela Portaria n.º XXX, de XX de XXXXXXXX de 20XX, publicado no DOM de XX de XXXXXXXX de 20XX, portador da Matrícula Funcional n.º XXXXXXXX, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa XXXXXXXX XXXXXXXX XXXXXXXX, inscrita no CNPJ sob n.º XX.XXX.XXX/XXXX-XX, com endereço situado na XXXXXXXXXXXXXXXX, XXXXXXXX, XXXXXXXX, XXXXXXXXXXXXXXXX, XXXXX, CEP XX.XXX-XXX, neste ato representado pelo(a) senhor(a) XXXXXXXXXXX XXXXXXXX, (função do representante XXXXXXXX), conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, doravante denominada CONTRATADA, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo n.º 0XX/20XX e em observância às disposições da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislações aplicáveis, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico n.º 008/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.





## OU

O FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JABORANDI, BAHIA, com sede na Av. Francisco Moreira Alves, 01, Centro, Jaborandi, Estado da Bahia, inscrito no CNPJ n.º 23.110.544/0001-01, pessoa jurídica de direito público interno, neste ato legalmente representado pelo Senhor XXXXXXXX XXXXXXXX XXXXXXXX XXXXXX, Gestor(a) do Fundo Municipal de Educação, nomeado pela Portaria n.º XXX, de XX de XXXXXXXX de 20XX, publicado no DOU de XX de XXXXXXXX de 20XX, portador da Matrícula Funcional n.º XXXXXX, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa XXXXXXXX XXXXXXXX XXXXXXXX, inscrita no CNPJ sob n.º XX.XXX.XXX/XXXX-XX, com endereço situado na XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, XXXXXXXX, XXXXXX, XXXXXXXXXXXXXXXX, XXXXX, CEP XX.XXX-XXX, neste ato representado pelo(a) senhor(a) XXXXXXXX XXXXXXXX, (função do representante XXXXXX), conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, doravante denominada CONTRATADA, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo n.º 0XX/20XX e em observância às disposições da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislações aplicáveis, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico n.º 008/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

## OU

O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA E BEM ESTAR SOCIAL DE JABORANDI, BAHIA, com sede na Av. Francisco Moreira Alves, 01, Centro, Jaborandi, Estado da Bahia, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ n.º 18.089.675/0001-14, neste ato legalmente representado(a) pelo(a) Senhor(a) XXXXXXXX XXXXXXXX XXXXXXXX XXXXXX, Gestor(a) do Fundo Municipal de Assistência Social, nomeado(a) pela Portaria n.º XXX, de XX de XXXXXXXX de 20XX, publicado no DOU de XX de XXXXXXXX de 20XX, portador da Matrícula Funcional n.º XXXXXX, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa XXXXXXXX XXXXXXXX XXXXXXXX, inscrita no CNPJ sob n.º XX.XXX.XXX/XXXX-XX, com endereço situado na XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, XXXXXXXX, XXXXXX, XXXXXXXXXXXXXXXX, XXXXX, CEP XX.XXX-XXX, neste ato representado pelo(a) senhor(a) XXXXXXXX XXXXXXXX, (função do representante XXXXXX), conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, doravante denominada CONTRATADA, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo n.º 0XX/20XX e em observância às disposições da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislações aplicáveis, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico n.º 008/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

## DO PROCESSO LICITATÓRIO

*As partes acima identificadas têm, entre si, justo e acertado o presente contrato para Contratação de empresa especializada na prestação, de forma contínua, dos serviços de limpeza, asseio e conservação dos prédios do Município de Jaborandi - Bahia, o qual justifica-se a licitação na modalidade Pregão Eletrônico n.º 008/2026, que se regerá pelas cláusulas seguintes e pelas condições descritas no presente:*



## 1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

**1.1.** O contrato tem como objeto a prestação de serviços continuados de Contratação de empresa especializada na prestação, de forma contínua, dos serviços de limpeza, asseio e conservação dos prédios do Município de Jaborandi - Bahia, visando atender às necessidades do Município de Jaborandi, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência e no Edital e seus Anexos.

**1.1.1.** Os serviços a serem contratados caracterizando-se como atividades materiais acessórias, tratando-se de atividade meio sendo instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante.

**1.1.2.** A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da CONTRATADA e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

**1.2.** Integram o presente contrato, independentemente de transcrição, o Edital do **Pregão Eletrônico n.º 008/2026**, com seus Anexos, e a Proposta da CONTRATADA.

**1.3.** Objeto da contratação:

Secretaria Municipal de XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX					
Resumo	Custo M²	Quant.	Frequência no Mês Estimativa	Quantidade Estimativa no Mês	Custo Mensal
	(R\$/M²)	(M²)			(R\$)
	[a]	[b]			[a] x [d]
Área Interna Geral	-	XX	XX	XX	-
Área Externa Tipo 1 Pisos adjacentes/contíguos às edificações	-	XX	XX	XX	-
Área Externa Tipo 2 Varrição de pátios, passeios e arruamentos	-	XX	XX	XX	-
Área Externa Tipo 3 Coleta de detritos em áreas verdes	-	XX	XX	XX	-
Esquadrias Face Interna e Face Externa sem exposição a risco	-	XX	XX	XX	-
VALOR TOTAL ESTIMADO - XXXXXXXXXXXXXXXX					R\$

## 2. CLÁUSULA SEGUNDA - MODELO DE EXECUÇÃO

**2.1.** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas

avencadas e as normas da Lei n.º 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

**2.2.** Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

**2.3.** As comunicações entre o órgão ou entidade e a Contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

**2.4.** O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

**2.5.** Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa Contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da Contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### **3. CLÁUSULA TERCEIRA - DA GESTÃO CONTRATUAL E FISCALIZAÇÃO**

**3.1.** A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do contrato, ou pelos respectivos substitutos, em conformidade com a art. 117, caput da Lei n.º 14.133, de 1 de abril de 2021.

**3.2.** O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, conforme o Decreto Federal n.º 11.246, de 2022, art. 22, VI;

**3.2.1.** O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados, na Lei n.º 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e no Decreto Federal n.º 11.246, de 2022, art. 22, II;

**3.2.2.** Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção, em consonância com o disposto no Decreto Federal n.º 11.246, de 2022, art. 22, III;

**3.2.3.** O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso, em conformidade com o disposto no Decreto Federal n.º 11.246, de 2022, art. 22, IV.

**3.2.4.** No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato, conforme o Decreto Federal n.º 11.246, de 2022, art. 22, V.

**3.2.5.** O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à

prorrogação contratual, em sintonia com o Decreto Federal n.º 11.246, de 2022, art. 22, VII.

**3.3.** O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da Contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário, conforme o art. 23, I e II, do Decreto Federal n.º 11.246, de 2022.

**3.3.1.** Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto Federal n.º 11.246, de 2022, art. 23, IV).

**3.4.** O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração, em sintonia com o Decreto Federal n.º 11.246, de 2022, art. 21, IV.

**3.4.1.** O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da Contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais, em atendimento ao Decreto Federal n.º 11.246, de 2022, art. 21, III.

**3.4.2.** O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência, em conformidade com o disposto no Decreto Federal n.º 11.246, de 2022, art. 21, II.

**3.4.3.** O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme o Decreto Federal n.º 11.246, de 2022, art. 21, VIII.

**3.4.4.** O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei n.º 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto Federal n.º 11.246, de 2022, art. 21, X).

**3.5.** O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual. (Decreto Federal n.º 11.246, de 2022, art. 22, VII).

**3.6.** O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração, de acordo com o Decreto Federal n.º 11.246, de 2022, art. 21, VI.

#### **4. CLÁUSULA QUARTA - DA SUBCONTRATAÇÃO**

**4.1.** Não será admitida a subcontratação total ou parcial do objeto licitatório, nos termos do Art. 122, da Lei n.º 14.133, de 1 de abril de 2021.

**4.2.** O Contratante não terá nenhum vínculo contratual com os profissionais da empresa contratada, toda a relação será realizada com a empresa Contratada, inclusive pagamentos e aplicações das sanções contratualmente previstas, no caso de quaisquer descumprimentos da avença.

#### **5. CLÁUSULA QUINTA - PREÇO**

**5.1.** O valor mensal estimado do contrato é de R\$ XXXXXX,XX (XXXXXXXXXXXXXXX), perfazendo o valor total para 12 (doze) meses de R\$ XXXXXX,XX (XXXXXXXXXXXXXXX), sendo R\$ XXXXXX,XX (XXXXXXXXXXXXXXX) para o exercício de 2026 e R\$ XXXX (XXXXXXXXXXXXXXX) para o exercício de 20XX.

**5.2.** O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à Contratada dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados dos serviços unitários aos quais compõe o valor global estimado.

**5.3.** O valor deste contrato deverá ser tratado apenas como dado estatístico, fruto da evolução da despesa no período citado, bem como forma de determinar a base de cálculo para aplicação de penalidades previstas neste contrato;

**5.4.** O valor deste contrato não poderá servir de base rígida para a apresentação da Nota Fiscal, já que o total de gastos do mês dependerá do pleno atendimento as demandas do respectivo período.

**5.4.1.** Os serviços serão realizados de acordo com a execução dos serviços dispostos na planilha resumo acima e pelas unidades de medida m<sup>2</sup> (metro quadrado) de serviços demandados e efetivamente executados em cada mês.

**5.4.2.** A CONTRATADA deverá executar os serviços utilizando-se dos materiais e equipamentos necessários à perfeita execução dos serviços a serem prestados, conforme disposto no Termo de Referência.

**5.5.** Nos valores acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, treinamento, garantia de 04 (quatro) meses, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

#### **6. CLÁUSULA SEXTA - DO RECEBIMENTO DO OBJETO**

**6.1.** Os serviços serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes do Termo de Referência e da proposta.

**6.2.** E serão recebidos definitivamente, após a verificação da conformidade com as especificações constantes do Termo de Referência e da proposta, e sua consequente aceitação, que se dará até 02 (dois) dias do recebimento provisório.



**6.3.** Na hipótese da verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

**6.4.** Os serviços de limpeza, asseio e conservação poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos de imediato, a contar da notificação da Contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

**6.5.** O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

**6.6.** No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei n.º 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

**6.7.** O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

**6.8.** O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## **7. CLÁUSULA SÉTIMA - DA LIQUIDAÇÃO**

**7.1.** Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME n.º 77/2022.

**7.1.1.** O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei n.º 14.133, de 2021.

**7.2.** Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

**7.2.1.** o prazo de validade;

**7.2.2.** a data da emissão;

**7.2.3.** os dados do contrato e do órgão contratante;

**7.2.4.** o período respectivo de execução do contrato;

**7.2.5.** o valor a pagar; e

**7.2.6.** eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

**7.3.** Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado

providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

**7.4.** A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou no Cadastro de Fornecedores da Prefeitura Municipal de Jaborandi, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei n.º 14.133, de 2021.

**7.5.** A Administração deverá realizar consulta ao SICAF ou no Cadastro de Fornecedores da Prefeitura Municipal de Jaborandi para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

**7.6.** A Nota Fiscal deverá vir acompanhada dos seguintes documentos comprobatórios da regularidade da Contratada com as exigências legais:

**7.6.1.** Certidão Negativa de Débitos de Tributos e Contribuições Federais;

**7.6.2.** Certidão Negativa de Débitos Estaduais;

**7.6.3.** Certidão Negativa de Débitos Municipais

**7.6.4.** Certidão de Regularidade do FGTS - CRF;

**7.6.5.** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT;

**7.6.6.** Declaração de Optante pelo Simples Nacional, caso seja aplicável;

**7.7.** Constatando-se, junto ao SICAF ou no Cadastro de Fornecedores da Prefeitura Municipal de Jaborandi, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

**7.8.** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

**7.9.** Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

**7.10.** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF ou no Cadastro de Fornecedores da Prefeitura Municipal de Jaborandi.

## **8. CLÁUSULA OITAVA - DO PRAZO DE PAGAMENTO**

**8.1.** O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados do início do mês subsequente ao da prestação dos serviços mensais, finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME n.º 77, de 2022.



## **9. CLÁUSULA NONA - DA FORMA DE PAGAMENTO**

**9.1.** O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

**9.2.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**9.3.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

**9.3.1.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

**9.4.** O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar n.º 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## **10. CLÁUSULA DÉCIMA - DO REAJUSTE**

**10.1.** Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento da proposta de preços apresentada.

**10.2.** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

**10.3.** No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

**10.4.** Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

**10.5.** Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

**10.6.** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

**10.7.** O reajuste será realizado por apostilamento.

## **11. CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA - DO PRAZO DA VIGÊNCIA DO CONTRATO**

**11.1.** A vigência do contrato a ser firmado será de 04 (quatro) meses, a contar da data da assinatura do respectivo termo, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, até o limite de 60 (sessenta) meses, na forma do art. 106, caput, da Lei n.º 14.133, de 1 de abril de 2021, com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração.

**11.2.** A Contratada deverá, no prazo máximo de 05 (cinco dias) úteis, contados da celebração do contrato, alocar mão-de-obra nos respectivos locais e nos horários a serem fixados pela Contratante informando, em tempo hábil, qualquer motivo impeditivo ou que a impossibilite

de assumir os serviços contratados.

**11.3.** Segundo dispõe o Item 3 do Anexo IX, da Instrução Normativa n.º 05/2017, a Contratada não tem direito subjetivo à prorrogação contratual, que objetiva a obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração, conforme estabelece o art. 106 da Lei n.º 14.133, de 1 de abril de 2021.

**11.4.** Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados no primeiro ano da contratação deverão ser eliminados como condição para a renovação.

**11.5.** Não será efetivada a prorrogação contratual quando os preços praticados pela Contratada estiverem superiores aos estabelecidos como limites pelas Portarias do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, admitindo-se a negociação para redução de preços.

**11.6.** Também não se realizará a prorrogação contratual quando a Contratada tiver sido declarada inidônea, impedida ou suspensa temporariamente de participação em licitação e/ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os efeitos.

## 12. CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**12.1.** As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município de Jaborandi - Bahia deste exercício, nas dotações abaixo discriminadas:

Secretaria Municipal de XXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXX				
Unidade Orçamento	Dotação Orçamentária	Projeto	Elemento	Recurso
0X.0X.00	XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX	X.XXX	X.X.X.X.XX.XX.XX	XXXXXXXXXX
	XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX	X.XXX	X.X.X.X.XX.XX.XX	XXXXXXXXXX

Secretaria Municipal de XXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXX				
Unidade Orçamento	Dotação Orçamentária	Projeto	Elemento	Recurso
0X.0X.00	XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX	X.XXX	X.X.X.X.XX.XX.XX	XXXXXXXXXX
	XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX	X.XXX	X.X.X.X.XX.XX.XX	XXXXXXXXXX

**12.2.** Caso os contratos que vierem a ser assinados, tenham as suas despesas continuadas para os exercícios futuros estas correrão à conta das dotações orçamentárias aprovadas e indicadas em cada termo aditivo ou apostilamento.

## 13. CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

**13.1.** A CONTRATADA obriga-se a:

**13.1.1.** Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;

**13.1.2.** executar os serviços conforme especificações do Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das

cláusulas contratuais, além de fornecer os serviços na qualidade e quantidade especificadas no Termo de Referência e em sua proposta;

**13.1.3.** Selecionar e preparar rigorosamente os empregados que irão prestar os serviços, encaminhando elementos portadores de atestados de boa conduta e demais referências, tendo funções profissionais legalmente registradas em suas carteiras de trabalho;

**13.1.4.** Manter disciplina nos locais dos serviços, retirando no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após notificação, qualquer empregado considerado com conduta inconveniente pela Contratante;

**13.1.5.** utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, de conformidade com as normas e determinações em vigor;

**13.1.6.** reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo máximo fixado no Termo de Referência, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados, a critério da Administração;

**13.1.7.** manter o empregado nos horários predeterminados pela Administração;

**13.1.8.** arcar com a responsabilidade civil por todos e quaisquer danos materiais e morais causados pela ação ou omissão de seus empregados, trabalhadores, prepostos ou representantes, dolosa ou culposamente, ao Município ou a terceiros;

**13.1.9.** disponibilizar à CONTRATANTE os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual e Coletiva - EPIs e EPCs, quando for o caso, vedado o repasse dos respectivos custos aos seus empregados;

**13.1.9.1.** Manter seus empregados uniformizados. Deverão, ainda, se apresentar sempre limpos e asseados, quer no aspecto de vestuário e calçado, quer no de higiene pessoal, devendo ser substituído imediatamente aquele que não estiver de acordo com esta exigência, mediante comunicação do órgão gestor.

**13.1.10.** apresentar à CONTRATANTE, quando do início das atividades, e sempre que houver alocação de novo empregado na execução do contrato, relação contendo nome completo, cargo ou atividade exercida, órgão e local de exercício dos empregados alocados;

**13.1.11.** substituir imediatamente, em caso de eventual ausência, tais como, faltas, férias e licenças, o empregado posto a serviço da CONTRATANTE, devendo identificar previamente o respectivo substituto ao Fiscal do Contrato;

**13.1.12.** responder por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento da obrigação constante do item anterior;

**13.1.13.** responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Administração;

**13.1.14.** efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual mediante depósito bancário na conta do trabalhador, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte da Administração;

**13.1.15.** apresentar, quando solicitado, atestado de antecedentes criminais e distribuição cível de toda a mão-de-obra oferecida para atuar nas instalações do órgão, a critério da

Administração;

**13.1.16.** Não permitir que o empregado designado para trabalhar em um turno, preste seus serviços no turno imediatamente subsequente;

**13.1.17.** não permitir que seus empregados realizem horas extraordinárias fora da jornada normal de trabalho, em finais de semana ou em dias feriados, exceto quando devidamente determinado pela autoridade do órgão para o qual o trabalho seja prestado e desde que observado o limite da legislação trabalhista;

**13.1.18.** atender de imediato às solicitações da CONTRATANTE quanto à substituição dos empregados alocados, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito no Termo de Referência;

**13.1.19.** instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as orientações da Administração, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas;

**13.1.20.** instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a CONTRATADA relatar à Administração toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

**13.1.21.** relatar à Administração toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

**13.1.22.** fornecer mensalmente, ou sempre que solicitados pela CONTRATANTE, os comprovantes do cumprimento das obrigações previdenciárias, do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, e do pagamento dos salários e benefícios dos empregados colocados à disposição da CONTRATANTE;

**13.1.23.** manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

**13.1.24.** não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato;

**13.1.25.** Relatar, por escrito, ao Fiscal da Contratante toda e qualquer anormalidade observada afeta à prestação dos serviços;

**13.1.26.** Obrigar-se a manter rigorosamente em dia o pagamento das obrigações trabalhistas, devidas aos seus funcionários;

**13.1.27.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

**13.1.28.** Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei n.º 14.133/2021;

**13.1.29.** Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de

agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203/2010;

**13.1.30.** Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores - SICAF ou no Cadastro de Fornecedores do Município de Coribe - CFMC, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS - CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT;

**13.1.31.** Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

**13.1.32.** Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

**13.1.33.** Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

**13.1.34.** Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

**13.1.35.** Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

**13.1.36.** Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

**13.1.37.** Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

**13.1.38.** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

**13.1.39.** Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

**13.1.40.** Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação no art. 116, da Lei n.º 14.133/2021;

**13.1.40.1.** Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas conforme art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133/2021;



**13.1.41.** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

**13.1.42.** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei n.º 14.133, de 2021;

**13.1.43.** Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

**13.1.44.** Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho, inclusive equipamentos e instalações, em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;

**13.1.45.** Garantir o acesso do contratante, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento;

**13.1.46.** Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;

**13.1.47.** Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

**13.1.48.** Apresentar relação mensal dos empregados que expressamente optarem por não receber o vale-transporte;

**13.1.49.** Efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual mediante depósito na conta bancária de titularidade do trabalhador, em agência situada na localidade ou região metropolitana em que ocorre a prestação dos serviços, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte da contratante. Em caso de impossibilidade de cumprimento desta disposição, o contratado deverá apresentar justificativa, a fim de que a Administração analise sua plausibilidade e possa verificar a realização do pagamento.

**13.1.50.** Autorizar o contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis;

**13.1.51.** Atender às solicitações do contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;

**13.1.52.** Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

**13.1.53.** Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o contratado

relatar ao contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

**13.1.54.** Instruir seus empregados, no início da execução contratual, quanto à obtenção das informações de seus interesses junto aos órgãos públicos, relativas ao contrato de trabalho e obrigações a ele inerentes, adotando, entre outras, as seguintes medidas:

**13.1.55.** Viabilizar o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita do Brasil, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;

**13.1.56.** Viabilizar a emissão do cartão cidadão pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;

**13.1.57.** Oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimentos de seus direitos sociais, preferencialmente por meio eletrônico, quando disponível.

**13.1.58.** Não veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades objeto deste Termo de Referência sem a prévia autorização da Contratante;

**13.1.59.** Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessário, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato;

#### **14. CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

**14.1.** A CONTRATANTE obriga-se a:

**14.1.1.** Proporcionar todas as condições para que a CONTRATADA possa desempenhar seus serviços de acordo com as determinações do Contrato, do Edital e seus Anexos, especialmente do Termo de Referência;

**14.1.2.** Assegurar o livre acesso dos empregados da Contratada, quando devidamente uniformizados e identificados, aos locais de prestação dos serviços;

**14.1.3.** Prestar à Contratada as informações e esclarecimentos que esta vier a solicitar para o desenvolvimento dos trabalhos;

**14.1.4.** Comunicar, por escrito, à Contratada toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do serviço;

**14.1.5.** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

**14.1.6.** Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, por meio de servidor especialmente designado, nos termos do art. 117, da Lei n.º 14.133, de 1 de abril de 2021;

**14.1.7.** Efetuar, quando julgar necessário, inspeção com a finalidade de verificar a prestação dos serviços e o atendimento das exigências contratuais;

**14.1.8.** Notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;



**14.1.9.** Exigir o afastamento e/ou substituição imediata de empregado que não mereça confiança no trato com os serviços prestados, que adote posturas inadequadas ou incompatíveis com o exercício das atribuições que lhe foram designadas;

**14.1.10.** Impedir que terceiros, que não seja a empresa Contratada, efetuem os serviços prestados;

**14.1.11.** Não permitir que os empregados da CONTRATADA realizem horas extras, exceto em caso de comprovada necessidade de serviço, formalmente justificada pela autoridade do órgão para o qual o trabalho seja prestado e desde que observado o limite da legislação trabalhista;

**14.1.12.** Verificar, antes de cada pagamento, a manutenção das condições de habilitação da Contratada,

**14.1.13.** Pagar à CONTRATADA o valor resultante da prestação do serviço que foram executados e medidos em cada período, na forma do contrato;

**14.1.14.** Proceder a vistorias nos locais onde os serviços estão sendo realizados, por meio do fiscal do contrato, cientificando o preposto da Contratada e determinando a imediata regularização das falhas eventualmente detectadas;

**14.1.15.** Aplicar à Contratada as penalidades contratuais e regulamentares cabíveis, garantidos o contraditório e a ampla defesa;

**14.1.16.**

**14.1.17.** Zelar para que durante toda a vigência do contrato sejam mantidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas pela CONTRATADA, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

**14.1.18.** Não praticar atos de ingerência na administração da CONTRATADA, tais como:

**14.1.18.1.** exercer o poder de mando sobre os empregados da CONTRATADA, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

**14.1.18.2.** direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas contratadas;

**14.1.18.3.** promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da CONTRATADA, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e

**14.1.18.4.** considerar os trabalhadores da CONTRATADA como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

**14.1.19.** Caso a Contratada optante pelo Simples Nacional não efetue a comunicação, a própria Contratante, em obediência ao princípio da probidade administrativa, efetuará a comunicação à Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, para que esta efetue a exclusão de ofício do Simples Nacional, conforme disposto no inciso I do artigo 29 da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações;

**14.1.20.** Analisar a documentação solicitada no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento dos documentos, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, justificadamente;

**14.1.21.** Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias e para o FGTS, deverá oficiar ao Ministério da Previdência Social, à Receita Federal do Brasil - RFB e ao Ministério do Trabalho e Emprego.

**14.1.22.** Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei n.º 14.133, de 2021;

**14.1.23.** Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

**14.1.24.** Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, conforme §4º, do art. 137, da Lei n.º 14.133, de 2021.

**14.1.25.** Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

**14.1.26.** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **15. CLÁUSULA DÉCIMA-QUINTA - DA GARANTIA DA CONTRATAÇÃO**

**15.1.** Não haverá exigência da garantia da contratação em conformidade com o Artigo 96 e seguintes da Lei n.º 14.133, de 1 de abril de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

## **16. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES**

**16.1.** Comete infração administrativa, nos termos da Lei n.º 14.133, de 2021, o contratado que:

**16.1.1.** der causa à inexecução parcial do contrato;

**16.1.2.** der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

**16.1.3.** der causa à inexecução total do contrato;

**16.1.4.** ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

**16.1.5.** apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

**16.1.6.** praticar ato fraudulento na execução do contrato;

**16.1.7.** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

**16.1.8.** praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 1º de agosto de 2013;

**16.2.** Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

**16.2.1.** Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei n.º 14.133, de 2021);

**16.2.2.** Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021);

**16.2.3.** Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133, de 2021).

**16.2.4.** Multa:

**16.2.4.1.** moratória de 2% (cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

**16.2.4.2.** moratória de 5% (cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 30% (trinta por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

**16.3.** A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante, art. 156, §9º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

**16.4.** Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa, art. 156, §7º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

**16.4.1.** Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei n.º 14.133, de 2021)

**16.4.2.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei n.º 14.133, de 2021).

**16.4.3.** Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 07 (sete) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

**16.5.** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei n.º 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**16.6.** Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei n.º 14.133, de 2021):

**16.6.1.** a natureza e a gravidade da infração cometida;

**16.6.2.** as peculiaridades do caso concreto;

**16.6.3.** as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

**16.6.4.** os danos que dela provierem para o Contratante;

**16.6.5.** a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**16.7.** Os atos previstos como infrações administrativas na Lei n.º 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei n.º 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

**16.8.** A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei n.º 14.133, de 2021).

**16.9.** O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei n.º 14.133, de 2021).

**16.10.** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei n.º 14.133/21.

**16.11.** Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME n.º 26, de 13 de abril de 2022.

## **17. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS HIPÓTESES DE EXTINÇÃO**

**17.1.** A inexecução total ou parcial do Contrato enseja a sua extinção com as consequências contratuais e as previstas na Lei Federal n.º 14.133/2021. E ainda, reconhecidos os direitos da Administração, previstos nos artigos 137 a 139 da Lei Federal n.º 14.133/2021, este Contrato poderá ser reincidido ainda:

**17.1.1.** O Contratante poderá extinguir administrativamente o respectivo Contrato, nas hipóteses previstas nos incisos I a XII, do art. 137 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

**17.1.2.** Nas hipóteses de extinção com base nos incisos I a V e VIII do art. 137 da Lei Federal n.º 14.133/2021, não cabe ao Contratado direito a qualquer indenização.

**17.1.3.** Pela inadimplência de uma das partes ao pactuado neste termo, de tal de tal forma que não subsistam condições para a continuidade do mesmo.

**17.1.4.** Pela a superveniência de eventos que impeçam ou tornem inconveniente o prosseguimento de sua execução.

**17.1.5.** Caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução o contrato, inciso V do Art. 137 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

**17.1.6.** Mediante simples aviso extrajudicial, com antecedência mínima de 0,8 (oito) dias, sem qualquer ônus, ressalvada as obrigações contratuais a que se submeterão; poderá haver a extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deste Instrumento, reduzida a termo no respectivo processo precedida de autorização escrita e fundamentada do Presidente da Câmara Municipal, desde que haja conveniência administrativa e relevante interesse público, na forma estabelecida no Art. 138, §§ 1º e 2º, da Lei Federal n.º 14.133/2021.

**17.2.** Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

**17.3.** Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

**17.3.1.** ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

**17.3.2.** poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

**17.4.** O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei n.º 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa

**17.4.1.** Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

**17.4.2.** A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

**17.4.3.** Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

**17.5.** O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

**17.5.1.** Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

**17.5.2.** Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

**17.5.3.** Indenizações e multas.

**17.6.** A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021)

## **18. CLÁUSULA DÉCIMA-OITAVA - DOS CASOS OMISSOS**

**18.1.** Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste Contrato serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas no Decreto Municipal n.º 498/2023, na Lei n.º 8.078/1990 - Código de Defesa do Consumidor, na Lei Complementar n.º 123/2006, Lei Complementar n.º 147 de 2014 e na Lei n.º 14.133/2021, bem como nos demais regulamentos e normas administrativas federais, que fazem parte integrante deste Contrato, independentemente de suas transcrições.





## **19. CLÁUSULA DÉCIMA-NONA - DAS ALTERAÇÕES**

**19.1.** Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do arts. 124 e seguintes da Lei n.º 14.133, de 2021.

**19.2.** O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

**19.3.** Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei n.º 14.133, de 2021.

## **20. CLÁUSULA VIGÉSIMA - DA PUBLICAÇÃO**

**20.1.** Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, na forma prevista no art. 94 da Lei n.º 14.133, de 1 de abril de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei n.º 12.527, de 18 de novembro de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto Federal n.º 7.724, de 16 de maio de 2012.

## **21. CLÁUSULA VIGÉSIMA-PRIMEIRA - DO FORO**

**21.1.** Fica eleito o Foro da Justiça, Seção Judiciária de Coribe - Bahia, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei n.º 14.133/2021.

**21.2.** E, por estarem justos e contratadas, preparam o presente Termo de Contrato, em 03 (três) vias de igual teor, para um só efeito, o qual, depois de lido e achado conforme, vai assinado pelas partes signatárias contratantes e por duas testemunhas, para que produza seus efeitos legais, comprometendo-se as partes, a cumprir e fazer cumprir o que ora é pactuado, em todas suas cláusulas e condições.

Jaborandi, Bahia, XX de XXXXXXXXXXXXXXX de 20XX.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX  
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX  
Município de Jaborandi  
CNPJ n.º XX.XXX.XXX/XXXX-XX  
CONTRATANTE

Nome do Representante  
Cargo na Empresa  
Empresa Contratada  
CNPJ n.º XX.XXX.XXX/XXXX-XX  
CONTRATADO

Testemunhas:

1ª \_\_\_\_\_

2ª \_\_\_\_\_

CPF n.º \_\_\_\_\_

CPF n.º \_\_\_\_\_



**ANEXO VI**

**TERMO DE CONCILIAÇÃO ENTRE UNIÃO E M.P. TRABALHO**

*Contratação de empresa especializada na prestação, de forma contínua, dos serviços de limpeza, asseio e conservação dos prédios do Município de Jaborandi - Bahia*

**TERMO DE CONCILIAÇÃO JUDICIAL FIRMADO ENTRE O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO E A UNIÃO**

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO**, neste ato representado pelo Procurador-Geral do Trabalho, Dr. Guilherme Mastrichi Basso, pela Vice-Procuradora-Geral do Trabalho, Dra. Guiomar Rechia Gomes, pelo Procurador-Chefe da PRT da 10ª. Região, Dr. Brasilino Santos Ramos e pelo Procurador do Trabalho Dr. Fábio Leal Cardoso, e a **UNIÃO**, neste ato representada pelo Procurador-Geral da União, Dr. Moacir Antônio da Silva Machado, pela Sub Procuradora Regional da União - 1ª. Região, Dra. Helia Maria de Oliveira Bettero e pelo Advogado da União, Dr. Mário Luiz Guerreiro;

**CONSIDERANDO** que toda relação jurídica de trabalho cuja prestação laboral não eventual seja ofertada pessoalmente pelo obreiro, em estado de subordinação e mediante contraprestação pecuniária, será regida obrigatoriamente pela Consolidação das Leis do Trabalho ou por estatuto próprio, quando se tratar de relação de trabalho de natureza estatutária, com a Administração Pública;

**CONSIDERANDO** que a legislação consolidada em seu art. 9º, comina de nulidade absoluta todos os atos praticados com o intuito de desvirtuar, impedir ou fraudar a aplicação da lei trabalhista;

**CONSIDERANDO** que as sociedades cooperativas, segundo a Lei n.º 5.764, de 16.12.1971, art. 4º., “(...) são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas à falência, constituídas para prestar serviços aos associados”.

**CONSIDERANDO** que as cooperativas podem prestar serviços a não associados somente em caráter excepcional e desde que tal faculdade atenda aos objetivos sociais previstos na sua norma estatutária, (art. 86, da Lei n.º 5.764, de 16.12.1971), aspecto legal que revela a patente impossibilidade jurídica das cooperativas funcionarem como agências de locação de mão de obra terceirizada;

**CONSIDERANDO** que a administração pública está inexoravelmente jungida ao princípio da legalidade, e que a prática do merchandage é vedada pelo art. 3º, da CLT e repelida pela jurisprudência sumulada do C. TST (En. 331);

**CONSIDERANDO** que os trabalhadores aliciados por cooperativas de mão de obra, que prestam serviços de natureza subordinada à UNIÃO embora laborem em situação fática idêntica a dos empregados das empresas prestadoras de serviços terceirizáveis, encontram-se à margem de qualquer proteção jurídico-laboral, sendo-lhes sonogada a incidência de normas protetivas do trabalho, especialmente àquelas destinadas a tutelar a segurança e higiene do trabalho subordinado, o que afronta o princípio da isonomia, a dignidade da pessoa humana e os valores sociais do trabalho (arts. 5º, caput e 1º, III e IV da Constituição Federal);

**CONSIDERANDO** que num processo de terceirização o tomador dos serviços (no caso a administração pública) tem responsabilidade sucessiva por eventuais débitos trabalhistas do fornecedor de mão de obra, nos termos do Enunciado 331, do TST, o que poderia gerar graves



prejuízos financeiros ao erário, na hipótese de se apurar a presença dos requisitos do art. 3º., da CLT na atividade de intermediação de mão de obra patrocinada por falsas cooperativas;

**CONSIDERANDO** o teor da Recomendação Para a Promoção das Cooperativas aprovada na 90ª. sessão, da OIT - Organização Internacional do Trabalho, em junho de 2002, dispondo que os Estados devem implementar políticas nos sentido de:

“8.1.b Garantir que as cooperativas não sejam criadas para, ou direcionadas a, o não cumprimento das leis do trabalho ou usadas para estabelecer relações de emprego disfarçados, e combater pseudocooperativas que violam os direitos dos trabalhadores velando para que a lei trabalhista seja aplicada em todas as empresas.”

## **RESOLVEM**

Celebrar **CONCILIAÇÃO** nos autos do Processo 01082-2002-020-10-00-0, em tramitação perante a MM. Vigésima Vara do Trabalho de Brasília-DF, mediante os seguintes termos:

**Cláusula Primeira** - A UNIÃO abster-se-á de contratar trabalhadores, por meio de cooperativas de mão de obra, para a prestação de serviços ligados às suas atividades-fim ou meio, quando o labor, por sua própria natureza, demandar execução em estado de subordinação, quer em relação ao tomador, ou em relação ao fornecedor dos serviços, constituindo elemento essencial ao desenvolvimento e à prestação dos serviços terceirizados, sendo eles:

- a) - Serviços de limpeza;
- b) - Serviços de conservação;
- c) - Serviços de segurança, de vigilância e de portaria;
- d) - Serviços de recepção;
- e) - Serviços de copeiragem;
- f) - Serviços de reprografia;
- g) - Serviços de telefonia;
- h) - Serviços de manutenção de prédios, de equipamentos, de veículos e de instalações;
- i) - Serviços de secretariado e secretariado executivo;
- j) - Serviços de auxiliar de escritório;
- k) - Serviços de auxiliar administrativo;
- l) - Serviços de *office boy* (contínuo);
- m) - Serviços de digitação;
- n) - Serviços de assessoria de imprensa e de relações públicas;
- o) - Serviços de motorista, no caso de os veículos serem fornecidos pelo próprio órgão licitante;
- p) - Serviços de ascensorista;
- q) - Serviços de enfermagem; e
- r) - Serviços de agentes comunitários de saúde.

**Parágrafo Primeiro** - O disposto nesta Cláusula não autoriza outras formas de terceirização sem previsão legal.

**Parágrafo Segundo** - As partes podem, a qualquer momento, mediante comunicação e acordos prévios, ampliar o rol de serviços elencados no *caput*.

**Cláusula Segunda** - Considera-se cooperativa de mão de obra, aquela associação cuja atividade precípua seja a mera intermediação individual de trabalhadores de uma ou várias profissões

(inexistindo assim vínculo de solidariedade entre seus associados), que não detenham qualquer meio de produção, e cujos serviços sejam prestados a terceiros, de forma individual (e não coletiva), pelos seus associados.

**Cláusula Terceira** - A UNIÃO obriga-se a estabelecer regras claras nos editais de licitação, a fim de esclarecer a natureza dos serviços licitados, determinando, por conseguinte, se os mesmos podem ser prestados por empresas prestadoras de serviços (trabalhadores subordinados), cooperativas de trabalho, trabalhadores autônomos, avulsos ou eventuais;

**Parágrafo Primeiro** - É lícita a contratação de genuínas sociedades cooperativas desde que os serviços licitados não estejam incluídos no rol inserido nas alíneas “a” a “r” da Cláusula Primeira e sejam prestados em caráter coletivo e com absoluta autonomia dos cooperados, seja em relação às cooperativas, seja em relação ao tomador dos serviços, devendo ser juntada, na fase de habilitação, listagem contendo o nome de todos os associados. Esclarecem as partes que somente os serviços podem ser terceirizados, restando absolutamente vedado o fornecimento (intermediação de mão de obra) de trabalhadores a órgãos públicos por cooperativas de qualquer natureza.

**Parágrafo Segundo** - Os editais de licitação que se destinem a contratar os serviços disciplinados pela Cláusula Primeira deverão fazer expressa menção ao presente termo de conciliação e sua homologação, se possível transcrevendo-os na íntegra ou fazendo parte integrante desses editais, como anexo.

**Parágrafo Terceiro** - Para a prestação de serviços em sua forma subordinada, a licitante vencedora do certame deverá comprovar a condição de empregadora dos prestadores de serviços para as quais se objetiva a contratação, constituindo-se esse requisito, condição obrigatória à assinatura do respectivo contrato.

## **DAS SANÇÕES PELO DESCUMPRIMENTO**

**Cláusula Quarta** - A UNIÃO obriga-se ao pagamento de multa (astreinte) correspondente a R\$1.000,00 (um mil reais) por trabalhador que esteja em desacordo com as condições estabelecidas no presente Termo de Conciliação, sendo a mesma reversível ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

**Parágrafo Primeiro** - O servidor público que, em nome da Administração, firmar o contrato de prestação de serviços nas atividades relacionadas nas alíneas “a” a “r” da Cláusula Primeira, será responsável solidário por qualquer contratação irregular, respondendo pela multa prevista no caput, sem prejuízo das demais cominações legais.

**Parágrafo Segundo** - Em caso de notícia de descumprimento dos termos firmados neste ajuste, a UNIÃO, depois de intimada, terá prazo de 20 (vinte) dias para apresentar sua justificativa perante o Ministério Público do Trabalho.

## **DA EXTENSÃO DO AJUSTE À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA INDIRETA**

**Cláusula Quinta** - A UNIÃO se compromete a recomendar o estabelecimento das mesmas diretrizes ora pactuadas em relação às autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista, a fim de vincular todos os órgãos integrantes da administração pública indireta ao cumprimento do presente termo de conciliação, sendo que em relação às empresas públicas e sociedades de economia mista deverá ser dado conhecimento ao Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais - DEST, do Ministério do



Planejamento, Orçamento e Gestão, ou órgão equivalente, para que discipline a matéria no âmbito de sua competência.

### **DA HOMOLOGAÇÃO JUDICIAL DO AJUSTE**

**Cláusula Sexta** - As partes submetem os termos da presente conciliação à homologação do Juízo da MM. Vigésima Vara do Trabalho, para que o ajuste gere os seus efeitos jurídicos.

**Cláusula Sétima** - Os termos da presente avença gerarão seus efeitos jurídicos a partir da data de sua homologação judicial.

**Parágrafo único** - Os contratos em vigor entre a UNIÃO e as Cooperativas, que contrariem o presente acordo, não serão renovados ou prorrogados.

**Cláusula Oitava** - A presente conciliação extingue o processo com exame do mérito apenas em relação à UNIÃO, prosseguindo o feito quanto aos demais réus. Dito isto, por estarem as partes ajustadas e compromissadas, firmam a presente conciliação em cinco vias, a qual terá eficácia de título judicial, nos termos dos artigos 831, parágrafo único, e 876, *caput*, da CLT.

Brasília, 05 de junho de 2003.

**GUILHERME MASTRICHI BASSO GUIOMAR RECHIA GOMES**  
Procurador-Geral do Trabalho Vice-Procuradora-Geral do Trabalho

**BRASILINO SANTOS RAMOS FÁBIO LEAL CARDOSO**  
Procurador-Chefe/PRT 10ª. Região Procurador do Trabalho

**MOACIR ANTONIO DA SILVA MACHADO**  
Procurador-Geral da União

**HELIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO MÁRIO LUIZ GUERREIRO**  
Sub-Procuradora-Regional da União-1ª. Região Advogado da União

Testemunhas:

**GRIJALBO FERNANDES COUTINHO**  
Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho - ANAMATRA

**PAULO SÉRGIO DOMINGUES**  
Presidente da Associação dos Juízes Federais do Brasil - AJUFE

**REGINA BUTRUS**  
Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho - ANPT



**ANEXO VII**

**CHECK LIST DE DOCUMENTOS - INDISPENSÁVEIS**

*Contratação de empresa especializada na prestação, de forma contínua, dos serviços de limpeza, asseio e conservação dos prédios públicos próprios e locados do Município de Jaborandi - Bahia*

**1. CHECK LIST DE DOCUMENTOS - INDISPENSÁVEIS**

**1.1.** Os documentos contidos no check-list abaixo relacionados são obrigatórios a apresentação, exceção para os documentos que o licitante demonstrar que trata-se de isenção, e caso a empresa licitante não apresente alguns destes ou quaisquer outro terá a proposta desclassificada e/ou inabilitada, não serão aceitos envio de documentos posteriormente ao prazo inicialmente concedido pelo Pregoeiro:

Certidão ou Documento	Status Anexado	Autenticado	
Proposta da empresa, Composição dos Custos Unitários e Garantia, em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.		sim	não
Representante da empresa sócio ou procurador, comprovar a existência dos necessários poderes para formulação de propostas e para a prática de todos os demais atos inerentes ao certame, acompanhados do Documento de Identificação com foto: do sócio se for o representante; ou, do sócio e do procurador.		sim	não
No caso de empresário individual; ou 13.4.1.3. Em se tratando de MEI - Microempreendedor Individual; ou 13.4.1.4. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI; ou 13.4.1.5. No caso de sociedade simples; ou 13.4.1.6. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária ou 13.4.1.7. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País.		sim	não
Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ		sim	não
Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal.		sim	não
Prova de Regularidade para com a Fazenda Federal.		sim	não
Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual.		sim	não
Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal.		sim	não
Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.		sim	não
Prova de inexistência de débitos inadimplidos da Justiça do Trabalho.		sim	não
Certidão Negativa de Falência.		sim	não
Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis 02 últimos exercícios		sim	não
Declaração de Atendimento aos Índices Econômicos		sim	não
Atestado ou Declaração de Capacidade Técnica		sim	não
Atestado ou Declaração de Vistoria		sim	não
Declarações para Participação na Licitação		sim	não

**1.2.** Os atos processuais são distintos entre si, portanto, somente enviar no momento que forem solicitados e o que for solicitado, respeitando as disposições do edital, no art. 64, inciso I, da Lei n.º 14.133/2021, e o Acórdão do TCU n.º 1211/2021, mediante fatos e documentos existentes à época da abertura do certame.

**1.3.** O check-list contido neste edital trata-se tão somente de uma **ferramenta orientativa** com vistas a minimizar quaisquer ausências de documento por parte dos licitantes, e principalmente, proporcionarmos maior celeridade ao processo, a responsabilidade por ausência de um documento, não constante desta lista é de inteira responsabilidade do licitante.



**ANEXO VIII**

**FOLHA DE DADOS PARA ELABORAÇÃO DO CONTRATO**

*Contratação de empresa especializada na prestação, de forma contínua, dos serviços de limpeza, asseio e conservação dos prédios públicos próprios e locados do Município de Jaborandi - Bahia*

**Folha de Dados**

<b>Dados da Empresa</b>	
Razão Social:	
CNPJ:	Inscrição Estadual:
Endereço:	
Bairro:	Cidade:
CEP:	Telefone(s):
<b>Dados da Pessoa que assinará o contrato</b>	
Nome Completo:	
Endereço Residencial:	
Cidade:	CEP:
Cargo:	
RG N.º	CPF N.º:
<b>Contato na empresa</b>	
Nome Completo:	
Cargo:	
Telefone(s):	
E-mail:	

*Obs.: Caso a representação seja por procurador, juntar o instrumento de mandato específico para assinatura do contrato.*

XXXXXXXXXXXXXXXX - UF, XX de XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX de 20XX.

Assinatura do Representante Legal

Nome Completo  
Cargo na Empresa / Representante  
Razão Social da Empresa  
CNPJ n.º .....

**Observação:** Solicitamos a gentileza de preencher este formulário, e entregá-lo juntamente com os envelopes da presente licitação. Caso essa empresa seja vencedora, estes dados facilitarão a elaboração e assinatura do contrato ou da ata de registro de preços referente a este procedimento licitatório. A não apresentação dessa folha não implicará a inabilitação da Proponente.